



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL  
CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO DISTRITO FEDERAL

# **RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2015 - FCDF/CBMDF**

**BRASÍLIA – DF  
05/2016**



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL  
CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO DISTRITO FEDERAL

## **RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2015 - FCDF/CBMDF**

**Relatório de Gestão do exercício de 2015 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas ordinárias anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 63/2010, da Decisão Normativa TCU nº 146/2015, Decisão Normativa TCU nº 147/2015, e da Portaria TCU nº 321/2015.**

**BRASÍLIA – DF  
05/2016**

## **LISTA DE SIGLAS E ABREVIACÕES**

CBMDF – Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal  
CECAF – Centro de Capacitação Física  
CEABM – Centro de Assistência Bombeiro Militar  
CGU – Controladoria-Geral da União  
CPMED – Centro de Perícias Médicas  
DISAU – Diretoria de Saúde  
DN – Decisão Normativa  
FCDF – Fundo Constitucional do Distrito Federal  
FS-CBMDF – Fundo de Saúde do CBMDF  
IN – Instrução Normativa  
OBM – Organização Bombeiro Militar  
OPME – Órteses, Próteses e Materiais Especiais  
PARF – Plano de Aplicação de Recursos Financeiros  
PARO – Plano de Aplicação de Recursos Orçamentários  
PODON – Policlínica Odontológica  
POMED – Policlínica Médica  
QOBM/Compl. – Quadro de Oficiais Bombeiros Militares Complementares  
QOBM/S – Quadro de Oficiais Bombeiros Militares Saúde  
RG – Relatório de Gestão  
RI – Regimento Interno  
SECOB – Seção de Controle e Planejamento Orçamentário da Diretoria de Saúde  
SEXEC – Seção de Execução de Contratos da Diretoria de Saúde  
SEAUD – Seção de Auditoria da Diretoria de Saúde  
SIAFI – Sistema Integrado de Administração Federal  
SIGGO – Sistema de Gestão Governamental do GDF  
SUTES – Subsecretaria do Tesouro do Distrito Federal  
TAF – Teste de Aptidão Física  
TCDF – Tribunal de Contas do Distrito Federal  
TCU – Tribunal de Contas da União  
UG – Unidade Gestora  
UJ – Unidade Jurisdicionada  
UO – Unidade Orçamentária

## LISTA DE TABELAS E QUADROS

Quadro – Identificação da Unidade – Relatório de Gestão Individual .....	7
Quadro de Materiais e Equipamentos Adquiridos em 2015 .....	26
Quadro – Ação/Subtítulos – OFSS – detalhado no plano orçamentário - Manutenção das Polícias Civil e Militar e Corpo de Bombeiros do Distrito Federal.....	27
Quadro – Ação/Subtítulos – OFSS – Pessoal Inativo e Pensionistas das Polícias Civil e Militar e do Corpo de Bombeiros do DF .....	28
Quadro – Ação/Subtítulos – OFSS – Outros Benefícios das Polícias Civil e Militar e Corpo de Bombeiros do DF .....	29
Quadro – Despesas por modalidade de contratação.....	32
Quadro – Despesas por grupo e elemento de despesa.....	32
Quadro – Concessão de suprimento de fundos .....	34
Quadro – Utilização de suprimento de fundos .....	34
Quadro – Estatística de atendimento .....	35
Quadro – perícias e exames laboratoriais.....	35
Quadro de Metas .....	36
Tabela – Grupo 1: Indicadores menor-melhor .....	38
Quadro – Força de Trabalho da UPC .....	65
Quadro – Distribuição da Lotação Efetiva .....	66
Quadro – Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UPC .....	67
Tabela - Projeção de aposentadorias para os próximos 10 anos .....	69
Quadro – Força de Trabalho da UPC .....	70
Quadro – Distribuição da Lotação Efetiva .....	71
Quadro – Custos do pessoal .....	72
Quadro de terceirização regular de mão de obra.....	76
Quadro de distribuição por grupos de viaturas operacionais .....	78
Quadro de viaturas operacionais não emergenciais em uso .....	78
Quadro de viaturas de apoio em uso .....	79
Tabela - Reuniões de comitê de TI.....	84
Tabela - Grau de Instruções dos militares da DITIC .....	85
Tabela - Capacitação em TIC.....	86
Tabela - Sistemas de Informação .....	89
Quadro – Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício.....	99
Quadro – Relatório de cumprimento das recomendações do órgão de controle interno.....	102
Quadro de Tomada de Contas Especiais .....	112
Tabela de Memória ref. A ressarcimento ao fundo constitucional – janeiro a março de 2015.....	116
Tabela - Memória ref. a ressarcimento ao fundo constitucional – abril a setembro de 2015 .....	117
Tabela - Memória ref. A ressarcimento ao fundo constitucional – outubro de 2015.....	117
Tabela - Memória ref. A ressarcimento ao fundo constitucional – órgãos não notificados.....	118

## SUMÁRIO

<b>APRESENTAÇÃO.....</b>	<b>6</b>
<b>1. VISÃO GERAL DA UNIDADE .....</b>	<b>7</b>
1.1) Finalidades e Competências .....	8
1.2) Normas e regulamento de criação, alteração e funcionamento da unidade.....	8
1.3) Organograma .....	10
<b>2. PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E DESEMPENHOS ORÇAMENTÁRIO E OPERACIONAL.....</b>	<b>11</b>
2.1) Planejamento Organizacional .....	11
2.1.1) Descrição sintética dos objetivos do exercício .....	13
2.1.2) Estágio de implementação do planejamento estratégico .....	23
2.2) Formas e instrumentos de monitoramento da execução e resultados dos planos.....	23
2.3) Desempenho orçamentário .....	25
2.3.1) Execução física e financeira das ações da Lei Orçamentária Anual de responsabilidade da unidade .....	31
2.3.2) Fatores intervenientes no desempenho orçamentário .....	31
2.3.3) Restos a pagar de exercícios anteriores .....	31
2.3.4) Informações sobre a realização das receitas .....	31
2.3.5) Informações sobre a execução das despesas .....	31
2.4) Desempenho operacional.....	35
2.5) Apresentação e análise de indicadores de desempenho.....	36
2.5.1) Informações e indicadores sobre o desempenho operacional .....	37
2.6) Outros resultados operacionais .....	43
<b>3. GOVERNANÇA.....</b>	<b>45</b>
3.1) Descrição das estruturas de governança .....	45
3.2) Informações sobre dirigentes e colegiados .....	47
3.3) Gestão de riscos e controles internos.....	47
<b>4. RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE.....</b>	<b>49</b>
4.1) Canais de acesso do cidadão.....	49
4.2) Carta de Serviços ao Cidadão .....	49
4.3) Aferição do grau de satisfação dos cidadãos-usuários .....	49
4.4) Mecanismos de transparência das informações relevantes sobre a atuação da unidade .....	49
4.5) Medidas para garantir a acessibilidade aos produtos, serviços e instalações .....	50
<b>5. DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS .....</b>	<b>51</b>
5.1) Demonstrações contábeis exigidas pela Lei 4.320/64 e notas explicativas.....	51
<b>6. ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO.....</b>	<b>65</b>
6.1) Gestão de pessoas .....	65

6.1.1)	Estrutura de pessoal da unidade .....	65
6.1.1.1)	Análise Crítica: .....	67
6.1.2)	Estrutura de pessoal da unidade - PTTC .....	70
6.1.3)	Demonstrativo das despesas com pessoal .....	72
6.1.4)	Demonstrativo das despesas com pessoal - PTTC .....	74
6.1.5)	Gestão de riscos relacionados ao pessoal .....	75
6.1.6)	Contratação de pessoal de apoio e de estagiários .....	76
6.2)	Gestão do Patrimônio e da Infraestrutura .....	77
6.2.1)	Gestão da frota de veículos .....	77
6.2.2)	Política de destinação de veículos inservíveis ou fora de uso e informações gerenciais sobre veículos nessas condições .....	83
6.3)	Gestão da tecnologia da informação .....	83
6.3.1)	Principais sistemas de informações .....	89
6.4)	Gestão ambiental e sustentabilidade .....	96
6.5)	Gestão de fundos e de programas .....	97
6.5.1)	Identificação e informações dos fundos na gestão da unidade .....	97
6.5.2)	Informações sobre o Fundo de Saúde do CBMDF .....	98
<b>7.</b>	<b>CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE .....</b>	<b>99</b>
7.1)	Tratamento de determinações e recomendações do TCU .....	99
7.2)	Tratamento de recomendações do Órgão de Controle Interno .....	102
7.3)	Medidas administrativas para apuração de responsabilidade por dano ao Erário .....	112
<b>8.</b>	<b>OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES .....</b>	<b>115</b>
8.1)	Cumprimento à determinação do Acórdão nº. 1047/2014-TCU-Primeira Câmara .....	115
<b>9.</b>	<b>RELATÓRIOS, PARECERES E DECLARAÇÕES .....</b>	<b>120</b>
9.1)	Rol de responsáveis .....	120
9.1.1)	CBMDF .....	120
9.1.2)	FUNDO DE MODERNIZAÇÃO, MANUTENÇÃO E REEQUIPAMENTO DO CBMDF - FUNCBMDF .....	148
9.1.3)	FUNDO DE SAÚDE - FUNSAU .....	165
9.2)	Declarações de Integridade .....	179
9.2.1)	Declaração sobre a conformidade contábil dos atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial .....	179
9.2.2)	Declaração do contador sobre a fidedignidade dos registros contábeis do SIAFI .....	179

## APRESENTAÇÃO

O Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal - CBMDF, órgão da Administração Direta do Governo do Distrito Federal – GDF, mantido e organizado pela União, por meio do Fundo Constitucional do Distrito Federal – FCDF, criado pela Lei nº 10.633, de 27 de dezembro de 2002, para atender o disposto no inciso XIV do art. 21 da Constituição Federal, está sujeito, nos termos da Decisão nº 824/2004 – do Plenário do Tribunal de Contas da União – TCU, às ações de controle e fiscalização desse Tribunal.

O Distrito Federal possui uma área de 5.779,999 Km<sup>2</sup> e está dividido em 31 Regiões Administrativas (RA). A população estimada do DF em 2015, segundo o IBGE, era de 2.914.830 habitantes. O CBMDF atua no território do Distrito Federal e coopera com os municípios da região geoeconômica de Brasília, conhecida também como Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (RIDE). O IBGE estimou a população da RIDE, em 2013, em 1.065.211 pessoas. Para tanto, é organizado em órgãos de direção geral, órgãos direção setorial, órgãos de apoio e órgãos de execução, sendo estes últimos agrupados em um Comando Operacional que possui 24 Grupamentos de Bombeiros Militares e 6 Grupamentos Especializados.

O CBMDF integra a Secretaria de Segurança Pública do DF – SSPDF como instituição de segurança pública, nos termos da Constituição Federal. A atuação da corporação nos eventos e ocorrências diárias é integrada com as demais instituições de segurança pública distrital: Polícia Militar do Distrito Federal, Polícia Civil do Distrito Federal e Departamento de Transito do DF. As ações de defesa civil no DF são coordenadas pela Subsecretaria de Defesa Civil da SSPDF, tendo o CBMDF como principal agente executor das ações de resposta aos desastres.

Dessa sorte, em observância às prescrições do TCU, voltadas ao atendimento do art. 70 da Constituição Federal, é apresentado o presente relatório de gestão das contas do exercício de 2015 do CBMDF, o qual é elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa-IN nº 63/2010, da Decisão Normativa – DN nº 146 e 147/2015, e da Portaria nº 321/2015, todas do TCU.

# 1. VISÃO GERAL DA UNIDADE

## Identificação da unidade

Quadro – Identificação da Unidade – Relatório de Gestão Individual

Poder e Órgão de Vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Ministério da Fazenda			Código SIORG: 001929
Identificação das Unidades Jurisdicionadas			
Número de Ordem: N			
Denominação Completa: Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal			
Denominação Abreviada: CBMDF170			
Código SIORG: 001929	Código na LOA: 73.901	Código SIAFI: 8424-8	
Natureza Jurídica: Fundos		CNPJ: 08.977.914/0001-19	
Principal Atividade: Segurança e Ordem Pública			Código CNAE: 9999-9
Telefones/Fax de Contato:	(061) 3901-5912	(61) 3901-5915	
E-mail: auditoria.auditoria@cbm.df.gov.br			
Página na Internet: <a href="http://www.cbm.df.gov.br">http://www.cbm.df.gov.br</a>			
Endereço Postal: SAM LOTE D MODULO E, ASA NORTE, DISTRITO FEDERAL, CEP 70.610-600			
Normas Relacionadas às Unidades Jurisdicionadas Agregadora e Agregadas			
Normas de criação e alteração das Unidades Jurisdicionadas			
Decreto nº 1.775, de 02 de julho de 1856			
Lei nº 8.255, de 20 de novembro de 1991			
Decreto nº 16.036, de 04 de novembro de 1994			
Lei nº 12.086 de 06 de novembro de 2009			
Decreto nº 7.163 de 29 de abril de 2010.			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura das Unidades Jurisdicionadas			
Manuais e publicações relacionadas às atividades das Unidades Jurisdicionadas			
Unidades Gestoras e Gestões Relacionadas às Unidades Jurisdicionadas Agregadora e Agregadas			
Unidades Gestoras Relacionadas às Unidades Jurisdicionadas			
Código SIAFI	Nome		
170495	Assistência Médica e Odontológica do CBMDF		
Gestões relacionadas às Unidades Jurisdicionadas			
Código SIAFI	Nome		
1	Gestão do Tesouro Nacional		
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões			
Código SIAFI da Unidade Gestora		Código SIAFI da Gestão	
170394		1	

---

## **1.1) Finalidades e Competências**

---

O Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal tem sua origem no Corpo Provisório de Bombeiros da Corte, criado em 02 de julho de 1856, na então Capital do Brasil – Rio de Janeiro. O Corpo de Bombeiros foi criado naquela época para extinguir incêndios e, por conseguinte salvar pessoas e o patrimônio atingidos pelo fogo nas edificações.

Atualmente as missões legais da corporação abrangem à segurança pública, defesa social, defesa civil e defesa nacional, obedecendo aos princípios constitucionais e legais aplicáveis à administração pública, e melhores práticas gerenciais.

O Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal disponibiliza seu poder operacional à sociedade no atendimento as urgências, emergências e desastres relacionados à prevenção e extinção de incêndios; busca e salvamento; perícias de incêndio; segurança contra incêndio e pânico; prevenção aos incêndios florestais e proteção ambiental; atendimento pré-hospitalar; atividades de defesa civil; ações de segurança pública e pesquisas técnico-científicas nas suas áreas de atuação.

Para tanto a Corporação está organizado com base na hierarquia e disciplina e constitui força auxiliar e reserva do Exército Brasileiro.

---

## **1.2) Normas e regulamento de criação, alteração e funcionamento da unidade.**

---

O Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal (CBMDF), organizado com base na hierarquia e na disciplina, possui suas atribuições institucionais estabelecidas pela Constituição Federal, pela Lei Federal n.º 7.479, de 2 de junho de 1986; pela Lei Federal n.º 8.255, de 25 de novembro de 1991; pelo Decreto Federal n.º 7.163, de 29 de abril de 2010 e pelo Decreto Distrital n.º 31.817, de 21 de junho de 2010.

O Art. 144 da Constituição Federal estabelece que os Corpos de Bombeiros são órgãos integrantes da segurança pública, incumbindo-lhes, além das missões definidas em legislações específicas, a execução das atividades de defesa civil.

A Lei Federal n.º 7.479, de 02 de junho de 1986, que aprova o Estatuto dos Bombeiros Militares do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal, alterado pela Lei Federal n.º 12.086, de 06 de novembro de 2009, traz:

“Art. 2º O Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal, instituição permanente, essencial à segurança pública e às atividades de defesa civil, fundamentada nos princípios da hierarquia e disciplina, e ainda força auxiliar e reserva do Exército nos casos de convocação ou mobilização, organizada e mantida pela União nos termos do inciso XIV do art. 21 e dos §§ 5º e 6º do art. 144 da Constituição Federal, subordinada ao Governador do Distrito Federal, destina-se à execução de serviços de perícia, prevenção e combate a incêndios, de busca e salvamento, e de atendimento pré-hospitalar e de prestação de socorros nos casos de sinistros, inundações, desabamentos, catástrofes, calamidades públicas e outros em que seja necessária a preservação da incolumidade das pessoas e do patrimônio. (Redação dada pela Lei n.º 12.086, de 2009)”. (Grifo Nosso).

A Lei Federal n.º 8.255, de 20 de novembro de 1991, que dispõe sobre a Organização Básica do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal, alterada pela Lei Federal n.º 12.086, de 06 de novembro de 2009, traz:

“Art. 1º O Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal, organizado com base na hierarquia e na disciplina, em conformidade com as disposições contidas no Estatuto dos Bombeiros

Militares da Corporação, destina-se a realizar serviços específicos de bombeiros na área do Distrito Federal.

Art. 2º Compete ao Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal:

- I - realizar serviços de prevenção e extinção de incêndios;
- II - realizar serviços de busca e salvamento;
- III - realizar perícias de incêndio relacionadas com sua competência;
- IV - prestar socorros nos casos de sinistros, sempre que houver ameaça de destruição de haveres, vítimas ou pessoas em iminente perigo de vida;
- V - realizar pesquisas técnico-científicas, com vistas à obtenção de produtos e processos, que permitam o desenvolvimento de sistemas de segurança contra incêndio e pânico;
- VI - realizar atividades de segurança contra incêndio e pânico, com vistas à proteção das pessoas e dos bens públicos e privados;
- VII - executar atividades de prevenção aos incêndios florestais, com vistas à proteção ambiental;
- VIII - executar as atividades de defesa civil;
- IX - executar as ações de segurança pública que lhe forem cometidas por ato do Presidente da República, em caso de grave comprometimento da ordem pública e durante a vigência do estado de defesa, do estado de sítio e de intervenção no Distrito Federal.
- X - executar serviços de atendimento pré-hospitalar. (Incluído pela Lei nº 12.086, de 2009).

Art. “3º O Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal, força auxiliar e reserva do Exército, subordina-se ao Governador do Distrito Federal e integra o sistema de segurança pública do Distrito Federal”.

Por fim, o Decreto Federal n.º 7.163/2010 acresceu o rol de missões da Corporação, nos seguintes termos:

- desenvolver na comunidade a consciência para os problemas relacionados com incêndios, acidentes em geral e pânico;
- promover e participar de campanhas educativas direcionadas à comunidade em sua área de atuação; e
- fiscalizar, na área de sua competência, o cumprimento da legislação referente à prevenção contra incêndio e pânico, corresponde ao fim a que se destina a UJ, ou seja, o motivo da sua criação. Enquanto competência institucional está relacionada às atribuições definidas em lei, estatuto ou regimento, a serem executadas por intermédio de políticas públicas para atender às necessidades dos seus beneficiários diretos e indiretos.



## **2. PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E DESEMPENHOS ORÇAMENTÁRIO E OPERACIONAL**

---

### **2.1) Planejamento Organizacional**

---

O Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal adota, desde 2002, como instrumento para tomada de decisão da alta gestão, o planejamento estratégico visando o desenvolvimento institucional. O atual ciclo estratégico (2013-2016) foi desenvolvido com base na metodologia do Balanced Score Card - BSC, cuja principal característica é estabelecer objetivos e metas, a serem alcançadas com iniciativas e ações, aferidas por indicadores, nas perspectivas financeiras, de aprendizagem e crescimento, de processos internos e dos clientes.

O planejamento estratégico neste contexto vem oferecer ferramentas para organizar e direcionar os recursos e esforços da instituição para alcançar a excelência de suas entregas à sociedade. O Plano Estratégico do quadriênio 2013-2016 (Planes) formalizou a fase de planejamento estratégico. O Planes estabeleceu sete objetivos estratégicos, distribuídos nas quatro perspectivas do BSC. O alcance destes objetivos foi planejado com oitenta e quatro ações estratégicas. Noventa indicadores foram elaborados para aferir o andamento e cumprimento dos objetivos e ações estratégicas.

Atualmente o Planes está em plena execução, tendo o Gabinete do Comandante-Geral, os Departamentos, as Diretorias, o Estado-Maior-Geral e o Comando Operacional como responsáveis, por implantar a estratégia corporativa.

O Estado-Maior Geral como órgão de direção-geral, de orientação e planejamento, responsável pelo planejamento estratégico está monitorando os resultados, aferindo o desempenho dos resultados obtidos e orientando as ações para melhorar as operações e a estratégia. Anualmente é consolidado um relatório com os dados, informações, análises e avaliações resultantes do monitoramento dos indicadores estratégicos, para servirem de subsídio para a tomada de decisão dos gestores.

O Plano Estratégico do CBMDF anualmente é desdobrado em planos setoriais de ação. Os órgãos responsáveis por ações estratégicas são instados a elaborarem o Plano de Ação Setorial - PLASA, publicando-os em Boletim Geral da Corporação. O planejamento setorial consiste em organizar as ações, projetos e atividades alinhadas à estratégia corporativa desenvolvidos no setor, ordenando assim responsabilidades, prazos e recursos disponíveis.

Visando orientar a elaboração do PLASA 2016, nos termos do art.3º da Portaria nº 40 de 16 de novembro de 2015, foram estabelecidas as seguintes etapas para confecção do Plano Setorial Anual.

1. Incluir no PLASA 2016 as ações estratégicas com metas para 2016;
2. Incluir no PLASA 2016 as ações estratégicas de anos anteriores, ainda não concluídas;

3. Incluir os valores orçamentários disponibilizados no Plano de Aplicação de Recursos Financeiros-2016, na coluna Custo R\$ do modelo do PLASA;

4. Detalhar as ações em projetos, etapas e atividades, atribuindo responsabilidades específicas e prazos;

5. Relatar resumidamente a situação de cada projeto, etapa ou atividade.

## 2.1.1) Descrição sintética dos objetivos do exercício

### 2.1.1.1) Mapa Estratégico (situação em 31 de dezembro de 2015)

#### MISSÃO

Proteção de vidas, patrimônio e meio ambiente.

#### VISÃO

Ser referência para a sociedade pela excelência dos serviços prestados em sua área de atuação, por meio da qualificação de seus integrantes, da gestão estratégica da instituição, do constante reequipamento e da inovação tecnológica. Ser referência para a sociedade pela excelência dos serviços prestados em sua área de atuação, por meio da qualificação de seus integrantes, da gestão estratégica da instituição, do constante reequipamento e da inovação tecnológica.

Perspectiva da sociedade

1. Obter a excelência nos serviços prestados à comunidade.



Perspectiva dos processos internos

2. Otimizar a gestão estratégica e administrativa da Corporação.



3. Otimizar o atendimento à saúde dos bombeiros militares e dependentes.



4. Otimizar o emprego da Tecnologia da Informação e de Comunicação



Perspectiva de aprendizagem e crescimento

5. Obter a excelência no desenvolvimento de pesquisas na área de atuação



6. Obter a excelência na formação e capacitação de bombeiros



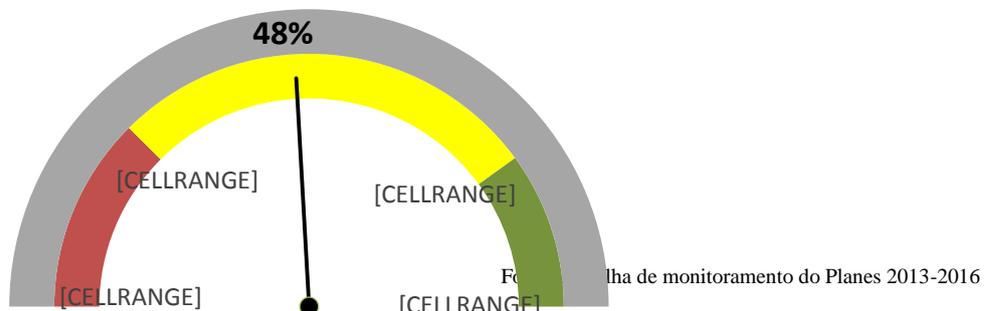
Perspectiva financeira

7. Otimizar a gestão orçamentária e financeira da Corporação

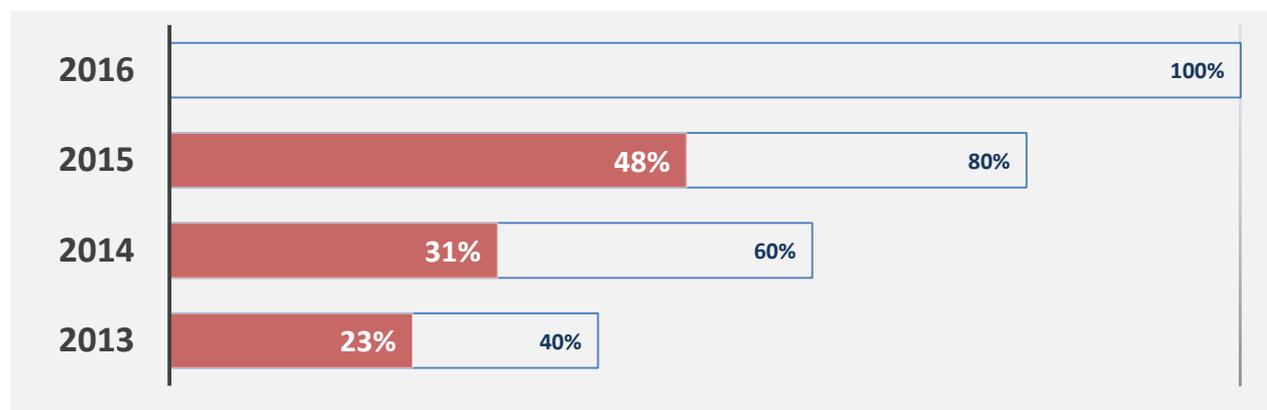


### 2.1.1.2) Desempenho dos objetivos e ações estratégicas 2013-2015

O Plano Estratégico obteve uma execução total de 48%, até o ano de 2015. O valor representa a média dos resultados obtidos na execução das 83 ações estratégicas. O painel abaixo expõe a realização do Plano até 2015 comparada às faixas de avaliação vermelha (abaixo de 25%), amarela (entre 25% e 80%) e verde (acima de 80%). O Plano Estratégico do CBMDF, para o quadriênio 2013-2016 está na faixa amarela, na medição realizada em 31 de dezembro de 2015.



A meta de realização do Plano para o ano de 2015 era de 80% de execução. Mediante a realização de 48%, em 2015, o desempenho comparado foi de 60%. Em 2014 o desempenho comparado foi de 51% (meta de 60% e realização de 31%). Já em 2013 o desempenho comparado foi de 57% (meta 40% e realização de 23%). O desempenho nos últimos três anos foi sempre ascendente. Uma projeção conservadora infere um desempenho de 60% do Plano até o seu final, em 2016. Todavia, um incremento de alocação de recursos, monitoramento e controle setorial das ações pode resultar em um desempenho de até 75%, em uma projeção otimista.



Fonte: Planilha de monitoramento do Planes 2013-2016

\* O indicador da ação estratégica 1.13 - Realizar concurso público para possibilitar o ingresso de bombeiro militares - não foi incluído no computo da média do objetivo estratégico 1 e respectivamente na média de realização do Plano Estratégico. O indicador apresentou nos dois últimos dois anos uma variação negativa extremamente abaixo da meta estabelecida. A inclusão deste indicador iria distorcer o desempenho médio do objetivo estratégico 1, comprometendo assim a avaliação geral do Plano.

## Painel de monitoramento do planes

Item Estratégico		Status 2013	Status 2014	Status 2015
1	Obter a excelência nos serviços prestados à comunidade.			
2	Otimizar a gestão estratégica e administrativa da Corporação.			
3	Otimizar o atendimento à saúde dos bombeiros militares e dependentes.			
4	Otimizar o emprego da Tecnologia da Informação e de Comunicação			
5	Obter a excelência no desenvolvimento de pesquisas na área de atuação.			
6	Obter a excelência na formação e capacitação de bombeiros			
7	Otimizar a gestão orçamentária e financeira da Corporação			

Fonte: Planilha de monitoramento do Planes 2013-2016

A cor verde indica que a meta estipulada para o objetivo estratégico foi atingida, na faixa de 80% a 100%. A cor amarela evidencia uma margem parcial de alcance do objetivo variando de 25% a 79,99%. A cor vermelha indica que a meta não foi atingida, neste caso o desempenho varia entre 0% e 24,99%.

O mapa estratégico traz a situação atual dos objetivos estratégicos. O painel acima demonstra a situação dos objetivos estratégicos desde o início do plano em 2013 até 2015. Os indicadores dos objetivos estratégicos de 1 a 6 aferem a execução média das ações estratégicas vinculadas. Já o indicador do objetivo estratégico 7 afere a execução orçamentária do PARF.

Os objetivos estratégicos de modo geral tiveram evolução positiva, no período analisado. Os objetivos estratégicos 1, 3 e 6 permaneceram na faixa amarela de 2013 a 2015, entretanto todos obtiveram ganhos de desempenho ao longo do período. Em 2015 estes objetivos estão com execução entre 53% e 63%

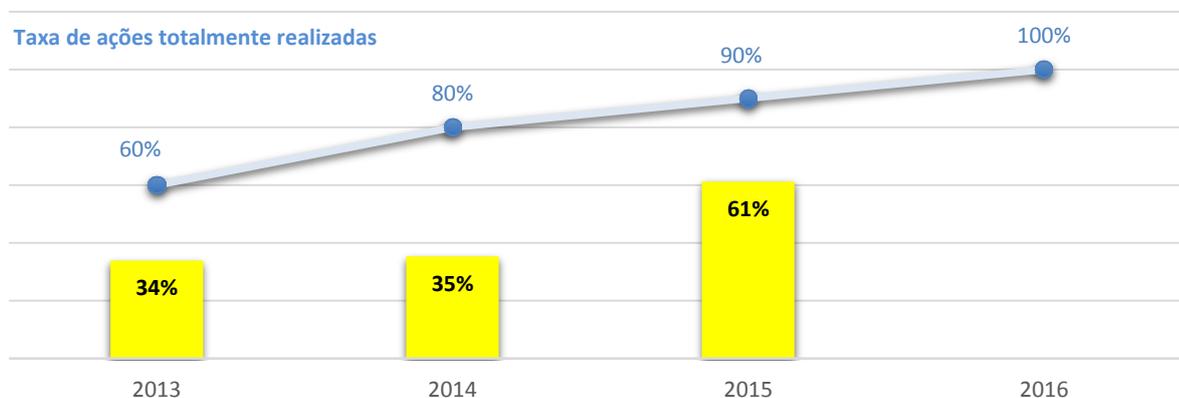
Os objetivos estratégicos 4 e 7 evoluíram positivamente saindo da faixa amarela em 2013, para a faixa verde em 2014 e consolidando em 2015 execução acima de 80%.

Os objetivos estratégicos 2 e 5 iniciaram suas metas somente em 2014. O objetivo 2 obteve evolução positiva saindo da faixa vermelha (2%) para amarela (48%). O objetivo 5 requer atenção pois está na faixa vermelha, em 2014 com 2% de execução e em 2015 com apenas 8%.

As medições de todos os indicadores foram informadas, corrigindo a falta de dados de quatro indicadores ocorrida em 2014. Desta forma o monitoramento apresentado contempla a totalidade dos indicadores, ações e objetivos estratégicos.

## Monitoramento e avaliação das ações estratégicas vinculadas ao objetivo 1.

O objetivo estratégico 1 tem dezessete ações estratégicas vinculadas. As ações 1.6 e 1.7 tem metas de 100% e 200%, respectivamente previstas para o ano de 2016. Das quinze ações monitoradas em 2015, onze (73%) atingiram a meta estipulada e quatro (27%) estão muito abaixo da meta estipulada. Requerendo, portanto, intervenção do Comando-Geral as ações 1.3, 1.13, 1.14 e 1.15. A ação 1.15 tinha meta prevista de 100%, para o ano de 2014, portanto está atrasada.

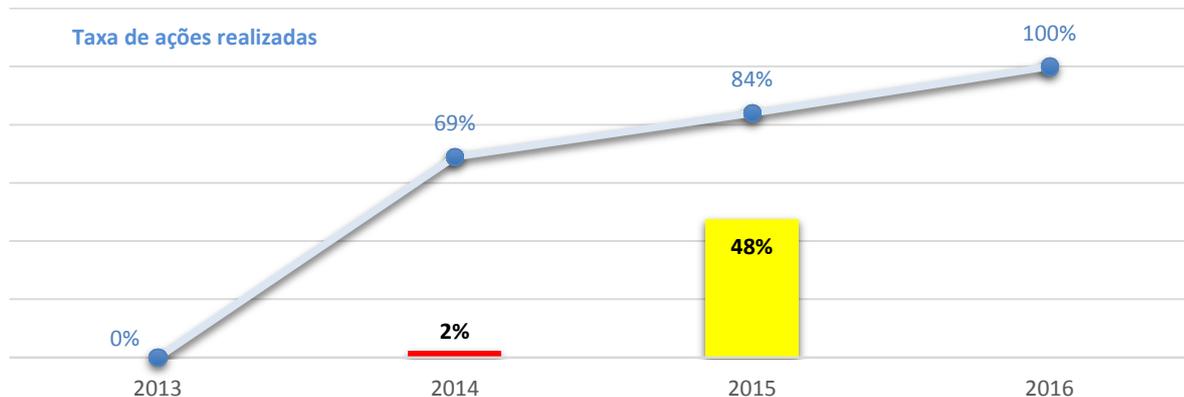


Item Estratégico		OBM responsável	Meta 2015	Medição 2015	2015
<b>1</b>	<b>Obter a excelência nos serviços prestados à comunidade.</b>		<b>90%</b>	<b>61%</b>	
1.1	Modernizar a frota terrestre destinada ao combate incêndio urbano	COMOP	100%	100%	
1.2	Modernizar a frota terrestre destinada à extinção e prevenção de incêndios florestais	COMOP	100%	100,00%	
1.3	Modernizar o combate a incêndio em embarcações e estruturas lacustres com uso de embarcações de combate a incêndio	COMOP	1	0	
1.4	Modernizar a frota terrestre destinada a prestação de serviços emergenciais de salvamento	COMOP	100%	100,00%	
1.5	Modernizar a frota terrestre destinada à prestação de serviços de atendimento pré-hospitalar	COMOP	100%	100,00%	
1.6	Modernizar e ampliar a frota aérea destinada à prestação de serviços emergenciais de salvamento e atendimento pré-hospitalar	COMOP		0,00%	
1.7	Ampliar a frota terrestre especializada destinada ao atendimento a emergências com produtos perigosos.	COMOP		0,00%	
1.8	Ampliar a capacidade de apoio aos serviços de combate a incêndio, APH, BREC e atuação em produtos perigosos	COMOP	70%	70,00%	
1.9	Modernizar a frota terrestre destinada à execução de serviços de prevenção de acidentes.	COMOP	100%	100,00%	
1.10	Modernizar e ampliar a infraestrutura de aquartelamentos destinados à prestação de serviços de atendimento a emergências.	COMOP	30%	30,00%	
1.11	Prover todo o efetivo de EPI adequado a realização dos serviços de atendimento a emergência de sua responsabilidade	COMOP	100%	100,00%	
1.12	Ampliar e modernizar a logística operacional, contemplando manutenção de viaturas e edificações operacionais, além de outras ações de logística necessárias a prestação dos serviços de atendimento a emergências em geral.	COMOP	75%	65,00%	
1.13	Realizar concurso público para possibilitar o ingresso de bombeiro militares.	DIGEP	5%	-90,52%	
1.14	Modernizar a infraestrutura necessária as ações de fiscalização de segurança contra incêndio de edificações e eventos (análise de projetos e vistorias).	DESEG	100%	0,00%	
1.15	<b>Elaborar uma política de atendimento e despacho de emergências.</b>	<b>EMG</b>		<b>15,00%</b>	
1.16	Assistir 1500 crianças e adolescentes em condição de risco por meio dos projetos sociais existentes na Corporação anualmente.	APROS	100%	100,00%	
1.17	Assistir 800 idosos por meio dos projetos sociais de modo a contribuir com a melhoria da qualidade de vida da população desta faixa etária anualmente.	APROS	100%	100,00%	

Fonte: Planilha de Monitoramento do PLANES

## Monitoramento e avaliação das ações estratégicas vinculadas ao objetivo 2.

O objetivo estratégico 2 tem catorze ações estratégicas vinculadas. No geral o objetivo estratégico atingiu 48% de realização. As ações 2.4, 2.5, 2.6 e 2.11 com metas de conclusão (100%) para o ano de 2014 estão atrasadas. A execução destas ações será monitorada até o final do Planes ou sua conclusão. A ação 2.10 tem meta prevista para o ano de 2016 e está com sua execução adiantada em 50%. Das catorze ações monitoradas quatro (28,5%) atingiram satisfatoriamente a meta estipulada, seis (43%) estão abaixo da meta estipulada e quatro (28,5%) estão muito abaixo da meta.

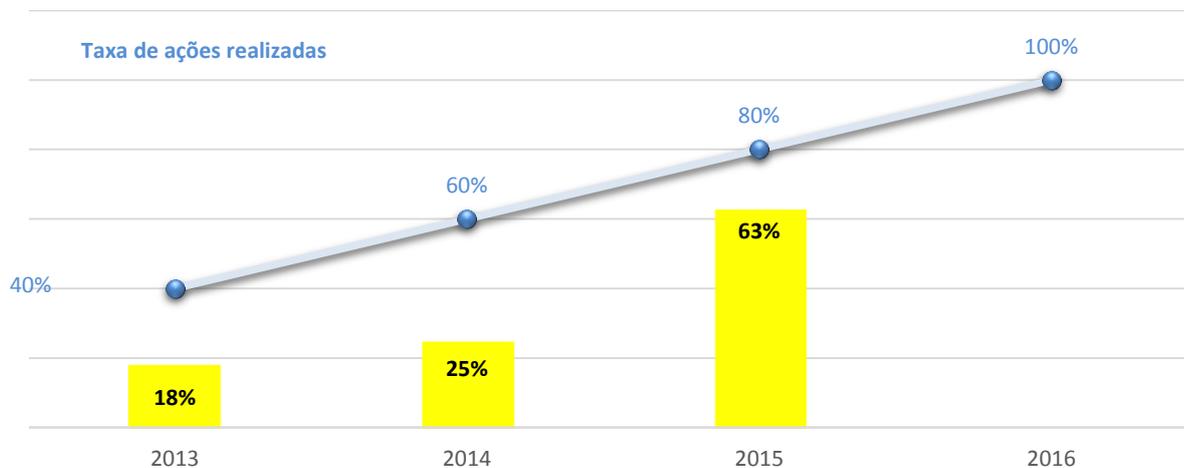


Item Estratégico	OBM responsável	Meta 2015	Medição 2015	2015
<b>2 Otimizar a gestão estratégica e administrativa da Corporação.</b>		84%	48%	
2.1 Contratar assessoria para aperfeiçoar os processos internos do CBMDF.	EMG	50%	60,00%	
2.2 Contratar assessoria para auxiliar na confecção do próximo plano estratégico e na gestão estratégica.	EMG	100%	20,00%	
2.3 Adquirir software para gestão estratégica.	EMG	100%	20,00%	
2.4 Consolidar o regimento interno do CBMDF.	EMG		30,00%	
2.5 Consolidar o QOD do CBMDF.	EMG		60,00%	
2.6 Implementar um escritório de projetos.	EMG		20,00%	
2.7 Adquirir software de gestão de projetos	EMG	100%	20,00%	
2.8 Ampliar e modernizar a infraestrutura administrativa do CBMDF.	DEALF	75%	84,42%	
2.9 Confeccionar um plano de carreira para oficiais e praças	EMG	100%	80,00%	
2.10 Modernizar a estrutura organizacional da Corporação	EMG	0	50,00%	
2.11 Confeccionar uma política de gestão de pessoal inativo	EMG		80,00%	
2.12 Elaborar um política de controle e transparência da corporação.	EMG	80%	50,00%	
2.13 Revisar o Plano de Emprego da Corporação com a inclusão do modelo operacional do CBMDF	COMOP	100%	79,00%	
2.14 Disponibilizar curso de especialização para capacitar oficiais superiores na área de gestão estratégica	EMG	50%	12,50%	

Fonte: Planilha de Monitoramento do PLANES

## Monitoramento e avaliação das ações estratégicas vinculadas ao objetivo 3

O objetivo estratégico 3 tem três ações estratégicas vinculadas. Ação 3.1 está acima da meta. A ação 3.2 com meta de conclusão (100%) para o ano de 2014 está atrasada, todavia sua execução é de 75%. A execução desta ação será monitorada até o final do Planes ou sua conclusão. A ação 3.3 está abaixo da meta.

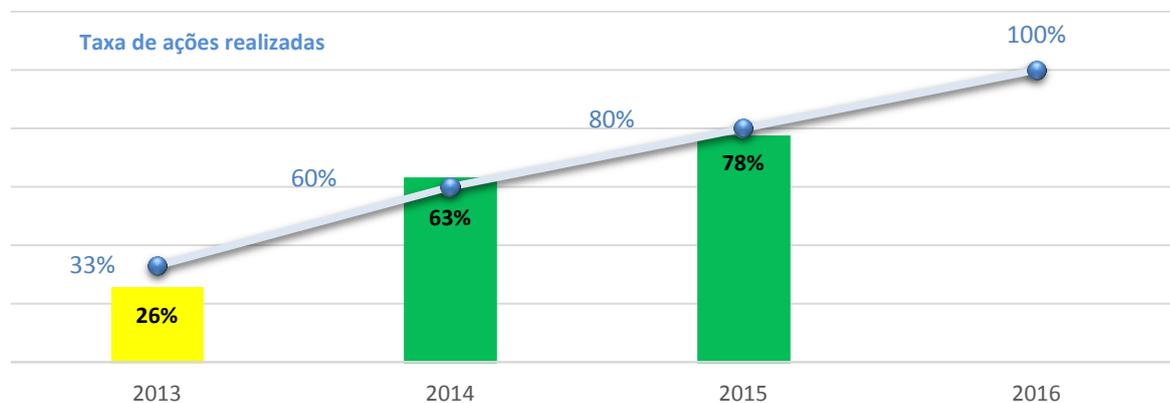


Item Estratégico	OBM responsável	Meta 2015	Medição 2015	2015
<b>3 Otimizar o atendimento à saúde dos bombeiros militares e dependentes.</b>		<b>80%</b>	<b>63%</b>	
3.1 Realizar campanhas preventivas de saúde.	DISAU	66%	93,00%	
3.2 Ampliar e modernizar as instalações de assistência à saúde física e mental dos bombeiros, dependentes e pensionistas.	DISAU		75,00%	
3.3 Elaborar a política de saúde da Corporação	EMG	100%	20,00%	

Fonte: Planilha de Monitoramento do PLANES

## Monitoramento e avaliação das ações estratégicas vinculadas ao objetivo 4.

O objetivo estratégico 4 tem vinte e sete ações estratégicas vinculadas. O objetivo estratégico atingiu 78% de ações realizadas. Resultado excelente quando comparado à meta de 80% para o ano. Dezesete ações estão concluídas. Três ações estão com resultado na faixa verde, destas a ação 4.7 está com a execução 95% adiantada. A ação 7.3 está na faixa amarela atingido 75% de execução. Seis ações estão muito abaixo da meta estipulada. As ações 4.1, 4.12, 4.14, 4.24, 4.25 e 4.26.

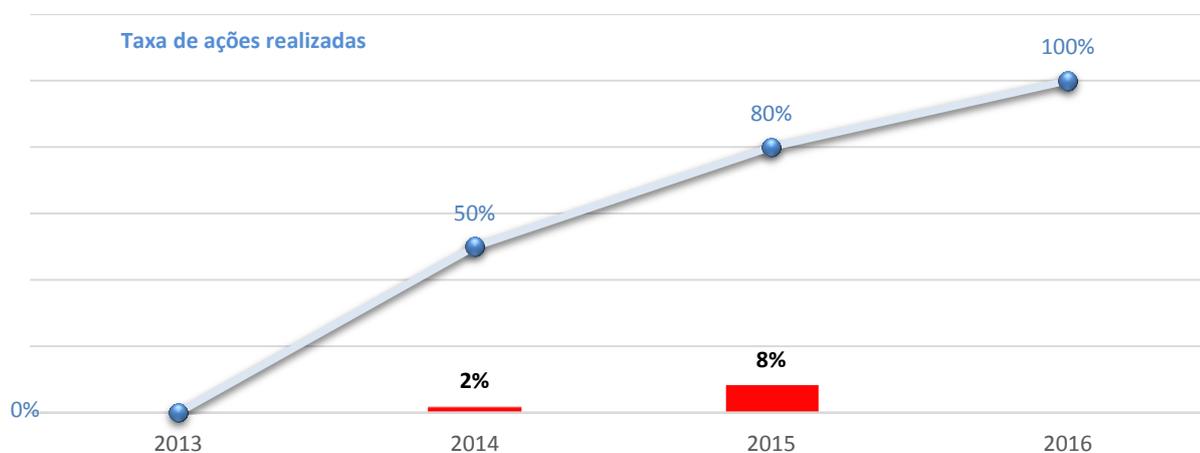


Item Estratégico		OBM responsável	Meta 2015	Medição 2015	2015
<b>4</b>	<b>Otimizar o emprego da Tecnologia da Informação e de Comunicação</b>		<b>80%</b>	<b>78%</b>	
4.1	Implementar o sistema de comunicação digital.	DITIC	100%	20,00%	
4.2	Implantar o Sistema Eletrônico de Informação.	DITIC	100%	93,00%	
4.3	Implementar o Sistema de Gestão de Ficha de Assentamento – SICAFI.	DITIC	75%	100,00%	
4.4	Implantar Sistema de Gestão de Material Operacional – SISMAT.	DITIC	50%	100,00%	
4.5	Implementar sistema de Gestão de Ordens de Missão – SISOM	DITIC	75%	100,00%	
4.6	Implantar Sistema de Gestão de Saúde – SAUDEWEB.	DITIC	50%	73,00%	
4.7	Prover todas as OBMs com transmissão de dados de qualidade	DITIC		95,00%	
4.8	Implementar o Sistema de Gestão de Secretarias – SISGESEC.	DITIC	100%	100,00%	
4.9	Implementar o Sistema de Gestão de Viaturas – SICONV.	DITIC	100%	100,00%	
4.10	Implantar o Sistema de Vistorias e Análise técnica.	DITIC	100%	100,00%	
4.11	Implementar o Sistema de Gestão e Controle de Pessoal – GECOPE.	DITIC	100%	100,00%	
4.12	Implementar o Sistema de Gestão e Controle Orçamentário e Financeiro – SEOF.	DITIC	50%	0,00%	
4.13	Implementar o Sistema Integrado de Gestão de Aquisições	DITIC	50%	100,00%	
4.14	Implementar o Subsistema da Classificação Hierárquica dos Militares.	DITIC	100%	0,00%	
4.15	Implementar o Subsistema de Controle de Capacitações – SICAP	DITIC		100,00%	
4.16	Implementar o subsistema de controle de funções.	DITIC		100,00%	
4.17	Implementar o Subsistema de Gestão de Dependentes e Pensionistas.	DITIC		100,00%	
4.18	Implementar o Subsistema de Gestão de Férias – GEAF.	DITIC		100,00%	
4.19	Implementar o Sistema ODONTOWEB.	DITIC		100,00%	
4.20	Implementar o Sistema de Controle de Horas de Voo – SEVOA.	DITIC		100,00%	
4.21	Implementar o Sistema de Marcação na Junta de Saúde.	DITIC	100%	100%	
4.22	Implementar o Sistema de Controle de Processos da Controladoria.	DITIC	100%	73,00%	
4.23	Modernizar o servidor de arquivos.	DITIC	100%	100,00%	
4.24	Modernizar os servidores.	DITIC	100%	20,00%	
4.25	Atualizar o Datacenter.	DITIC	100%	20,00%	
4.26	Implementar o VOIP.	DITIC	100%	0,00%	
4.27	Implementar nova versão do sistema de autenticação – CERBERUS.	DITIC	100%	100,00%	

Fonte: Planilha de Monitoramento do PLANES

## Monitoramento e avaliação das ações estratégicas vinculadas ao objetivo 5.

O objetivo estratégico 5 tem seis ações estratégicas vinculadas. Das seis ações monitoradas todas estão abaixo da meta, destas a ação 5.5 não foi iniciada.

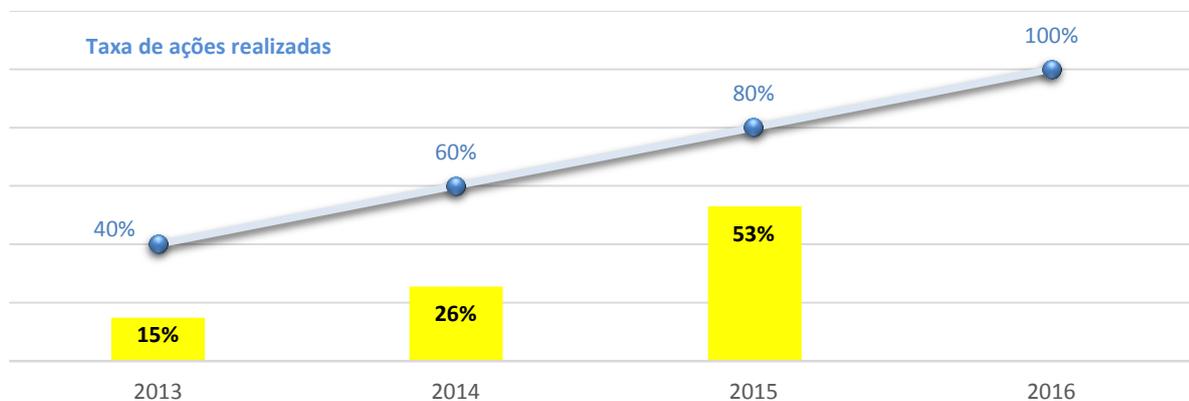


Item Estratégico		OBM responsável	Meta 2015	Medição 2015	2015
<b>5</b>	<b>Obter a excelência no desenvolvimento de pesquisas na área de atuação.</b>		<b>80%</b>	<b>8%</b>	
5.1	Desenvolver pesquisas relativas ao comportamento do fogo e ao combate a incêndios.	DIPCT	50%	10,00%	
5.2	Desenvolver pesquisas na área de salvamento.	DIPCT	50%	10,00%	
5.3	Desenvolver pesquisas na área de atendimento pré-hospitalar.	DIPCT	50%	10,00%	
5.4	Desenvolver pesquisas na área de investigação de incêndio.	DIPCT	50%	10,00%	
5.5	Disponibilizar laboratório de ciência do fogo.	DIPCT	50%	0,00%	
5.6	Realizar concurso anual de artigos científicos.	DIPCT	50%	10,00%	

Fonte: Planilha de Monitoramento do PLANES

## Monitoramento e avaliação das ações estratégicas vinculadas ao objetivo 6.

O objetivo estratégico 6 tem catorze ações estratégicas vinculadas. A ação 6.9 foi concluída em 2013. A ação 6.14 com meta de conclusão (100%) para o ano de 2014 está atrasada, contudo já atingiu 50% de sua execução. A execução desta ação será monitorada até o final do Planes ou sua conclusão. Das catorze ações monitoradas quatro ações atingiram a meta de 2015, seis ações estão abaixo da meta e três ações estão muito abaixo da meta.

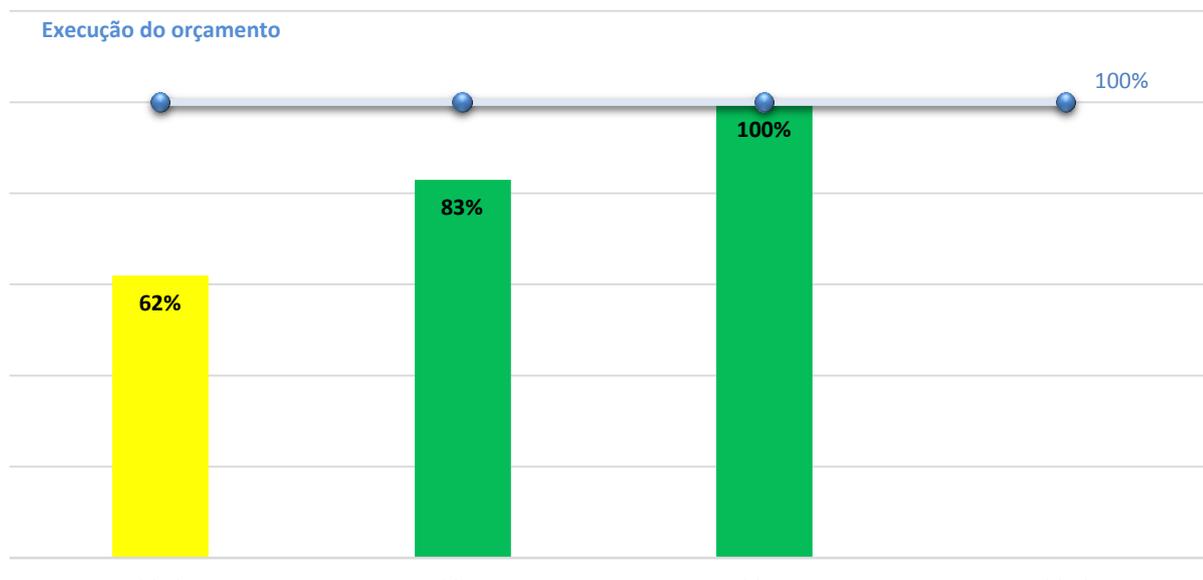


Item Estratégico	OBM responsável	Meta 2015	Medição 2015	2015
<b>6 Obter a excelência na formação e capacitação de bombeiros</b>		<b>80%</b>	<b>53%</b>	
6.1 Buscar a execução integral do Plano Geral de Cursos (PGC) anual.	DIREN	98%	91,42%	
6.2 Oportunizar curso superior aos bombeiros que ainda não possuem.	DIREN	80%	78%	
6.3 Aprimorar a capacitação dos instrutores em métodos e técnicas de ensino.	DIREN	65%	50,00%	
6.4 Capacitar o total de 1000 militares em diversos cursos.	DIREN	75%	122,00%	
6.5 Implantar o museu interativo do CBMDF.	GABCG	80%	20,00%	
6.6 Elaborar e implementar programa de capacitação continuada na área operacional.	COMOP	100%	49,00%	
6.7 Elaborar e implementar programa de avaliação profissional.	COMOP	100%	0,00%	
6.8 Construir um auditório.	DEPCT	100%	40,00%	
6.9 Construir o vestiário do Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças (CEFAP)	DEPCT		100%	
6.10 Prover infraestrutura para fins de capacitação operacional continuada em 05 Grupamentos de Bombeiro Militar.	COMOP	50%	0,00%	
6.11 Aprovar a lei de ensino.	DEPCT	100%	30,00%	
6.12 Construir a nova sede do CEFAP.	DEPCT	50%	10,00%	
6.13 Aquisição de simuladores para a Autoescola do CEMEV.	DEALF	50%	100,00%	
6.14 Revisar as diretrizes de ensino	EMG		50,00%	

Fonte: Planilha de Monitoramento do PLANES

## Monitoramento e avaliação das ações estratégicas vinculadas ao objetivo 7

O objetivo estratégico 7 tem três ações estratégicas vinculadas. A ação 7.1 apresenta um desempenho muito próximo à meta de 2015. As ações 7.2 e 7.3 não foram executadas.



Item Estratégico		OBM responsável	Meta 2015	Medição 2015	2015
<b>7</b>	<b>Otimizar a gestão orçamentária e financeira da Corporação</b>	DEALF	<b>100%</b>	<b>100%</b>	
7.1	Executar em sua totalidade os recursos oriundos do Fundo Constitucional do Distrito Federal (FCDF), do GDF e de convênios.	DEALF	100%	82,37%	
7.2	Disponibilizar capacitação aos militares para realizar especificação com fins de aquisição de bens e serviços necessários ao desenvolvimento da missão institucional.	DEALF	75%	0,00%	
7.3	Disponibilizar capacitação aos militares na área de gestão orçamentária e financeira.	DEALF	75%	0,00%	

Fonte: Planilha de Monitoramento do PLANES

---

### **2.1.2) Estágio de implementação do planejamento estratégico**

---

Não aplicável o planejamento estratégico foi concluído em 2013 e está em plena execução e monitoramento no CBMDF, conforme descrito no item 2.1.

---

## **2.2) Formas e instrumentos de monitoramento da execução e resultados dos planos**

---

O monitoramento e avaliação do Planes até 2014 eram realizados por método descritivo. Os responsáveis pelas ações estratégicas enviavam formulários, via Formulários Google, preenchidos com informações descritivas da situação da ação estratégica e do respectivo indicador. A Comissão Permanente de Gestão do Plano Estratégico (CPGPE) analisava as respostas e emitia um relatório com a compilação das informações obtidas, organizadas por ações estratégicas.

Em maio de 2015 o EMG visando aperfeiçoar o monitoramento e avaliação do Planes iniciou o projeto de melhoria do monitoramento e avaliação do Planes. A gestão do Plano Estratégico passou a carga da Subseção de Planejamento Estratégico da Secretaria do Estado-Maior Geral do CBMDF.

O processo de monitoramento e avaliação do Planes implantado a partir do ano de 2015, foi otimizado para a seguinte forma:

- A coleta de dados trimestral foi formalizada em processo eletrônico, via Sistema Eletrônico de Informações – SEI, com o envio das fichas técnicas dos indicadores estratégicos, do modelo de relatório de monitoramento e de Memorando com orientações gerais de preenchimento, para os setores responsáveis pelas ações estratégicas;
- As medições dos indicadores estratégicos registradas nos relatórios e respondidas pelos setores são registradas na planilha de monitoramento e controle do Plano Estratégicos, no formato Excel;
- A planilha de monitoramento e controle gera um painel com semáforos de alerta de situação da ação e do respectivo objetivo estratégico. Também, são gerados gráficos em que se visualizam meta, medição e período;
- Análises, avaliações e recomendações dos analistas da Subseção de Planejamento Estratégico – SUPLE do Estado-Maior-Geral são produzidas a partir do painel e gráficos gerados. As informações são organizadas por ações, objetivos e setores responsáveis pela execução da estratégica;
- O relatório de monitoramento e avaliação do Planes é consolidado com as informações geradas nas etapas anteriores;
- O relatório é validado pelo Chefe do EMG e apresentado ao Comandante-Geral e ao colegiado do Comando-Geral para subsidiar a tomada de decisão dos gestores da corporação;

- O relatório é encaminhado aos responsáveis para auxiliar a gestão setorial no monitoramento e correção dos Planos Anuais Setoriais.

A medição dos indicadores foi estipulada para a periodicidade trimestral visando à efetividade da gestão estratégica. Neste sentido, foram adotadas seguintes providências pelo Comando-Geral para viabilizar melhores resultados do Plano Estratégico:

- Estabelecimento de prioridades de execução e alocação de recursos, ante a elevada quantidade de ações estratégicas e o mediano índice de atingimento das metas, levando em conta ainda o contexto econômico e político atual;
- Reunião trimestral para correção de rumos e consolidação de aprendizagem;
- Revisão dos Planos corrigindo as falhas apontados no Relatório de Monitoramento e Avaliação do Plano;
- Formalização da gestão estratégica, com a elaboração da Diretriz de Gestão Estratégica, visando efetivar a governança corporativa estabelecendo as etapas do processo, seu fluxo, atribuições e responsabilidades;
- Desenvolvimento do próximo ciclo estratégico com maior foco em estratégias corporativas e reduzida quantidade de ações, que permitam maiores controles e execução efetivos.

Objetivamente foram priorizadas 14 (catorze) ações estratégicas, para acompanhamento mensal do Comando-Geral buscando elevar o atual índice de realização do Planes de 48% para 70%, desde que mantidos os desempenhos nas demais ações.

Item estratégico	OBM	Medição 2015	Estimativa 2016
1.14 Modernizar a infraestrutura necessária às ações de fiscalização de segurança contra incêndio de edificações e eventos (análise de projetos e vistorias).	DESEG	0%	40%
2.3 Adquirir software para gestão estratégica.	EMG	20%	100%
2.4 Consolidar o regimento interno do CBMDF.	EMG	30%	100%
2.5 Consolidar o QOD do CBMDF.	EMG	60%	100%
2.6 Implementar um escritório de projetos.	EMG	20%	100%
2.7 Adquirir software de gestão de projetos.	EMG	20%	100%
2.11 Confeccionar uma política de gestão de pessoal inativo	EMG	80%	100%
2.14 Disponibilizar curso de especialização para capacitar oficiais superiores na área de gestão estratégica	EMG	50%	100%
3.3 Elaborar a política de saúde da Corporação	EMG	20%	100%
5.6 Realizar concurso anual de artigos científicos.	DIPCT	10%	100%
6.3 Aprimorar a capacitação dos instrutores em métodos e técnicas de ensino.	DIREN	50%	100%
6.7 Elaborar e implementar programa de avaliação profissional.	COMOP	0%	100%
7.2 Disponibilizar capacitação aos militares para realizar especificação com fins de aquisição de bens e serviços necessários ao desenvolvimento da missão institucional.	DEALF	0%	100%
7.3 Disponibilizar capacitação aos militares na área de gestão orçamentária e financeira.	DEALF	0%	100%

---

### 2.3) Desempenho orçamentário

---

O processo de planejamento institucional e execução dos recursos do FCDF apresentam uma dificuldade adicional, uma vez que, de um lado, no orçamento da União, dispomos dos recursos classificados na função de governo “28 - Encargos Especiais” e na Subfunção “845 - Outras transferências”, aos quais não se vinculam ações, produtos e metas específicos, mas apenas ações genéricas, que não agregam nenhum produto à União, cujo exclusivo intuito é efetuar a transferência do recurso, que são executados de forma global, por grupo de natureza de despesa (GND). De outro lado, no orçamento anual do GDF, não dispomos de programas, ações, produtos e metas específicos a orientar o gasto dos recursos do FCDF, visto que os recursos desse fundo não integram esse orçamento anual.

Assim, o Fundo Constitucional do Distrito Federal é considerado para o Orçamento Federal como despesas de agregação neutra e por essa razão os programas a ele associados são do tipo “operações especiais”, com isso, suas ações constam apenas da LOA, não integrando o PPA do governo federal. No entanto, por determinação do Governo do Distrito Federal, o orçamento destinado ao Fundo Constitucional do Distrito Federal faz parte do PPA do GDF, porém não integra a sua Lei Orçamentária Anual, criando um fator complicador de vinculação entre o PPA e LOA, ou seja, não é possível uma avaliação com base nos programas do PPA-GDF, visto que os recursos do FCDF não compõem a LOA-GDF.

Por outro lado, a participação do GDF na manutenção do CBMDF é mínima, sendo praticamente todas as despesas arcadas pelo FCDF, tornando o acompanhamento das ações previstas no PPA, via sistema inexecuível, uma vez que as ações previstas no PPA-GDF não estão e também não deveriam estar contidas no SIAFI.

Decorrente desta atipicidade do FCDF, o CBMDF tem buscado ao longo dos anos, com base na PLOA-DF e na PLOA-UNIÃO enviadas ao legislativo distrital e federal, estabelecer um Planejamento para Aplicação de Recursos Financeiros, orientado pelo PLANO ESTRATÉGICO DA CORPORACÃO. Anualmente é implementado o PLANO DE APLICAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS – PARF.

Complementarmente, na busca pela melhoria da gestão corporativa, foi ampliado o monitoramento e o acompanhamento das ações do planejamento estratégico a partir do embrião do escritório de projetos no Estado-Maior-Geral, com o qual se espera para os próximos anos melhoria contínua dos serviços prestados pela corporação. Aliado a procura da melhoria nas ações de planejamento, o pioneirismo. 2015 foi um ano de pioneirismo da corporação em ações como: a adoção da agenda A3P, a Implantação do SEI – Sistema Eletrônico de Informação com a diminuição substancial do uso de papel e a diminuição do tempo de tramitação de processos.

As principais realizações físicas decorrentes do Orçamento de investimento de 2015 foram:

- Inauguração do 7º Grupamento de Bombeiro Militar em Brazlândia (substituição);
- Inauguração do 10º Grupamento de Bombeiro Militar no Paranoá (substituição);
- Inauguração do 34º Grupamento de Bombeiro Militar no Lago Norte;
- Inauguração do 46º Grupamento de Bombeiro Militar em Taguatinga Sul (a instalação antiga servia a outra unidade administrativa);
- Aquisição de 6 viaturas Auto Tanques;
- Aquisição de 10 viaturas tipo Moto Resgate;
- Aquisição de 10 viaturas tipo Auto Operacional de Fiscalização;
- Aquisição de 17 viaturas tipo Unidade de Resgate
- Contratação do serviço de manutenção de viaturas tipo Auto Bomba Tanque;
- Obra do 25º GBM - Águas Claras, com aproximadamente 84,42% concluído;
- Obra da nova Policlínica, aproximadamente 70% concluída;

A manutenção do CBMDF, pode-se dizer que é custeada totalmente com recursos do FCDF. Despesas com água, luz, telefone, combustível, manutenção de viaturas e equipamentos, entre outros, são também custeadas com recursos deste fundo. Destacam-se algumas despesas realizadas que são de suma importância para o atendimento a sociedade brasileira e também para a manutenção de serviço de assistência médica ao Bombeiro Militar e dependentes, conforme apresentado no quadro a seguir:

#### Quadro de Materiais e Equipamentos Adquiridos em 2015

Materiais e Equipamentos Adquiridos em 2015	
Objeto	Valor
Aquisição de Instrumental PODON	R\$ 235.673,32
Aquisição de Toner	R\$ 56.420,00
Aquisição de Compressores de Alta Compressão	R\$ 31.050,00
Aquisição de peças e acessórios para compressores.	R\$ 17.496,00
Aquisição de Material de Treinamento GAEPH	R\$ 12.350,00
Aquisição de Material de Treinamento GAEPH	R\$ 13.500,00
Aquisição de Eletrocardiógrafo Policlínica	R\$ 3.400,00
Aquisição de eletrodos para desfibrilação	R\$ 93.912,00
Aquisição de material de natação	R\$ 23.399,00
Aquisição de material de natação.	R\$ 10.004,25
Aquisição de material de natação.	R\$ 4.479,25
Aquisição de material de natação.	R\$ 1.889,20
Aquisição de flutuadores.	R\$ 9.900,00
Aquisição de nadadeiras.	R\$ 32.042,10
Aquisição de material de salvamento, resgate e treinamento.	R\$ 4.609,92
Aquisição de material de natação.	R\$ 586,80
Aquisição de instrumental para PODON	R\$ 1.523,96
Aquisição de instrumental para PODON	R\$ 11.197,80
Conjunto de Equipamento de Proteção Individual para Combate a Incêndio Urbano	R\$ 1.372.638,00
Aquisição de material de Consumo Hospitalar	R\$ 122.625,00
Aquisição de LGE	R\$ 269.560,00
Aquisição de LGE	R\$ 203.870,00
Aquisição de Kits Reagentes.	R\$ 65.815,80
Aquisição de Kits Reagentes.	R\$ 1.470.907,00
Aquisição de Kits Reagentes.	R\$ 305.700,00
Aquisição de Kits Reagentes.	R\$ 731.750,00
Aquisição de Kits Reagentes.	R\$ 213.584,00
Aquisição de Kits Reagentes.	R\$ 469.110,00
Aquisição de Roupas de Produtos Perigosos.	R\$ 133.952,00
Aquisição de capacetes de salvamento.	R\$ 181.675,00
Aquisição de Roupas de Produtos Perigosos.	R\$ 5.400,00

Aquisição de autoclaves, gabinetes para a Policlínica.	R\$ 249.000,00
Aquisição de Roupas de PP.	R\$ 761.400,00
Aquisição de Tenda de Descontaminação de PP.	R\$ 1.445.000,00
Aquisição de material de salvamento.	R\$ 1.543.278,33
Aquisição de material de salvamento.	R\$ 403.616,55
TOTAL	

### Quadros Demonstrativos dos programas de trabalho

A seguir seguem os quadros que demonstram os programas de trabalhos orçamentários nos quais estão apresentadas parcelas referentes ao orçamento do CBMDF, oriundo FCDF.

#### *Ações Relacionadas a Programa Temático do PPA de Responsabilidade da UPC – OFSS*

O Corpo de Bombeiros não tem uma ação específica de sua responsabilidade. Apresenta, portanto, detalhamento apenas em termos de plano orçamentário. As ações em face do Fundo Constitucional do Distrito Federal englobam todos os entes mantidos por este FCDF, não sendo possível encaminhar esse quadro.

#### **Quadro – Ação/Subtítulos – OFSS – detalhado no plano orçamentário - Manutenção das Polícias Civil e Militar e Corpo de Bombeiros do Distrito Federal**

Identificação da Ação							
Código	00NR						
Descrição	Manutenção das Polícias Civil e Militar e Corpo de Bombeiros do Distrito Federal						
Iniciativa							
Objetivo	Código:						
Programa	Código: 0903		Tipo: Operações Especiais				
Unidade Orçamentária	73901						
Ação Prioritária	( ) Sim ( ) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras						
Lei Orçamentária Anual do exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
	*	819.198.219	819.121.148,19	781.016.871,10	781.016.871,10	0,00	38.104.277,09
Execução Física da Ação							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta			Unidade de medida	Meta		
					Prevista	Reprogramada (*)	Realizada
	Não se Aplica			Não se Aplica			

Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas		
	Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada
	48.235.578,20	45.932.502,24	1.377.400,60	Não se Aplica		

O valor dos Restos a Pagar Não Processados de Exercícios Anteriores e Valor Liquidado, do quadro acima, foram obtidos através da diferença entre os valores inscritos (Inscrições e reinscrições de 2014 para 2015) subtraído dos valores cancelados e restos a pagar em liquidação cancelados no período e do saldo final na conta de Restos a Pagar Não Processados a Liquidar).

**Quadro – Ação/Subtítulos – OFSS – Pessoal Inativo e Pensionistas das Polícias Civil e Militar e do Corpo de Bombeiros do DF**

Identificação da Ação							
Código	00NS						
Descrição	Pessoal Inativo e Pensionistas das Polícias Civil e Militar e do Corpo de Bombeiros do DF						
Iniciativa							
Objetivo	Código:						
Programa	0903 Código:		Tipo: Operações Especiais				
Unidade Orçamentária	73901						
Ação Prioritária	( ) Sim ( ) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras						
Lei Orçamentária Anual do exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
	*	418.209.698,00	418.209.698,00	417.646.492,00	417.646.492,00	0,00	563.206,00
Execução Física da Ação							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta			Unidade de medida	Meta		
					Prevista	Reprogramada (*)	Realizada
	Não se Aplica			Não se Aplica			
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
	1.622.747,27	1.610.541,08	0,00	Não se Aplica			

**Quadro – Ação/Subtítulos – OFSS – Outros Benefícios das Polícias Civil e Militar e Corpo de Bombeiros do DF**

Identificação da Ação							
Código	00NT						
Descrição	Outros Benefícios das Polícias Civil e Militar e Corpo de Bombeiros do DF						
Iniciativa							
Objetivo	Código:						
Programa	Código: 0903 Tipo: Operações Especiais						
Unidade Orçamentária	73901						
Ação Prioritária	( ) Sim ( ) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras						
Lei Orçamentária Anual do exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
	*	66.800.007,00	66.800.007,00	66.677.028,91	66.677.028,91	0,00	122.978,09
Execução Física da Ação							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta		Unidade de medida	Meta			
				Prevista	Reprogramada (*)	Realizada	
	Não se Aplica		Não se Aplica				
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
	842.996,35	825.516,27	0,00	Não se Aplica			

***Ações não Previstas LOA do exercício - Restos a Pagar – OFSS***

Não se aplica – O CBMDF não apresentou ações específicas para pagamento de despesas de RP.

***Ações do Orçamento de Investimento***

Não se aplica

---

## Informações complementares

---

Dificuldades enfrentadas pela UPC na execução do orçamento e os reflexos no cumprimento de seus objetivos:

A execução orçamentária e financeira de 2015 iniciou com uma série de intercorrências com os sucessivos decretos de contingenciamento de orçamento no âmbito do Distrito Federal. A exemplo do decreto nº 36.471, de 30 de abril de 2015, o qual dispõe sobre a racionalização e o controle de despesas públicas no âmbito do Governo do Distrito Federal, houve, portanto, uma consequente prolação dos prazos de contratações tendo em vista as rotinas implementadas pelo GDF. Como consequência das dificuldades citadas, não ocasionadas pela corporação, o CBMDF teve que apropriar a folha de dezembro/2014 com o Orçamento de 2015.

Ao final do exercício de 2014, a Subsecretaria do Tesouro - SUTES remanejou aproximadamente R\$ 65.000.000,00 (sessenta e cinco milhões) do orçamento do CBMDF para suprir a necessidade de outras Unidades custeadas com o Fundo constitucional, obrigando o CBMDF a apropriar a folha de dezembro/2014 com o Orçamento de 2015.

Durante o ano de 2015, após diversas reuniões, o CBMDF realizou contínuos cortes em sua Folha de Pessoal, Investimento e Custeio, visando viabilizar a folha de pagamento da totalidade da Segurança Pública. Destarte, a Corporação fez um completo esforço institucional para contribuir na solução dos problemas de folha de pagamento do GDF. Para tanto, foram bloqueados até o meio do ano, via SIAFI, no orçamento do CBMDF os valores de:

R\$38.867.331,00 – Folha de Pessoal

R\$12.874.647,00 – Custeio

R\$12.496.126,00 – Investimento

Cabe destacar que no mês de julho o valor bloqueado do custeio era, aproximadamente, 29% do valor destinado a custear a máquina do CBMDF e o valor do Investimento, 41% desse grupo de despesa. Contudo, o CBMDF não desistiu de seu intuito de reduzir as dívidas de pessoal, seguindo fielmente suas funções e quitando suas obrigações. Não obstante, em novembro, ocorreram mais bloqueios no orçamento, sendo:

R\$ 15.254.862,00 – Folha de Pessoal de Dezembro 2015;

R\$ 3.306.122,00 – Custeio;

R\$ 3.500.000,00 – Investimento;

R\$ 1.016.000,00 – Auxílio Alimentação de Dezembro;

R\$ 2.000.000,00 – Investimento da Saúde;

Assim sendo, o CBMDF teve bloqueado e remanejado de seu orçamento o valor de R\$ 54.122.193,00 – Folha de Pessoal, R\$ 16.180.769,00 – Custeio, R\$ 17.996.126,00 – Investimento, R\$ 1.016.000,00 – Auxílio Alimentação, totalizando assim R\$ 89.315.088,00 (Oitenta e nove milhões, trezentos e quinze mil e oitenta e oito reais). Tais alterações no orçamento do CBMDF criaram grande dificuldade para o cumprimento das ações planejadas pela corporação, tendo assim, muitos projetos cancelados ou adiados para o ano de 2016.

Como consequência destas dificuldades houve:

- A redução substancial nas licitações em relação a 2014, por exemplo, houve 34% menos concorrências e cerca de 80% menos pregões;
- A descontinuidade da contratação da empresa de manutenção predial, fazendo com que o uso do regime de suprimento de fundos aumentasse;

- O aumento de 60% nas contratações diretas por meio de dispensa de licitação;
- A diminuição dos gastos com aquisição de equipamentos e material permanente e com obras para a ampliação da quantidade de quartéis operacionais.

Contudo, mesmo diante do momento político e econômico adverso, a Corporação procurou não apenas manter, mas melhorar a qualidade do atendimento prestado à sociedade do Distrito Federal por meio de ações não orçamentárias e redefinição de metas e objetivos por meio do Plano de Comando publicado no BG n.º 28 de 10 de fevereiro de 2015, a partir do qual diversas ações foram desencadeadas tais como o Plano de Abandono de Emergência em Escolas, empresas e instituições, a intensificação do projeto “Bombeiros nas Quadras” que aproxima a instituição da comunidade.

Houve também o aumento nos quantitativos de ocorrências atendidas pela corporação, bem como, nos atendimentos realizados pelo Departamento de Segurança Contra Incêndio, órgão do CBMDF, responsável pelas ações preventivas realizadas, tais como vistorias para alvarás, vistorias e perícias de incêndio entre outros.

Portando, apesar das dificuldades financeiras, no ano de 2015, o CBMDF obteve resultados melhores do que em anos anteriores, no atendimento ao cidadão, ampliando o atendimento prestado.

---

### **2.3.1) Execução física e financeira das ações da Lei Orçamentária Anual de responsabilidade da unidade**

---

Informação explanada em informações complementares do ITEM 2.3 (Desempenho Orçamentário)

---

### **2.3.2) Fatores intervenientes no desempenho orçamentário**

---

Informação explanada em informações complementares do ITEM 2.3 (Desempenho Orçamentário)

---

### **2.3.3) Restos a pagar de exercícios anteriores**

---

Item descrito no ITEM 2.3(Desempenho Orçamentário) na explanação de cada uma das ações.

---

### **2.3.4) Informações sobre a realização das receitas**

---

A receita do fundo constitucional é referenciada pela RCL da União, conforme descrição na lei no 10.633, de 27 de dezembro de 2002.

---

### **2.3.5) Informações sobre a execução das despesas**

---

Segue abaixo os quadros por modalidade de licitação ou contratação e por grupo e elemento de despesa.

**Quadro – Despesas por modalidade de contratação**

Unidade orçamentária: 170392		Código UO: 73901		UG: 170394	
Modalidade de Contratação	Despesa liquidada		Despesa paga		
	2015	2014	2015	2014	
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	<b>17.306.987,92</b>	<b>67.276.635,90</b>	<b>17.306.987,92</b>	<b>67.276.635,90</b>	
a) Convite					
b) Tomada de Preços					
c) Concorrência	5.633.609,19	8.516.150,84	5.633.609,19	8.516.150,84	
d) Pregão	11.673.378,73	58.760.485,06	11.673.378,73	58.760.485,06	
e) Concurso					
f) Consulta					
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas					
2. Contratações Diretas (h+i)	<b>10.331.779,27</b>	<b>6.487.592,31</b>	<b>10.331.779,27</b>	<b>6.487.592,31</b>	
h) Dispensa	6.177.499,22	2.231.031,17	6.177.499,22	2.231.031,17	
i) Inexigibilidade	4.154.280,05	4.256.561,14	4.154.280,05	4.256.561,14	
3. Regime de Execução Especial	<b>124.102,50</b>	<b>28.109,76</b>	<b>124.102,50</b>	<b>28.109,76</b>	
j) Suprimento de Fundos	124.102,50	28.109,76	124.102,50	28.109,76	
4. Pagamento de Pessoal (k+l)	<b>1.237.376.698,41</b>	<b>1.057.630.402,05</b>	<b>1.237.376.698,41</b>	<b>1.057.630.402,05</b>	
k) Pagamento em Folha	1.237.173.534,25	1.056.149.030,54	1.237.173.534,25	1.056.149.030,54	
l) Diárias	203.164,16	1.481.371,51	203.164,16	1.481.371,51	
5. Outros	<b>200.823,91</b>	<b>363.231,09</b>	<b>200.823,91</b>	<b>363.231,09</b>	
6. Total (1+2+3+4+5)	<b>1.265.340.392,01</b>	<b>1.132.149.202,20</b>	<b>1.265.340.392,01</b>	<b>1.132.149.202,20</b>	

**Quadro – Despesas por grupo e elemento de despesa**

Unidade Orçamentária:		Código UO:		UGO:				
DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014
1. Despesas de Pessoal								
Vencimentos e vantagens fixas - pes. Militar	624.594.896,93	636.383.273,79	622.875.208,48	615.422.507,93	1.719.688,45	0	622.875.208,48	615.422.507,93
Aposent.rpps, reser.remuner. E refor.militar	293.010.115,83	257.575.717,67	292.446.909,83	255.975.815,04	563.206,00	0	292.446.909,83	255.975.815,04
Pensões do rpps e do militar	96.647.608,83	85.213.169,33	96.647.608,83	85.190.324,69	0	2.347,59	96.647.608,83	85.190.324,69
Despesas de exercícios anteriores	63.769.156,51	0	63.769.156,51	0	0	8.849.101,28	63.769.156,51	0
Indenizações e restituições trabalhistas	18.999.307,90	13.150.625,84	18.945.656,74	13.150.625,84	53.651,16	0	18.945.656,74	13.150.625,84
Sentenças Judiciais	0,00	18.404,37	0,00	18.404,37	0,00	0	0,00	18.404,37
3. Outras Despesas Correntes	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014

Indenizações e restituições	84.701.26 3,00	29.427.4 17,47	74.517.27 5,58	24.323.56 7,50	10.183.98 7,42	0	74.517.27 5,58	24.323.567 ,50
Auxílio-alimentação	58.862.25 0,82	56.236.4 00,00	58.824.31 1,72	55.670.10 1,52	37.939,10	0	58.824.31 1,72	55.670.101 ,52
Material de consumo	15.866.21 5,03	15.907.2 51,44	7.883.629 ,93	14.114.44 3,67	7.982.585 ,10	6.330.56 6,82	7.883.629 ,93	14.114.443 ,67
Outros serviços de terceiros pj - op.int.orc.	12.135.39 6,45	14.267.8 11,61	10.352.44 0,70	12.751.78 7,21	1.782.955 ,75	2.854.41 3,30	10.352.44 0,70	12.751.787 ,21
Auxílio-fardamento	6.989.323 ,18	11.476.8 67,17	1.347.130 ,43	3.776.568 ,82	5.642.192 ,75	7.667.71 5,89	1.347.130 ,43	3.776.568, 82
Locação de mão-de-obra	6.185.937 ,80	5.751.34 9,94	4.929.279 ,66	4.500.309 ,17	1.256.658 ,14	0	4.929.279 ,66	4.500.309, 17
Despesas de exercícios anteriores	5.035.889 ,80	180.360, 19	5.035.889 ,80	177.585,6 9	0	3.347,86	5.035.889 ,80	177.585,69
Outros benef.assist. Do servidor e do militar	2.940.229 ,09	2.897.81 2,70	2.855.190 ,10	2.621.114 ,83	85.038,99	9.797,88	2.855.190 ,10	2.621.114, 83
Demais Elementos do Grupo	466.458,8 3	2.451.88 6,48	459.050,3 3	2.420.608 ,07	7.408,50	7.113,66	459.050,3 3	2.420.608, 07
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014
4. Investimentos								
Equipamentos e material permanente	9.467.484 ,07	41.141.6 16,72	32.334,25	35.410.9 33,72	9.435.149 ,82	17.136.7 77,81	32.334,25	35.410.93 3,72
Obras e instalações	4.375.809 ,19	6.633.85 5,95	4.335.809 ,19	5.328.55 0,83	40.000,00	5.242.63 7,94	4.335.809 ,19	5.328.550 ,83
Outros Serviços de Terceiros - PJ	0,00	850.000, 00	0,00	850.000, 00	0,00	680.000, 00	0,00	850.000,0 0
Despesas de exercícios anteriores	83.509,93	11.609,0 8	83.509,93	11.609,0 8	0	0	83.509,93	11.609,08

Fonte: SIAFI

## Informações complementares:

Suprimento de Fundos, Contas Bancárias Tipo B e Cartões de Pagamento do Governo Federal.

### Quadro – Concessão de suprimento de fundos

Exercício Financeiro	Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Meio de Concessão				Valor do maior limite individual concedido
			Conta Tipo B		Cartão de Pagamento do Governo Federal		
	Código	Nome ou Sigla	Quantidade	Valor Total	Quantidade	Valor Total	
2015	170394	Fundo Constitucional do Distrito Federal – CBMDF	-	-	40	206.482,00 <sup>1</sup>	15.000,00 <sup>2</sup>
2014	170394	Fundo Constitucional do Distrito Federal – CBMDF	-	-	38	28.109,76	4.000,00

Fonte: SSAFI/SAOFI/DIOFI/CBMDF

Obs.1: O Valor total concedido através do Cartão de Pagamento do Governo Federal é resultado da soma de todos os empenhos emitidos no ato de concessão do suprimento de fundos.

Obs.2: O maior suprimento de fundos concedido no ano de 2015 foi o a concessão eventual para atender emergência do 1º Grupamento de Bombeiro Militar em virtude de ruptura na alimentação geral de água do quartel com necessidade de reparo imediato sob o risco de parada do serviço operacional de socorro daquela unidade.

Obs.3: A grande diferença de valores concedidos entre o ano de 2014 e 2015 se explica pelo término do contrato de empresa que prestava o serviço de manutenção predial à Corporação. Considerando que o CBMDF possui vários quarteis com edificações antigas, os problemas antes atendidos prontamente pela equipe de manutenção predial passaram a ser resolvidos a partir das emergências eclodidas com recursos de suprimentos de fundos tanto de pequeno vulto quanto eventuais.

### Quadro – Utilização de suprimento de fundos

Exercício	Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Conta Tipo B		Cartão de Pagamento do Governo Federal			
					Saque		Fatura	Total (a+b)
	Código	Nome ou Sigla	Quantidade	Valor Total	Quantidade	Valor dos Saques (a)	Valor das Faturas (b)	
2015	170394	FCDF-CBMDF	-	-	1	560,00	123.449,27	124.009,27
2014	170394	FCDF-CBMDF	-	-	2	1.600,00	44.529,65	46.129,65

Fonte: BANCO DO BRASIL

---

## 2.4) Desempenho operacional

---

O Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal em sua Estatística de atendimentos apresentou os seguintes resultados:

### Quadro – Estatística de atendimento

Acidente de trânsito	31.074
Administrativas	9.341
Atendimento Pré-hospitalar	24.355
Combate a Incêndio	7.277
Prevenções	1.644
Incêndio florestal	6.617
Ocorrências de Socorro, Busca e Salvamento	2.980
Ocorrências diversas	25.924
<b>Total:</b>	<b>109.212.</b>

Fonte: SEGEO/EMG

Aliado aos atendimentos emergenciais, o CBMDF desenvolve atividades preventivas relacionadas com a segurança contra incêndio e pânico. A partir da adoção do enfoque de retroalimentar o sistema de segurança houve o aumento no número de perícias e exames laboratoriais, conforme se verifica no quadro a seguir:

### Quadro – perícias e exames laboratoriais

ATIVIDADES	2015
Vistoria para Alvará de Funcionamento	1.411
Vistoria para Habite-se	585
Outras Vistorias	1.894
Atendimento ao Público	15.276
Consulta Prévia	592
Projetos em Exigência e Aprovados	1.669
Homologação de Certificado	4.094
Perícias de incêndio	615
Exames laboratoriais químicos e elétricos	161
Outros atendimentos DESEG	7.770
<b>Total</b>	<b>33.967</b>

Fonte: DESEG/CBMDF

## 2.5) Apresentação e análise de indicadores de desempenho

Indicadores de desempenho são ferramentas bastante difundidas entre as organizações. Quando bem utilizada, complementam o Planejamento Estratégico e auxiliam em várias etapas da tomada de decisões.

Munidos de metas e acompanhados de suas séries históricas, ao formar um conjunto bem estruturado (gozando pelo menos de completude e independência estatística entre os diversos indicadores), os indicadores de desempenho têm a capacidade de monitorar o desempenho de uma empresa ou entidade, antevendo problemas e permitindo uma reação com maior potencial de sucesso.

O núcleo das informações contidas em um indicador é o seu valor. Os resultados dos indicadores estabelecidos para o CBMDF são avaliados através das metas ou estimativas estabelecidas.

O quadro abaixo que apresenta a análise das metas com os 30 indicadores previstos na Portaria nº 38, de 27 de setembro de 2013.

**Quadro de Metas**

Item	OBM	Indicador	Unidade de Medida	Resultados	Meta
1	COMOP	Demanda reprimida	percentual	NA	NA
2	COMOP	Tempo-resposta do Sistema de Segurança Pública para Operações BM	min	00:26:47	00:08:00
3	COMOP	Tempo-resposta do CBMDF para operações APH, salvamento e extinção de incêndios urbanos	min	09:33	00:07:00
4	COMOP	Índice de ocorrências atendidas	ocorrência/100.000 hab.	2.421	3500
5	GPRAM	Ocorrências de incêndios florestais atendidas	atendimento	5232	8000
6	GPRAM	Área queimada pelos incêndios florestais	hectare	12.828,89	15000
7	DINVI	Incêndios periciados	perícia	607	260
8	SEGEO/EMG	Ações preventivas	ação preventiva	10.376	15000
9	CPMED	Índice de absenteísmo	percentual	1,87%	5%
10	DIGEP	Índice de estabilidade dos gestores	Movimentação/chefia	0,82	2
11	CORREGEDORIA	Índice de transgressões disciplinares praticadas no âmbito da Corporação	percentual	3	0,5
12	CPMED	Índice de acidentes de serviço	Acidente por 1.000 BM	9,01	3
13	CPMED	Índice de bombeiros acometidos por doenças ocupacionais	Doença por 1.000 BM	NA	NA
14	DERHU a/a	Índice de militares com nível superior	percentagem	48,27%	60%
15	POMED	Consultas médicas realizadas	consultas	47.019	46400
16	POMED	Exames de laboratório realizados	exames	197.364	145000
17	PODON	Procedimentos odontológicos	procedimentos	49.188	32000
18	CECAF a/a	Índice de participação no TAF	percentual	88,55%	95%
19	CECAF a/a	Índice de obesidade/IMC	percentual	12,69%	10%
20	DISAU a/a	Índice de inscrição em restos a pagar/Assistência Médica	percentual	42,58	4%

21	DIOFI a/a	Índice de inscrição em restos a pagar/CBMDF	percentual	17,59%	1%
22	DICOA	Procedimentos de aquisição de bens e serviços	percentual	227	200
23	CEMEV	Índice de disponibilidade da frota operacional	percentual	76,40%	85%
24	OUIDORIA	Índice de demandas respondidas no prazo inferior a 30 dias	percentual	41%	60%
25	AUDITORIA	Auditorias realizadas	percentual	89%	250
26	DIREN	Índice de execução do PGC/Cursos	percentual	96%	90%
27	DIREN	Índice de execução do PGC/Vagas.	percentual	113,13	90%
28	COMOP	Índice de militares aptos na checagem operacional	percentual	NA	NA
29	DITIC	Extranet (internet/intranet)	percentual	98,43%	99,97%
30	DITIC	Índice de quebra de links na utilização do Portal	percentual	3,50%	5%

Fonte: SEGeo/EMG

### 2.5.1) Informações e indicadores sobre o desempenho operacional

De modo a ilustrar os resultados alcançados, como um todo, separou-se o conjunto de indicadores em dois grupos, de acordo com o sinal de cada um. Com relação ao sinal um indicador pode ser tanto do tipo maior-melhor como menor-melhor. São exemplos de indicadores maior-melhor: Participação no TAF; Demandas respondidas no prazo; e Disponibilidade da frota operacional – para os quais resultados numéricos maiores são desejados. São exemplos de indicadores menor-melhor: Tempo-resposta, Acidentes de serviço; e Inscrições em restos a pagar – para os quais resultados numéricos menores são desejados. As tabelas a seguir ilustram os indicadores de cada tipo.

Tabela – Grupo 1: Indicadores menor-melhor

<b>Número</b>	<b>Nome</b>
1	DEMANDA REPRIMIDA
2	TEMPO-RESPOSTA DO SISTEMA DE SEGURANÇA PÚBLICA PARA OPERAÇÕES BM
3	TEMPO-RESPOSTA DO CBMDF PARA OPERAÇÕES APH, SALVAMENTO E EXTINÇÃO DE INCÊNDIOS URBANOS
4	ÍNDICE DE OCORRÊNCIAS ATENDIDAS
5	OCORRÊNCIAS DE INCÊNDIOS FLORESTAIS ATENDIDAS
6	ÁREA QUEIMADA PELOS INCÊNDIOS FLORESTAIS ATENDIDOS
9	ÍNDICE DE ABSENTEÍSMO
10	ÍNDICE DE ESTABILIDADE DOS GESTORES
11	ÍNDICE DE TRANSGRESSÕES DISCIPLINARES
12	ÍNDICE DE ACIDENTES DE SERVIÇO
13	ÍNDICE DE BOMBEIROS ACOMETIDOS POR DOENÇAS OCUPACIONAIS
19	ÍNDICE DE OBESIDADE – IMC
20	ÍNDICE DE INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR
21	ÍNDICE DE INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR
27	ÍNDICE DE EXECUÇÃO DO PGC – VAGAS
30	ÍNDICE DE QUEBRA DE LINKS NA UTILIZAÇÃO DO PORTAL

Tabela 2 – Grupo 2: Indicadores maior-melhor

<b>Número</b>	<b>Nome</b>
7	INCÊNDIOS PERICIADOS
8	AÇÕES PREVENTIVAS
14	ÍNDICE DE MILITARES COM NÍVEL SUPERIOR
15	CONSULTAS MÉDICAS
16	EXAMES DE LABORATÓRIO – POMED
17	PROCEDIMENTOS ODONTOLÓGICOS
18	ÍNDICE DE PARTICIPAÇÃO NO TAF
22	PROCEDIMENTOS DE AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS
23	ÍNDICE DE DISPONIBILIDADE DA FROTA OPERACIONAL
24	ÍNDICE DE DEMANDAS RESPONDIDAS NO PRAZO INFERIOR A 30 DIAS
25	AUDITORIAS REALIZADAS
26	ÍNDICE DE EXECUÇÃO DO PGC – CURSOS
28	ÍNDICE DE MILITARES APTOS NA CHECAGEM OPERACIONAL
29	EXTRANET (INTERNET/INTRANET)

Além disso, é necessário colocar os indicadores na mesma escala, para que caibam num mesmo gráfico. Isso é obtido ao se comparar cada indicador com a meta estipulada para o mesmo

(através de uma divisão, por exemplo). Após essas considerações podemos ter uma visão geral dos resultados alcançados em termos de percentuais de cada meta.

### Grupo 1 - Resultados relativos à meta

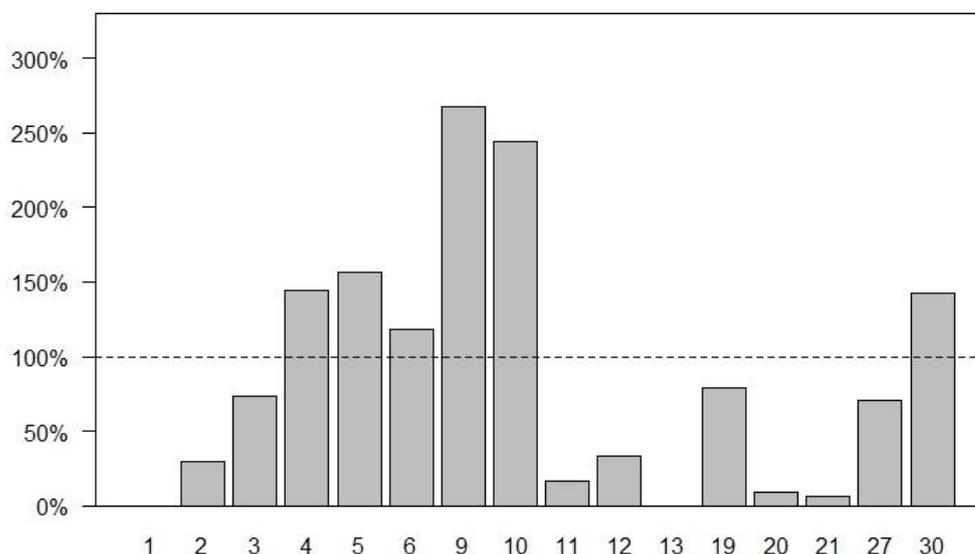


Figura 1 – Alcance relativo dos indicadores do tipo menor-melhor.

### Grupo 2 - Resultados relativos à meta

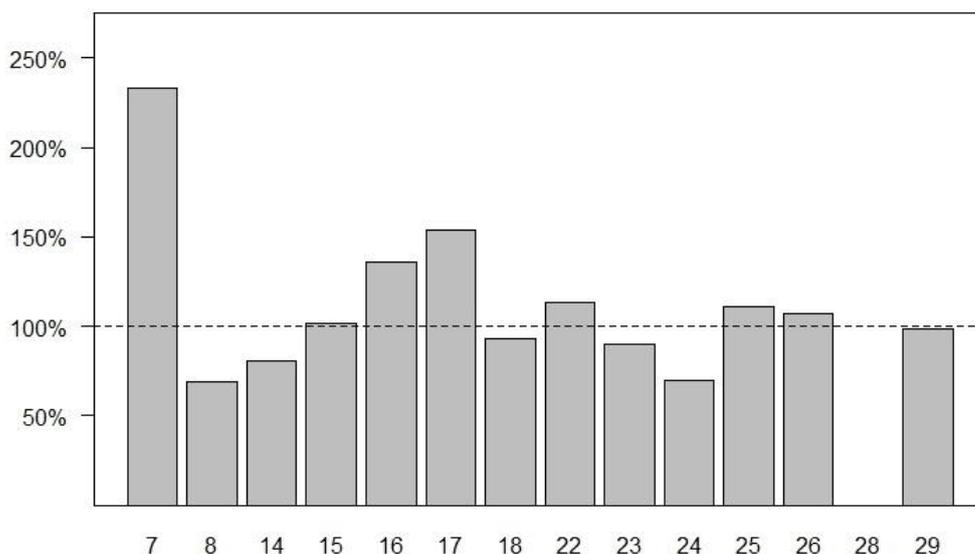


Figura 2 – Alcance relativo dos indicadores do tipo maior-melhor.

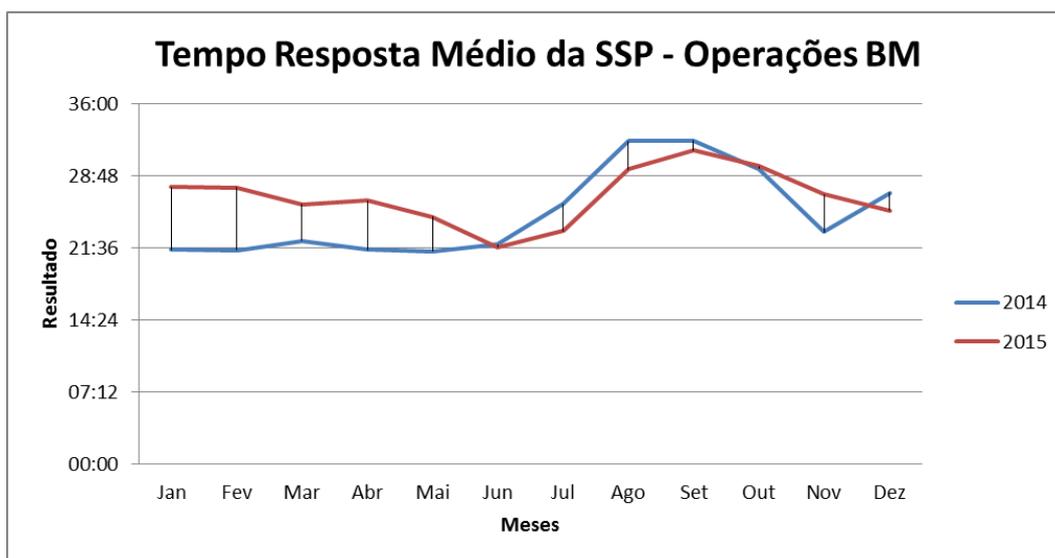
Observando as figuras 1 e 2 verifica-se que dos 27 indicadores cujos resultados puderam ser aferidos, 10 ultrapassaram as suas respectivas metas e 4 tiveram suas estimativas (por possuírem estimativas em vez de metas como referência) melhores do que o previsto (totalizando 15, se levarmos em consideração que o indicador 29 já se encontra em relativa estabilidade, com padrão de resultados excelentes nos últimos períodos de aferição).

Quanto aos 12 indicadores restantes, apesar do fato de ainda não terem alcançado suas respectivas metas, salienta-se o fato de que alguns obtiveram melhores resultados em relação ao ano

de 2014. São eles os indicadores de números 3, 12, 19, 20 e 27. Quanto aos demais indicadores, observemo-los um por um, a seguir:

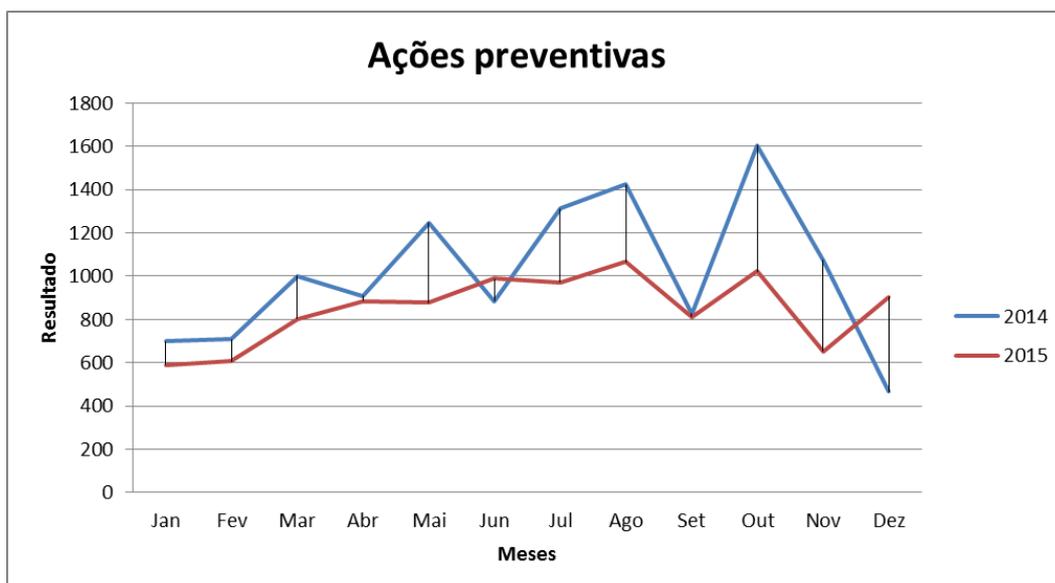
**a) Indicador 2 – Tempo resposta do sistema de segurança pública para operações BM.**

Esse indicador avalia o tempo transcorrido desde o recebimento da ligação do solicitante pelo 193 até a chegada da primeira viatura ao local do ocorrido. De acordo com o que foi informado pelo órgão que registra esse indicador (Seção 2), o sistema de atendimento da SSP carece de tecnologia que permita não apenas aferir o tempo de atendimento com precisão como também investigar que etapas do atendimento são as maiores parcelas do tempo total, a fim de direcionar a melhora dos resultados do indicador. O gráfico abaixo traz um comparativo do indicador com os resultados do ano anterior.



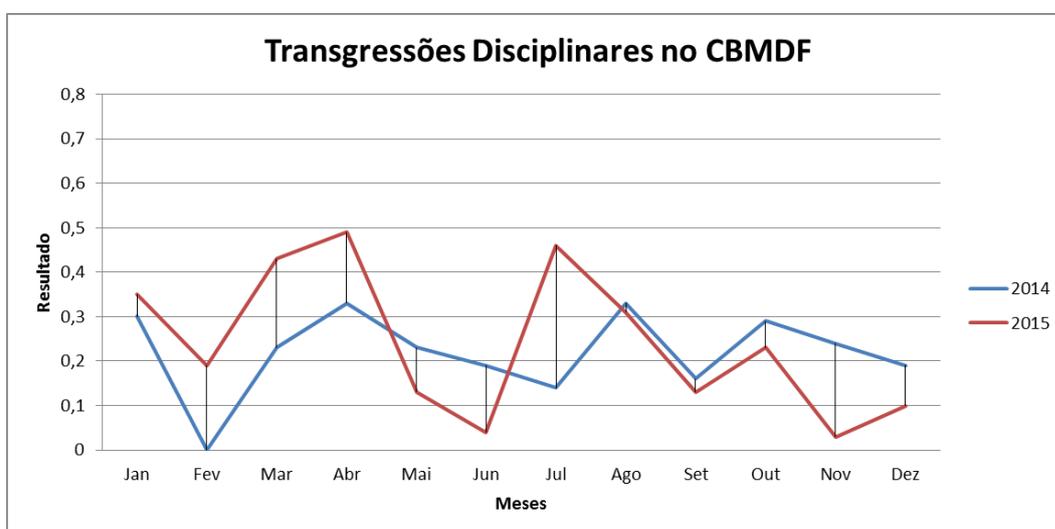
**b) Indicador 8 – Ações preventivas.**

Esse indicador é composto por duas parcelas, uma advinda de campanhas de prevenção organizadas pelo Comando Operacional e outra derivada de atividades preventivas realizadas pelo DESEG. A parcela referente ao DESEG foi a maior responsável pela diminuição numérica desse indicador. Segundo o órgão (Seção 2), é fator recorrente para o resultado do indicador a carência de pessoal especializado. O gráfico abaixo traz um comparativo do indicador com os resultados do ano anterior.



**c) Indicador 11 – Índice de transgressões disciplinares.**

Esse indicador representa a quantidade de militares que cometeram transgressões disciplinares no âmbito da Corporação. Houve um pequeno aumento com relação ao ano de 2014, mas não foi possível relacionar o resultado obtido com a meta estipulada, de acordo com o que foi informado pela Corregedoria (Seção 2). O gráfico abaixo traz um comparativo do indicador com os resultados do ano anterior.



**d) Indicador 18 – Índice de participação no TAF.**

Esse indicador, aferido uma vez por ano, após realização do TAF – Teste de Aptidão Física, acompanha o percentual de militares que participaram do referido teste. De acordo como foi informado pelo CECAF (Seção 2), esse resultado é derivado em grande parte pelo número de atestados médicos e dispensas regulamentares.

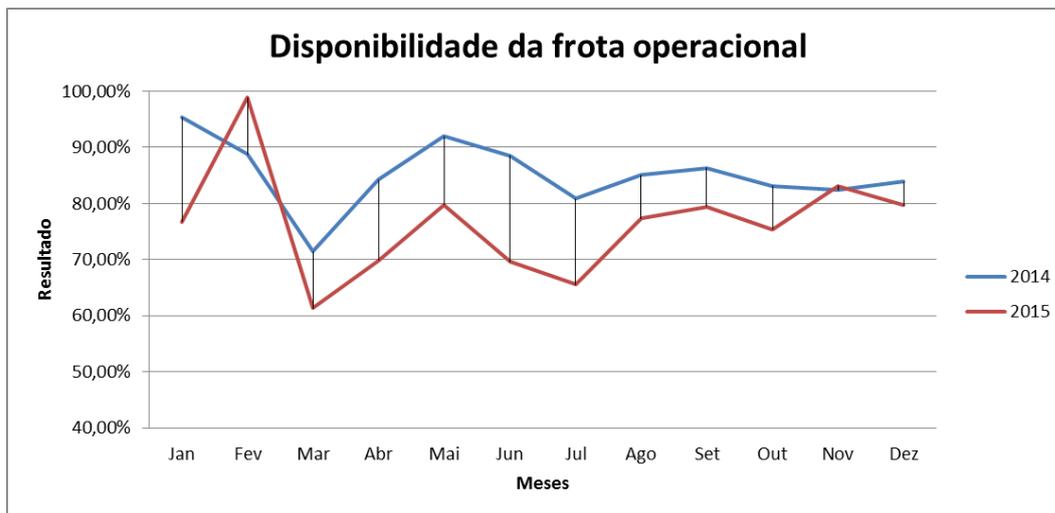
**e) Indicador 21 – Índice de inscrição em restos a pagar / CBMDF.**

Esse indicador, de aferição anual, tenta captar a execução orçamentária e financeira da Corporação. No entanto, baixos resultados não podem ser interpretados cruamente como

equivalentes a ineficiência de execução. De acordo com o informado pela DIOFI (Seção 2), o resultado do indicador é fortemente dependente da prioridade da Corporação por adquirir materiais e equipamentos, visto que o prazo médio de entrega dos mesmos pode chegar a 18 meses.

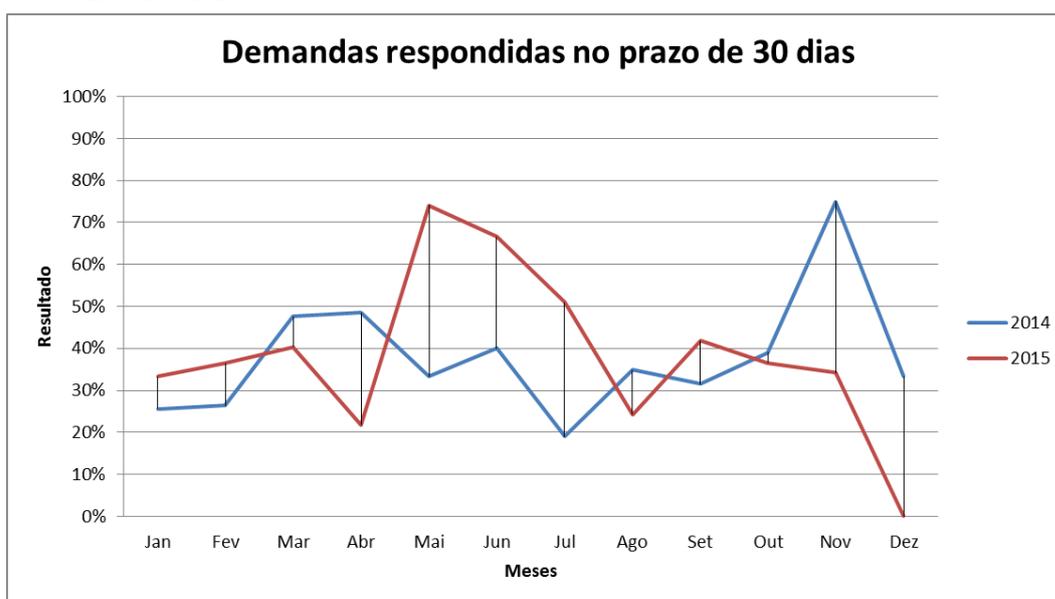
f) **Indicador 23 – Índice de disponibilidade da frota operacional.**

Esse indicador é um demonstrativo do percentual de viaturas que está disponível para ser utilizado no serviço. De acordo com o CEMEV, parte do resultado deriva do fato de que havia uma quantidade de viaturas baixadas no período anterior (2014) e outra parte é consequência do encerramento de contratos para aquisição de peças e óleo lubrificante. O gráfico abaixo traz um comparativo do indicador com os resultados do ano anterior.



g) **Índice de demandas respondidas num prazo inferior a 30 dias.**

Esse indicador representa, de um total de demandas recebidas pela Ouvidoria do CBMDF, aquele percentual respondido dentro de 30 dias. De acordo com o que foi informado pelo setor que acompanha o indicador (Seção 2), o resultado abaixo da meta é devido a atrasos por parte dos setores que recebem essas demandas e que isso pode ser corrigido após a confecção de Instrução Normativa acerca dessa característica. O gráfico abaixo traz um comparativo do indicador com os resultados do ano anterior.



---

## **2.6) Outros resultados operacionais**

---

O Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal ainda desenvolveu outras atividades preventivas junto à sociedade, onde se destacaram:

- **Programa Bombeiro nas Quadras**

Tem por objetivo realizar, por meio dos Grupamentos de Bombeiro Militar (GBMs), as seguintes atividades, nas diversas localidades do Distrito Federal: exposição de viaturas e equipamentos; demonstração de técnicas operacionais; interagir com os cidadãos presentes nos eventos, além de ministrar palestras de interesse e/ou simulados (conforme calendário previamente estabelecido).

Geralmente, os temas abordados são os seguintes: atendimento pré-hospitalar; prevenção a acidentes domésticos; salvamentos diversos; produtos perigosos; combate a incêndio, controle de pânico; dentre outras dicas de segurança que são repassadas para a população.

Foram realizadas em 2015: 44(Quarenta e quatro) eventos, com um total de público presente: 31.505 pessoas (Trinta e um mil quinhentos e cinco pessoas).

- **Operação de Simulados de Abandono nas Escolas do DF**

A operação tem como objetivo principal o de capacitar a direção, professores, alunos, colaboradores e demais segmentos da área de educação, no ordenamento das ações que deverão ser executadas por todos de qualquer estabelecimento de ensino do DF em situações reais de riscos que possam comprometer a segurança da comunidade escolar.

Também cria nessa comunidade específica e principalmente nos alunos dessas escolas uma nova visão, a de percepção de risco.

Foram planejadas e realizadas 71 simulados de abandono com um total de público presente de 28.489 pessoas, sendo que houve preparação anterior a cada evento.

- **Exercícios Simulados Diversos**

O Exercício Simulado é o treinamento praticado pelo Bombeiro Militar de atividade de socorro operacional que mais se aproxima possível da realidade e que se destina ao aprimoramento técnico-profissional de todos os bombeiros militares.

Essa preparação tem o intuito de buscar a excelência nos atendimentos prestados à comunidade, visando a ajustar e padronizar a gestão de várias atividades realizadas pelo Comando Operacional (COMOP), que é órgão de execução incumbido de realizar as atividades-fim do CBMDF.

Em 2015 foram 89 operações realizadas, com um público presente de 19.941 pessoas.

- **Reuniões Comunitárias**

As reuniões comunitárias são aquelas realizadas pelos Comandos de Área e comandos das unidades junto à comunidade e órgãos públicos do Distrito Federal.

Tem por objetivo tratar assuntos específicos da atividade do CBMDF ou de segurança pública, junto à comunidade.

Em especial, as reuniões dos Conselhos Operacionais Regionais, criados pelo Decreto nº 33.882, de 29 ago. 2012, que dispõe sobre as Áreas e Regiões Integradas de Segurança Pública AISP/RISP.

Quantidade de reuniões realizadas: 303 (Trezentos e três).

- **Prevenções Aquáticas**

Trata-se do emprego de militares, viaturas, embarcações, materiais e equipamentos do CBMDF para prestar pronto atendimento ao público participante de eventos realizados no meio aquático, como lagos, lagoas, piscinas em todo o Distrito Federal.

Quantidade de prevenção atendida: 288 com o público atendido de 32.241 pessoas.

- **Palestras Realizadas**

As palestras proferidas no ano de 2015 no âmbito do COMOP foram ministradas pelos Grupamentos de Bombeiro Militar e pelos Grupamentos Especializados a público interno e externo.

Dados estatísticos:

Quantidade de palestras realizadas: *1.077 (Mil e setenta e sete)*.

Quantidade de público atendido: *21.549 pessoas (Vinte e um mil quinhentos e quarente e nove)*.

- **Operação de Minimização dos Efeitos da Dengue e Febre Chikungunya No Distrito Federal**

No dia 15 de janeiro de 2015 foi solicitado pelo Governo do Distrito Federal o apoio do CBMDF com o objetivo de auxiliar a Secretaria de Estado de Saúde (SESDF) nos trabalhos de enfrentamento da Dengue e Febre Chikungunya. A SESDF, por meio de estudos, realizou um diagnóstico onde foi constatado que o DF entraria em epidemia destas doenças caso não ocorresse uma intervenção rápida.

Em virtude da urgência nas ações, o CBMDF elaborou o PLANO DE AÇÃO INTERGRADA PARA MINIMIZAÇÃO DOS EFEITOS DA DENGUE E CHIKUNGUNYA NO DISTRITO FEDERAL em conjunto com a SESDF, o qual foi entregue ao Senhor Governador do Distrito Federal, no dia 27 de janeiro de 2015, pelo Senhor Comandante Geral da Corporação.

No dia 11 de fevereiro foi realizado o lançamento oficial da operação em todo o Distrito Federal, pelo senhor Governador na cidade de Planaltina DF.

### 3. GOVERNANÇA

---

#### 3.1) Descrição das estruturas de governança

---

Em consonância com o Referencial Básico de Governança elaborado pelo TCU, as estruturas de governança são responsáveis por definir, implantar e manter em operação o sistema de governança da organização, como as instâncias internas de governança, a administração executiva, a gestão tática e a gestão operacional, bem como os instrumentos de governança.

Deve-se levar em conta, neste item, que o CBMDF possui uma estrutura peculiar, em comparação aos demais órgãos da Administração Pública, e tem como alicerce fundamental a Constituição Federal, conforme dispõe a literalidade do inciso XIV, do art. 21, inciso XXI, do art. 22, parágrafo 4º, do art. 32 e do art. 144 da referida Carta.

A Lei nº 8.255/1991 – Lei de Organização Básica (LOB), alterada pela Lei nº 12.086/2009, ratifica o previsto no Estatuto Bombeiros Militar e na própria CF, quando dispõe em seu artigo 1º, em síntese, que o CBMDF é organizado com base na hierarquia e disciplina, de acordo com as disposições previstas no EBM, visando realizar serviços específicos de bombeiros no âmbito do Distrito Federal.

Art. 1º O Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal, organizado com base na hierarquia e na disciplina, em conformidade com as disposições contidas no Estatuto dos Bombeiros Militares da Corporação, destina-se a realizar serviços específicos de bombeiros na área do Distrito Federal. (BRASIL, 1991).

Para a execução de suas missões, o CBMDF possui uma estrutura dividida em órgãos de direção, órgãos de apoio e órgãos de execução (art. 4º, da Lei nº 8.255/1991), os quais se encontram também definidos na referida lei, conforme descrito a seguir:

*Art. 4º O Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal será estruturado em órgãos de direção, órgãos de apoio e órgãos de execução.*

*Art. 5º Os órgãos de direção são encarregados do comando e da administração geral, incumbindo-se do planejamento, visando à organização da corporação em todos os níveis, às necessidades de pessoal e de material e ao emprego do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal para o cumprimento de suas missões, com atribuições, ainda, de acionar, coordenar, controlar e fiscalizar a atuação dos órgãos de apoio e de execução.*

*Art. 6º Os órgãos de apoio atendem às necessidades de pessoal, de material e de serviços de toda a corporação, realizando tão-somente as suas atividades-meio.*

*Art. 7º Os órgãos de execução realizam as atividades-fim, cumprindo as missões e as destinações do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal, mediante a execução de diretrizes e ordens emanadas dos órgãos de direção e a utilização dos recursos de pessoal, de material e de serviços dados pelos órgãos de apoio. (BRASIL, 1991).*

Mediante proposta do Governador do DF, o Governo Federal, por meio do Decreto nº 7.163/2010, regulamentou o inciso I do art. 10-B da Lei nº 8.255/1991 – LOB, que dispõe sobre a organização básica dos órgãos que compreendem o comando-geral e os órgãos de direção-geral e de direção setorial. Por sua vez, o Decreto Distrital nº 31.817/2010 regulamentou o inciso II, do art. 10-B, da LOB, que dispõe sobre a organização básica dos órgãos de apoio e de execução.

Em síntese apertada, a Lei nº 8.255/91, define a estrutura administrativa-operacional da Corporação, a qual está assim composta: Comandante-Geral; Subcomandante-Geral; Chefe do

Estado-Maior-Geral; os Chefes de Departamentos; Controlador; o Chefe de Gabinete do Comandante-Geral; os Diretores; o Comandante Operacional; a Ajudância-Geral.

Assim, os Órgãos acima descritos compõem a estrutura de Governança da Corporação e que objetivam cumprir com as boas práticas de Governança como as descritas no Referencial do TCU.

Levando em consideração as definições contempladas no Referencial Básico de Governança elaborado pelo TCU, e como não existe Conselho de Administração no CBMDF, as Instâncias internas de Governanças são compostas pela Administração Executiva (autoridade máxima, e dirigentes superiores) e as Instâncias internas de APOIO à Governança, representadas na Corporação pela Controladoria.

No que concerne às Instâncias internas de APOIO à Governança o Corpo de Bombeiros possui hoje, além das Comissões Permanentes que possuem atribuições nas áreas de Governança, a Controladoria do CBMDF, que se divide em Auditoria, Corregedoria e Ouvidoria. A Controladoria possui previsão legal no art. 22 da Lei Federal nº 8.255, de 20 de novembro de 1991, e os órgãos a ela subordinados foram instituídos pelo Decreto Presidencial nº 7.163, de 29 de abril de 2010.

A Auditoria do CBMDF visa auxiliar a Corporação na realização dos objetivos instituídos pelo Comando a partir da aplicação de uma abordagem sistemática e disciplinada para **avaliar e melhorar a eficácia dos processos de gerenciamento de riscos, controle e governança**, possuindo entre suas funções:

- Avaliar os controles internos e propor melhorias (auditoria de desempenho);
- Verificar a legalidade dos atos de natureza orçamentária, financeira, contábil, patrimonial, operacional e de gestão de pessoas (auditoria de regularidade);
- Assessorar quanto ao exame e constatação de denúncia

A Corregedoria do CBMDF, órgão de correção da Corporação, responsável pelo planejamento, organização, direção, coordenação e controle das atividades de instauração, confecção, instrução e homologação dos processos administrativos e judiciais, sob as esferas de responsabilidade penal, cível e administrativa, compete, entre outras incumbências:

- Promover investigações, visando a instruir procedimentos em curso no âmbito de sua competência;
- Avocar os atos, procedimentos e processos disciplinares instaurados no âmbito da Corporação ou declarar a sua nulidade;
- Promover o acompanhamento de demandas administrativas e judiciais envolvendo bombeiros militares; e.
- Cumprir ou determinar o cumprimento de diligências requisitadas pelos órgãos dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, e do Ministério Público.

À Ouvidoria do CBMDF compete:

- Receber e encaminhar as reclamações, denúncias, representações e sugestões que se relacionem com as atividades e operações da Corporação, dando ciência aos interessados, sempre que necessário, quanto às providências adotadas;
- Recomendar a adoção de medidas para a correção e prevenção de falhas ou omissões dos responsáveis pela prestação dos serviços no âmbito da Corporação;
- Organizar e interpretar o conjunto das manifestações recebidas e produzir estatísticas indicativas de melhoria dos serviços prestados, observado o disposto no § 3º do art. 10; e.
- Integrar suas atividades ao Sistema de Ouvidoria do Distrito Federal.

---

### **3.2) Informações sobre dirigentes e colegiados**

---

Os principais colegiados do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal são o Comando-Geral e Alto Comando.

O Comando-Geral é constituído do Comandante-Geral, além dos seguintes membros:

- Subcomandante-Geral;
- Chefe do Estado-Maior-Geral;
- Chefes de Departamentos;
- Controlador;
- Chefe de Gabinete do Comandante-Geral;
- Diretores;
- Comandante Operacional; e
- Ajudância-Geral.

O Alto Comando, órgão consultivo do Comandante-Geral, é constituído dos seguintes membros:

- Comandante-Geral, na qualidade de Presidente;
- Subcomandante-Geral, na qualidade de Vice-Presidente;
- Chefe do Estado-Maior-Geral;
- Controlador;
- Chefe de Gabinete do Comandante-Geral;
- Chefes de Departamento;
- Diretores;
- Comandante-Operacional;
- Ajudante-Geral; E
- Os Ex-Comandantes-Gerais e Ex-Subcomandantes-Gerais da Corporação, enquanto não passarem para a inatividade.

---

### **3.3) Gestão de riscos e controles internos**

---

A Gestão de Riscos pode ainda ser observada por meio dos procedimentos adotados pela Auditoria Interna do CBMDF, que se trata de uma instância interna de apoio à governança. No ano de 2015, essa setorial utilizou-se de Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna – PAINT, publicado aprovado através da Portaria de 23 de dezembro de 2014, publicado no Boletim-Geral nº 240, de 24 de dezembro de 2014, e sua atualização aprovada pela Portaria de 30 de julho de 2015, através do Boletim-Geral nº 123, de 1º de julho de 2015.

O PAINT foi criado em consonância com o Plano Estratégico da Corporação (publicado no Boletim-Geral nº 224, de 08 de dezembro de 2010), que atribuiu como meta à Auditoria, especificamente no item 5.8.2, a elaboração de um planejamento de auditoria que compreendesse o período de 2012-2015.

O PAINT foi criado em consonância com o Plano Estratégico da Corporação, e as auditorias planejadas foram distribuídas ao longo de 4 (quatro) anos nas áreas de maior risco.

No ano de 2015, foram realizadas 15 (quinze) ações de auditoria, e emitidas 50 (cinquenta) recomendações de melhorias nos Controles Internos dos setores auditados.

Ademais, a Ouvidoria atua como importante mecanismo de controle interno na apuração de denúncias e solicitações do público interno e externo gerando *feedback* de informação para a Alta Gestão da Administração.

## **4. RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE**

---

### **4.1) Canais de acesso do cidadão**

---

Os canais de acesso ao cidadão estão disponíveis no endereço [www.cbm.df.gov.br](http://www.cbm.df.gov.br). No endereço o cidadão tem acesso às mais diversas informações sobre o funcionamento da instituição, bem como, um espaço para registro de denúncias e a disponibilização do e-mail da Ouvidoria: [ouvidoria@cbm.df.gov.br](mailto:ouvidoria@cbm.df.gov.br). Está disponível também a relação telefônica de todas as Unidades.

O portal do CBMDF cumpre o estabelecido pela Lei de Acesso a Informação e oferece também o Sistema Eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão, E-SIC, facilitando assim, a localização e obtenção das informações pelo cidadão.

A Ouvidoria atende também de forma presencial nos Postos do Na Hora em Taguatinga, telefones de contato: 3901 - 5952 e 2104 - 4526; do Na Hora em Ceilândia, telefone de contato: 2104 - 1489; do Na Hora no Gama, telefone de contato: 2104 - 1558 e do Na Hora da Rodoviária de Brasília, telefone de contato: 3901 - 5954.

---

### **4.2) Carta de Serviços ao Cidadão**

---

A Carta de serviços do CBMDF está inclusa na Carta de Serviços do governo e está disponível para consulta na página principal do site do Governo do Distrito Federal, cujo endereço é: <http://www.brasilia.df.gov.br/index.php/category/servicos/>.

A Carta de Serviços do CBMDF está sendo revisada e será disponibilizada também no site institucional.

---

### **4.3) Aferição do grau de satisfação dos cidadãos-usuários**

---

O CBMDF não dispõe de mecanismos de medição do grau de satisfação dos cidadãos-usuários.

---

### **4.4) Mecanismos de transparência das informações relevantes sobre a atuação da unidade**

---

Informações sobre Prestação de contas, contratos, audiência pública, execução orçamentária, relatório de auditoria anual de contas – CGU, licitações e atas de registro de preços, também poderão ser consultadas em nosso site:

- A. Entre no site do CBMDF: [www.cbm.df.gov.br](http://www.cbm.df.gov.br)
- B. Acesse o ícone: TRANSPARÊNCIA

Aparecerão as seguintes opções: acesso a informações, contatos, audiência pública, execução orçamentária, relatório de auditoria anual de contas – CGU, licitações e atas de registro de preços.

O sítio na internet possui outras informações quanto ao planejamento institucional, os contatos e fácil acesso à ouvidoria da corporação.

---

#### **4.5) Medidas para garantir a acessibilidade aos produtos, serviços e instalações**

---

A construção de novas unidades do CBMDF obedece aos parâmetros da Lei 10.098/2000, ao Decreto 5.296/2004 e às normas técnicas da ABNT aplicáveis. Já as unidades antigas, quando reformadas, são adaptadas para garantir a acessibilidade. As adequações nas unidades antigas são limitadas à disponibilidade orçamentária.





MINISTÉRIO DA FAZENDA  
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2015 PERÍODO Anual

EMISSION 10/02/2016 PAGINA 2

TÍTULO	BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	170384 - FCDF-SSP-CORPO BOMBEIRO MILITAR DO DF
ORGAO SUPERIOR	25915 - FUNDO CONSTITUCIONAL DO DISTRITO FEDERAL

VALORES EM UNIDADES DE REAL

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2015	2014	ESPECIFICAÇÃO	2015	2014
Bens Imóveis	-	-			
Bens Imóveis	-	-			
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis	-	-			
<b>Intangível</b>					
Softwares	-	-			
Softwares	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Softwares	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Softwares	-	-			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	-	-			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Marcas, Direitos e Patentes Ind	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Marcas, Direitos e Pat.	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Direito de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável Direito de Uso de Imóveis	-	-			
<b>Diferido</b>					
Diferido	-	-			
(-) Amortização Acumulada	-	-			
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>41.830.364,74</b>	-	<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>41.830.364,74</b>	-

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2015	2014	ESPECIFICAÇÃO	2015	2014
<b>ATIVO FINANCEIRO</b>	<b>41.830.364,74</b>	-	<b>PASSIVO FINANCEIRO</b>	<b>41.830.364,74</b>	-
<b>ATIVO PERMANENTE</b>	-	-	<b>PASSIVO PERMANENTE</b>	-	-
<b>SALDO PATRIMONIAL</b>	-	-	<b>SALDO PATRIMONIAL</b>	-	-

Quadro de Compensações

ESPECIFICAÇÃO	ATIVO		ESPECIFICAÇÃO	PASSIVO	
	2015	2014		2015	2014
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos			ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos		
<b>SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS</b>	<b>9.808.897,81</b>	-	<b>SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS</b>	<b>68.106.793,09</b>	-
Execução dos Atos Potenciais Ativos	9.808.897,81	-	Execução dos Atos Potenciais Passivos	68.106.793,09	-
Garantias e Contragarantias Recebidas a Executar	9.808.897,81	-	Garantias e Contragarantias Concedidas a Execut	-	-
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Cong	-	-	Obrigações Conveniadas e Outros Instrum Congên	-	-
Direitos Contratuais a Executar	-	-	Obrigações Contratuais a Executar	68.106.793,09	-
Outros Atos Potenciais Ativos a Executar	-	-	Outros Atos Potenciais Passivos a Executar	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>9.808.897,81</b>	-	<b>TOTAL</b>	<b>68.106.793,09</b>	-



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL**

EXERCICIO 2015	PERIODO Anual
EMISSAO 10/02/2016	PAGINA 3
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TITULO	BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTITULO	170394 - FCDF-SSP-CORPO BOMBEIRO MILITAR DO DF
ORGAO SUPERIOR	25915 - FUNDO CONSTITUCIONAL DO DISTRITO FEDERAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO
Recursos Ordinários	-
Recursos Vinculados	-
TOTAL	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA  
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2015 PERÍODO Anual

EMISSÃO 10/02/2016 PAGINA 1

TÍTULO	BALANÇO FINANCEIRO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	170394 - FCDF-SSP-CORPO BOMBEIRO MILITAR DO DF
ORGAO SUPERIOR	25915 - FUNDO CONSTITUCIONAL DO DISTRITO FEDERAL

VALORES EM UNIDADES DE REAL

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2015	2014	ESPECIFICAÇÃO	2015	2014
<b>Receitas Orçamentárias</b>	-	-	<b>Despesas Orçamentárias</b>	<b>1.304.130.853,19</b>	-
<b>Ordinárias</b>	-	-	<b>Ordinárias</b>	<b>1.304.130.853,19</b>	-
<b>Vinculadas</b>	-	-	<b>Vinculadas</b>	-	-
Educação	-	-	Educação	-	-
Seguridade Social (Exoeto RGPS)	-	-	Seguridade Social (Exoeto RGPS)	-	-
Operação de Crédito	-	-	Operação de Crédito	-	-
Alienação de Bens e Direitos	-	-	Alienação de Bens e Direitos	-	-
Transferências Constitucionais e Legais	-	-	Transferências Constitucionais e Legais	-	-
Previdência Social (RGPS)	-	-	Previdência Social (RGPS)	-	-
Doações	-	-	Doações	-	-
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	-	-	Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	-	-
Outros Recursos Vinculados a Fundos	-	-	Outros Recursos Vinculados a Fundos	-	-
Demais Recursos	-	-	Demais Recursos	-	-
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-	-			
<b>Transferências Financeiras Recebidas</b>	<b>1.298.577.872,92</b>	-	<b>Transferências Financeiras Concedidas</b>	<b>8.910.526,43</b>	-
Resultantes da Execução Orçamentária	1.298.577.872,92	-	Resultantes da Execução Orçamentária	-	-
Cota Recebida	-	-	Cota Concedida	-	-
Repasso Recebido	-	-	Repasso Concedido	-	-
Sub-repasso Recebido	1.298.577.872,92	-	Sub-repasso Concedido	-	-
Recursos Arrecadados - Recebidos	-	-	Recursos Arrecadados - Concedidos	-	-
Valores Diferidos - Baixa	-	-	Valores Diferidos - Baixa	-	-
Valores Diferidos - Inscrição	-	-	Valores Diferidos - Inscrição	-	-
Correspondência de Débitos	-	-	Correspondências de Créditos	-	-
Cota Devolvida	-	-	Cota Devolvida	-	-
Repasso Devolvido	-	-	Repasso Devolvido	-	-
Sub-repasso Devolvido	-	-	Sub-repasso Devolvido	-	-
Independentes da Execução Orçamentária	-	-	Independentes da Execução Orçamentária	8.910.526,43	-
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	-	-	Transferências Concedidas para Pagamento de RP	-	-
Demais Transferências Recebidas	-	-	Demais Transferências Concedidas	-	-
Movimentação de Saldos Patrimoniais	-	-	Movimento de Saldos Patrimoniais	8.910.526,43	-
Movimentações para Incorporação de Saldos	-	-	Movimentações para Incorporação de Saldos	-	-
Aporte ao RPPS	-	-	Aporte ao RPPS	-	-
Aporte ao RGPS	-	-	Aporte ao RGPS	-	-
<b>Recebimentos Extraorçamentários</b>	<b>48.137.717,01</b>	-	<b>Despesas Extraorçamentárias</b>	<b>48.175.218,45</b>	-
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	-	-	Pagamento dos Restos a Pagar Processados	-	-
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	38.790.461,18	-	Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	47.738.494,23	-
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	436.724,22	-	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	436.724,22	-
Outros Recebimentos Extraorçamentários	8.910.531,61	-	Outros Pagamentos Extraorçamentários	-	-
Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	-	-	Ordens Bancárias Sacadas - Cartão de Pagamento	-	-
Restituições a Pagar	-	-	Pagamento de Restituições de Exercícios Anteriores	-	-
Passivos Transferidos	-	-	Pagamento de Passivos Recebidos	-	-
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior	5,18	-	Cancelamento de Direitos do Exercício Anterior	-	-



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2015	PERÍODO Anual
-------------------	------------------

EMISSÃO 10/02/2016	PÁGINA 2
-----------------------	-------------

TÍTULO	BALANÇO FINANCEIRO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	170394 - FCFD-SSP-CORPO BOMBEIRO MILITAR DO DF
ORGAO SUPERIOR	25915 - FUNDO CONSTITUCIONAL DO DISTRITO FEDERAL

VALORES EM UNIDADES DE REAL

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2015	2014	ESPECIFICAÇÃO	2015	2014
Arrecadação de Outra Unidade	8.910.526,43	-	Transferência de Arrecadação para Outra Unidade	-	-
Variação Cambial	-	-	Variação Cambial	-	-
Valores para Compensação	-	-	Valores Compensados	-	-
Valores em Trânsito	-	-	Valores em Trânsito	-	-
DARF - SISCOMEX	-	-	Ajuste Acumulado de Conversão	-	-
Ajuste Acumulado de Conversão	-	-	Demais Pagamentos	-	-
Demais Recebimentos	-	-			
<b>Saldo do Exercício Anterior</b>	<b>56.331.372,88</b>	-	<b>Saldo para o Exercício Seguinte</b>	<b>41.830.364,74</b>	-
Caixa e Equivalentes de Caixa	56.331.372,88	-	Caixa e Equivalentes de Caixa	41.830.364,74	-
<b>TOTAL</b>	<b>1.403.046.962,81</b>	-	<b>TOTAL</b>	<b>1.403.046.962,81</b>	-



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2015	PERÍODO Anual
EMISSÃO 10/02/2016	PÁGINA 1
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	170304 - FCDF-SSP-CORPO BOMBEIRO MILITAR DO DF
ORGAO SUPERIOR	25015 - FUNDO CONSTITUCIONAL DO DISTRITO FEDERAL

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
<b>RECEITAS CORRENTES</b>	-	-	-	-
<b>Receitas Tributárias</b>	-	-	-	-
Impostos	-	-	-	-
Taxas	-	-	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-	-	-
<b>Receitas de Contribuições</b>	-	-	-	-
Contribuições Sociais	-	-	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-	-	-
Contribuição de Iluminação Pública	-	-	-	-
<b>Receita Patrimonial</b>	-	-	-	-
Receitas Imobiliárias	-	-	-	-
Receitas de Valores Mobiliários	-	-	-	-
Receita de Concessões e Permissões	-	-	-	-
Compensações Financeiras	-	-	-	-
Receita Decorrente do Direito de Exploração de Bens Públicos	-	-	-	-
Receita da Cessão de Direitos	-	-	-	-
Outras Receitas Patrimoniais	-	-	-	-
<b>Receitas Agropecuárias</b>	-	-	-	-
Receita da Produção Vegetal	-	-	-	-
Receita da Produção Animal e Derivados	-	-	-	-
Outras Receitas Agropecuárias	-	-	-	-
<b>Receitas Industriais</b>	-	-	-	-
Receita da Indústria Extrativa Mineral	-	-	-	-
Receita da Indústria de Transformação	-	-	-	-
Receita da Indústria de Construção	-	-	-	-
Outras Receitas Industriais	-	-	-	-
<b>Receitas de Serviços</b>	-	-	-	-
<b>Transferências Correntes</b>	-	-	-	-
Transferências Intergovernamentais	-	-	-	-
Transferências de Instituições Privadas	-	-	-	-
Transferências do Exterior	-	-	-	-
Transferências de Pessoas	-	-	-	-
Transferências de Convênios	-	-	-	-
Transferências para o Combate à Fome	-	-	-	-
<b>Outras Receitas Correntes</b>	-	-	-	-
Multas e Juros de Mora	-	-	-	-
Indenizações e Restituições	-	-	-	-
Receita da Dívida Ativa	-	-	-	-
Receitas Dec. Aportes Periódicos Amortização Déficit do RPPS	-	-	-	-
Rec. Deor. de Aportes Periódicos para Compensações ao RGPS	-	-	-	-
Receitas Correntes Diversas	-	-	-	-
<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>	-	-	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA  
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO  
2015

PERÍODO  
Anual

TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	170394 - FCDF-SSP-CORPO BOMBEIRO MILITAR DO DF
ORGAO SUPERIOR	25915 - FUNDO CONSTITUCIONAL DO DISTRITO FEDERAL

EMISSÃO  
10/02/2016

PAGINA  
3

VALORES EM UNIDADES DE REAL

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	-	-	1.290.204.050,00	1.260.888.738,64	1.260.888.738,64	-1.290.204.050,00
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	1.097.021.086,00	1.094.684.540,39	1.094.684.540,39	-1.097.021.086,00
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	-	-	193.182.964,00	166.204.198,25	166.204.198,25	-193.182.964,00
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	-	-	13.926.803,19	4.451.653,37	4.451.653,37	-13.926.803,19
Investimentos	-	-	13.926.803,19	4.451.653,37	4.451.653,37	-13.926.803,19
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
<b>RESERVA DE CONTINGÊNCIA</b>	-	-	-	-	-	-
<b>RESERVA DO RPPS</b>	-	-	-	-	-	-
<b>SUBTOTAL DAS DESPESAS</b>	-	-	1.304.130.853,19	1.265.340.392,01	1.265.340.392,01	-1.304.130.853,19
<b>AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO</b>	-	-	-	-	-	-
<b>Amortização da Dívida Interna</b>	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
<b>Amortização da Dívida Externa</b>	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO</b>	-	-	1.304.130.853,19	1.265.340.392,01	1.265.340.392,01	-1.304.130.853,19
<b>TOTAL</b>	-	-	1.304.130.853,19	1.265.340.392,01	1.265.340.392,01	-1.304.130.853,19

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	1.681.645,14	40.824.583,65	40.825.127,53	40.825.127,53	397.368,79	1.283.732,47
Pessoal e Encargos Sociais	981.502,42	22.583.513,13	23.528.010,93	23.528.010,93	12.464,19	24.540,43
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	700.142,72	18.241.070,52	17.297.116,60	17.297.116,60	384.904,60	1.259.192,04
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	1.159.104,91	7.035.988,12	6.913.366,70	6.913.366,70	938.763,81	342.962,52
Investimentos	1.159.104,91	7.035.988,12	6.913.366,70	6.913.366,70	938.763,81	342.962,52
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
<b>TOTAL</b>	2.840.750,05	47.860.571,77	47.738.494,23	47.738.494,23	1.336.132,60	1.626.694,99

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NAO PROCESSADOS LIQUIDADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	-	-	-	-	-
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2015 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 10/02/2016

PÁGINA 4

SUBTÍTULO 170394 - FCDF-SSP-CORPO BOMBEIRO MILITAR DO DF

ÓRGÃO SUPERIOR 25915 - FUNDO CONSTITUCIONAL DO DISTRITO FEDERAL

VALORES EM UNIDADES DE REAL

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
Outras Despesas Correntes	-	-	-	-	-
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	-	-	-	-	-
Investimentos	-	-	-	-	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
<b>TOTAL</b>	-	-	-	-	-



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2015 PERÍODO Anual

EMISSÃO 10/02/2016 PAGINA 1

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	170394 - FCDF-SSP-CORPO BOMBEIRO MILITAR DO DF
ORGAO SUPERIOR	25915 - FUNDO CONSTITUCIONAL DO DISTRITO FEDERAL

VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2015	2014
<b>VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS</b>	<b>1.314.471.649,1</b>	-
<b>Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria</b>	-	-
Impostos	-	-
Taxas	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-
<b>Contribuições</b>	<b>8.494.768,03</b>	-
Contribuições Sociais	8.494.768,03	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-
Contribuição de Iluminação Pública	-	-
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais	-	-
<b>Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos</b>	-	-
Venda de Mercadorias	-	-
Vendas de Produtos	-	-
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	-	-
<b>Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras</b>	-	-
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	-	-
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Obtidos	-	-
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	-	-
Aportes do Banco Central	-	-
Outras Variações Patr. Aumentativas Financeiras	-	-
<b>Transferências e Delegações Recebidas</b>	<b>1.298.577.872,9</b>	-
Transferências Intragovernamentais	1.298.577.872,9	-
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências das Instituições Privadas	-	-
Transferências das Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências de Consórcios Públicos	-	-
Transferências do Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada de Entes	-	-
Transferências de Pessoas Físicas	-	-
Outras Transferências e Delegações Recebidas	-	-
<b>Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos</b>	<b>5.671.324,24</b>	-
Reavaliação de Ativos	-	-
Ganhos com Alienação	-	-
Ganhos com Incorporação de Ativos	28.803,81	-
Ganhos com Desincorporação de Passivos	5.642.520,43	-
Reversão de Redução ao Valor Recuperável	-	-
<b>Outras Variações Patrimoniais Aumentativas</b>	<b>1.727.683,93</b>	-
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar	-	-
Resultado Positivo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA  
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2015	PERÍODO Anual
EMISSÃO 10/02/2016	PÁGINA 2
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	170394 - FCDF-SSP-CORPO BOMBEIRO MILITAR DO DF
ORGAO SUPERIOR	25915 - FUNDO CONSTITUCIONAL DO DISTRITO FEDERAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2015	2014
VPA de Dívida Ativa		-
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	1.727.683,93	-
<b>VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS</b>	<b>1.445.871.318,4</b>	<b>-</b>
<b>Pessoal e Encargos</b>	<b>885.693.307,77</b>	<b>-</b>
Remuneração a Pessoal	711.978.784,79	-
Encargos Patronais	-	-
Benefícios a Pessoal	154.768.866,24	-
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	18.945.656,74	-
<b>Benefícios Previdenciários e Assistenciais</b>	<b>431.129.458,30</b>	<b>-</b>
Aposentadorias e Reformas	322.620.150,72	-
Pensões	107.179.716,80	-
Benefícios de Prestação Continuada	-	-
Benefícios Eventuais	-	-
Políticas Públicas de Transferência de Renda	-	-
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	1.329.590,78	-
<b>Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo</b>	<b>27.259.067,05</b>	<b>-</b>
Uso de Material de Consumo	9.352.799,16	-
Serviços	17.906.267,89	-
Depreciação, Amortização e Exaustão	-	-
<b>Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras</b>	<b>47,28</b>	<b>-</b>
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	47,28	-
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Concedidos	-	-
Aportes ao Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-	-
<b>Transferências e Delegações Concedidas</b>	<b>8.910.526,43</b>	<b>-</b>
Transferências Intragovernamentais	8.910.526,43	-
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências a Instituições Privadas	-	-
Transferências a Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências a Consórcios Públicos	-	-
Transferências ao Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada a Entes	-	-
Outras Transferências e Delegações Concedidas	-	-
<b>Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos</b>	<b>92.726.568,14</b>	<b>-</b>
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas	-	-
Perdas com Alienação	-	-
Perdas Involuntárias	85.593.477,75	-
Incorporação de Passivos	1.413.208,57	-



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2015	PERÍODO Anual
-------------------	------------------

EMISSÃO 10/02/2016	PÁGINA 3
-----------------------	-------------

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	170394 - FCDF-SSP-CORPO BOMBEIRO MILITAR DO DF
ORGAO SUPERIOR	25915 - FUNDO CONSTITUCIONAL DO DISTRITO FEDERAL

VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2015	2014
Desincorporação de Ativos	5.719.881,82	-
<b>Tributárias</b>	<b>12.595,50</b>	-
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	12.595,50	-
Contribuições	-	-
<b>Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados</b>	-	-
Custo das Mercadorias Vendidas	-	-
Custos dos Produtos Vendidos	-	-
Custo dos Serviços Prestados	-	-
<b>Outras Variações Patrimoniais Diminutivas</b>	<b>139.748,00</b>	-
Premiações	65.920,00	-
Resultado Negativo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-
Incentivos	-	-
Subvenções Econômicas	-	-
Participações e Contribuições	-	-
Constituição de Provisões	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	73.828,00	-
<b>RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO</b>	<b>-131.399.669,35</b>	-

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS		
	2015	2014



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2015	PERÍODO Anual
EMISSÃO 10/02/2016	PÁGINA 1
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	170394 - FCDF-SSP-CORPO BOMBEIRO MILITAR DO DF
ORGAO SUPERIOR	25915 - FUNDO CONSTITUCIONAL DO DISTRITO FEDERAL

	2015	2014
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES</b>	<b>-3.135.988,07</b>	<b>-</b>
<b>INGRESSOS</b>	<b>1.307.925.128,75</b>	<b>-</b>
<b>Receitas Derivadas e Originárias</b>	-	-
Receita Tributária	-	-
Receita de Contribuições	-	-
Receita Patrimonial	-	-
Receita Agropecuária	-	-
Receita Industrial	-	-
Receita de Serviços	-	-
Remuneração das Disponibilidades	-	-
Outras Receitas Derivadas e Originárias	-	-
<b>Transferências Correntes Recebidas</b>	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências Correntes Recebidas	-	-
<b>Outros Ingressos das Operações</b>	<b>1.307.925.128,75</b>	<b>-</b>
Ingressos Extraorçamentários	438.724,22	-
Restituições a Pagar	-	-
Passivos Transferidos	-	-
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior	5,18	-
Transferências Financeiras Recebidas	1.298.577.872,92	-
Arrecadação de Outra Unidade	8.910.526,43	-
Variação Cambial	-	-
Valores para Compensação	-	-
Valores em Trânsito	-	-
DARF - SISCOLEX	-	-
Ajuste Acumulado de Conversão	-	-
Demais Recebimentos	-	-
<b>DESEMBOLSOS</b>	<b>-1.311.061.116,82</b>	<b>-</b>
<b>Pessoal e Demais Despesas</b>	<b>-1.301.664.440,12</b>	<b>-</b>
Legislativo	-	-
Judiciário	-	-
Essencial à Justiça	-	-
Administração	-	-
Defesa Nacional	-	-
Segurança Pública	-	-
Relações Exteriores	-	-
Assistência Social	-	-
Previdência Social	-	-
Saúde	-	-
Trabalho	-	-
Educação	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA  
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2015	PERÍODO Anual
-------------------	------------------

EMISSÃO 10/02/2016	PÁGINA 2
-----------------------	-------------

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
--------	---

SUBTÍTULO	170394 - FCDF-SSP-CORPO BOMBEIRO MILITAR DO DF
-----------	--

ORGAO SUPERIOR	25915 - FUNDO CONSTITUCIONAL DO DISTRITO FEDERAL
----------------	--

VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2015	2014
Cultura	-	-
Direitos da Cidadania	-	-
Urbanismo	-	-
Habituação	-	-
Saneamento	-	-
Gestão Ambiental	-	-
Ciência e Tecnologia	-	-
Agricultura	-	-
Organização Agrária	-	-
Indústria	-	-
Comércio e Serviços	-	-
Comunicações	-	-
Energia	-	-
Transporte	-	-
Desporto e Lazer	-	-
Encargos Especiais	-1.301.664.440,12	-
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	-	-
<b>Juros e Encargos da Dívida</b>	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	-	-
Outros Encargos da Dívida	-	-
<b>Transferências Concedidas</b>	<b>-49.426,05</b>	-
Intergovernamentais	-	-
A Estados e/ou Distrito Federal	-	-
A Municípios	-	-
Intragovernamentais	-49.426,05	-
Outras Transferências Concedidas	-	-
<b>Outros Desembolsos das Operações</b>	<b>-9.347.250,65</b>	-
Dispêndios Extraorçamentários	-436.724,22	-
Pagamento de Restituições de Exercícios Anteriores	-	-
Pagamento de Passivos Recebidos	-	-
Transferências Financeiras Concedidas	-8.910.526,43	-
CANCELAMENTO DE DIREITOS DO EXERCÍCIO ANTERIOR	-	-
Transferência de Arrecadação para Outra Unidade	-	-
Variação Cambial	-	-
Valores Compensados	-	-
Valores em Trânsito	-	-
Ajuste Acumulado de Conversão	-	-
Demais Pagamentos	-	-
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>	<b>-11.365.020,07</b>	-
<b>INGRESSOS</b>	-	-
Alienação de Bens	-	-
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Outros Ingressos de Investimentos	-	-



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2015 PERÍODO Anual

TÍTULO DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 10/02/2018 PAGINA 3

SUBTÍTULO 170384 - FCDF-SSP-CORPO BOMBEIRO MILITAR DO DF

ORÇAO SUPERIOR 25915 - FUNDO CONSTITUCIONAL DO DISTRITO FEDERAL

VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2015	2014
<b>DESEMBOLSOS</b>	-11.365.020,07	-
Aquisição de Ativo Não Circulante	-11.281.510,14	-
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	-	-
Outros Desembolsos de Investimentos	-83.509,93	-
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>	-	-
<b>INGRESSOS</b>	-	-
Operações de Crédito	-	-
Integralização do Capital Social de Empresas Estatais	-	-
Transferências de Capital Recebidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências de Capital Recebidas	-	-
Outros Ingressos de Financiamento	-	-
<b>DESEMBOLSOS</b>	-	-
Amortização / Refinanciamento da Dívida	-	-
Outros Desembolsos de Financiamento	-	-
<b>GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>	-14.501.008,14	-
<b>CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL</b>	56.331.372,88	-
<b>CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL</b>	41.830.364,74	-

## 6. ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO

### 6.1) Gestão de pessoas

#### 6.1.1) Estrutura de pessoal da unidade

Quadro – Força de Trabalho da UPC

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
<b>1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)</b>	<b>0</b>	<b>5966</b>	<b>22</b>	<b>233</b>
1.1. Membros de poder e agentes políticos	0	0		
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	<b>0</b>	<b>5966</b>	<b>22</b>	<b>233</b>
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	0	5966	22	232
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	0	0	0	0
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	0	0	0	0
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	0	0	0	1
<b>2. Servidores com Contratos Temporários</b>	0	0	0	0
<b>3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública<sup>2</sup></b>	0	5	0	2
<b>4. Total de Servidores (1+2+3)<sup>1</sup></b>	<b>0</b>	<b>5971</b>	<b>22</b>	<b>235</b>

Fonte<sup>1</sup>: O Total de Servidores que compõe a Força de Trabalho do CBMDF em 2015 é 5.997, sendo 26 militares inativos em cargo em comissão. Detalhamento sobre o assunto no tópico Análise Crítica.

Fonte: Legislação: Lei Complementar 840 de 23/12/2011 - institui o regime jurídico dos servidores públicos civis da administração direta, autárquica e fundacional e dos órgãos relativamente autônomos do Distrito Federal.

Fonte: Gecope – Sistema de Gestão e Controle de Pessoal: Sistema Automatizado do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal.

Fonte: SIGRH - Sistema de Gestão de Recurso Humanos do Governo do Distrito Federal - Sistema Automatizado do GDF.

**Quadro – Distribuição da Lotação Efetiva**

Tipologias dos Cargos	Lotação Efetiva	
	Área Meio <sup>1</sup>	Área Fim <sup>1</sup>
<b>1. Servidores de Carreira (1.1)</b>	<b>2090</b>	<b>3876</b>
1.1. Servidores de Carreira (1.1.2+1.1.3+1.1.4+1.1.5)	<b>2090</b>	<b>3876</b>
1.1.2. Servidores de carreira vinculada ao órgão <sup>2</sup>	2090	3876
1.1.3. Servidores de carreira em exercício descentralizado	0	0
1.1.4. Servidores de carreira em exercício provisório	0	0
1.1.5. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	0	0
<b>2. Servidores com Contratos Temporários</b>	0	0
<b>3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública<sup>3</sup></b>	5	0
<b>4. Total de Servidores (1+2+3)</b>	<b>2095</b>	<b>3876</b>

Fonte<sup>1</sup>: Instrução Normativa nº 01/2004 do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal, publicada no Boletim Geral nº 120 de 30/06/2004 (definição da Área Meio e Fim).

Fonte<sup>2</sup>: No campo “Servidores de Carreira” está incluso o efetivo de militares agregados e adidos. Detalhamento sobre o assunto no tópico Análise Crítica.

Fonte<sup>2</sup>: Gecope – Sistema de Gestão e Controle de Pessoal: Sistema Automatizado do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal.

Fonte<sup>3</sup>: SIGRH - Sistema de Gestão de Recurso Humanos do Governo do Distrito Federal

**Quadro – Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UPC**

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
<b>1. Cargos em Comissão</b>	0	5	0	3
1.1. Cargos Natureza Especial	0	0	0	0
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	0	5	0	3
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	0	0	0	1
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	0	0	0
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas	0	0	0	0
1.2.4. Sem Vínculo	0	5	0	2
1.2.5. Aposentados	0	0	0	0
<b>2. Funções Gratificadas</b>	0	0	0	0
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	0	0	0	0
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	0	0	0
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas	0	0	0	0
<b>3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)</b>	0	5	0	3

Fonte: SIGRH - Sistema de Gestão de Recurso Humanos do Governo do Distrito Federal.

Legislação: Lei Complementar 840 de 23/12/2011 - institui o regime jurídico dos servidores públicos civis da administração direta, autárquica e fundacional e dos órgãos relativamente autônomos do Distrito Federal.

### **6.1.1.1) Análise Crítica:**

- **Quantidade de servidores disponíveis frente às necessidades da unidade jurisdicionada:**

Quantitativo ainda não suficiente para a prestação de serviço com mais efetividade e excelência. Para melhorar tal efetividade e excelência, o CBMDF utiliza o serviço gratificado voluntário o qual é regulamentado pelo Decreto nº 24.619 de 26 de maio de 2004 e a força de trabalho de militares inativos em cargo em comissão que é regulamentado pelo Decreto nº 36.299, de 22 de janeiro de 2015. Ressalta-se que os cargos comissionados foram criados com finalidade estratégica, com o intuito de melhorar o tempo resposta e o atendimento ao público devido a reclamações recorrentes da comunidade do Distrito Federal relacionados ao atendimento de emergência via o canal 193. Essas nomeações asseguraram a continuidade do serviço público, promovendo a utilização efetiva dos recursos que foram disponibilizados quando da criação destes cargos por meio do Decreto.

- **Resultados de eventuais avaliações sobre a distribuição da força de trabalho entre a área meio e área fim e do número de servidores em cargos comissionados frente a não comissionados:**

O efetivo fixado do CBMDF é de 9.703 (nove mil setecentos e três) bombeiros militares de carreira. O CBMDF o distribuiu conforme a Matriz Operacional a qual objetiva a padronização e a alocação de Unidades de Bombeiros para o atendimento ao público no menor tempo possível, conforme parâmetros da NFPA 1710 e ISO 834/1994.

A Lei nº 12.086/2009 estabeleceu o quantitativo de 50 (cinquenta) Grupamentos de Bombeiro Militar (GBM) e seis Grupamentos Especializados para o atendimento emergencial à população no âmbito do Distrito Federal, além de outras Unidades que também são responsáveis pela execução e planejamento da Missão-Fim.

O Decreto Distrital nº 24.533/2004 prevê o percentual mínimo de 80% do efetivo geral de cada corporação, para destinação à atividade fim e, no máximo, 20% para atividade meio. Considerando o efetivo fixado na Lei nº 12.086/2009, tem-se a seguinte forma de distribuição: 7.763 bombeiros militares na atividade fim e, no máximo, 1.940 na área meio.

De acordo com o ano de referência (dezembro, 2015), o efetivo existente do CBMDF é de 5.966 militares ativos, havendo uma vacância de 3.737 bombeiros (38,51% do efetivo geral fixado), sendo distribuídos da seguinte forma: 3.876 nas diversas Unidades da área fim, 1.612 nas unidades da área meio, grifando-se que: **186 bombeiros estão na condição de adidos (dispensas médicas superiores a 90 dias/Força Nacional/Projeto Cão Guia); 254 bombeiros estão agregados em Órgãos EXTERNOS à Corporação (“cessões” pela legislação civil) e 38 bombeiros estão agregados no próprio CBMDF (passagem para reserva remunerada/presos/Dispensa Médica por mais de um ano); totalizando 478 bombeiros que não considerados nem área meio e tampouco fim, pois o CBMDF não pode contar com a força de trabalho deles temporariamente ou em alguns casos definitivamente.**

Ocorre que, atualmente das Unidades previstas para atividade fim, 26 (vinte e seis) Grupamentos não estão em funcionamento, e para compor 100% do efetivo das unidades operacionais existentes, seria necessário 64% do efetivo fixado (4.939 bombeiros). Já os Órgãos da Área Meio, os quais estão, praticamente, todos instalados e em pleno funcionamento, seria necessário 100% do efetivo fixado para área meio (1.940 bombeiros), contudo só temos 1.612 bombeiros, representando uma defasagem de 328 bombeiros na área meio.

Observa-se, claramente, que a relação entre a quantidade de militares da área meio e da área fim fica muito prejudicada quando se vê a realidade atual do CBMDF, pois como dito nem todas as Unidades Operacionais estão instaladas, faltando ainda 26 (vinte e seis) e que praticamente todas as unidades da área meio estão em pleno funcionamento, soma-se a esse cenário a vacância de 3.737 bombeiros para completar o efetivo Geral do CBMDF.

Observa-se, destarte, pelos argumentos expendidos que nenhum efetivo extrapola o percentual do efetivo geral fixado em Lei para área meio, faltando, em verdade, o ingresso de 3.737 bombeiros que serão destinados em quase sua totalidade para a área fim da Corporação.

Ademais, o CBMDF editou a Portaria nº 01 de setembro de 2015 (publicada no BG 166, de 02 de setembro de 2015), a qual trata do Quadro de Organização e Distribuição de pessoal, a fim de melhorar ainda mais a distribuição do efetivo, para mais bem servir a população do Distrito Federal.

Quanto aos cargos comissionados, estes suprem a necessidade da corporação frente à defasagem de efetivo qualificado para prestação de serviços específicos nas áreas de direito, comunicação e pedagogia.

- **Possíveis impactos da aposentadoria sobre a força de trabalho disponível, notadamente quando essa força é formada prioritariamente por servidores mais velhos:**

Um estudo realizado pela Diretoria de Gestão de Pessoal, tendo como base dados extraído do Sistema de Gestão e Controle de Pessoal sobre a previsão de egressos para o período de 2016 a 2025 constatando que o impacto será de **4.060** militares transferidos para a reserva remunerada até o ano de 2025. O impacto é demonstrado na tabela a seguir::

**Tabela - Projeção de aposentadorias para os próximos 10 anos**

PROJEÇÃO DE APOSENTADORIA PARA OS PRÓXIMOS 10 ANOS NO CBMDF											
Ano	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	Total
Reserva (Tempo de Serviço)	235	210	275	270	225	340	285	660	540	520	3560
Reserva (Quota Compulsória)	100	100	100	100	100	0	0	0	0	0	500
<b>Total (Reserva Remunerada)</b>	<b>335</b>	<b>310</b>	<b>375</b>	<b>370</b>	<b>325</b>	<b>340</b>	<b>285</b>	<b>660</b>	<b>540</b>	<b>520</b>	<b>4060</b>

O ingresso de servidores na Corporação está previsto na Lei nº 12.086, de 06 de novembro de 2009, anexo III. A Lei estabelece o limite de ingresso anual de 377 bombeiros militares na Corporação.

É importante frisar que o limite de ingresso anual de Bombeiros Militares previstos no anexo III da Lei nº 12.086/2010 é de 377 militares distribuídos nos diversos quadros de oficiais e praças e que para os próximos 10 anos a previsão é de que **4.060** militares passarão para a reserva remunerada, avaliando-se apenas o tempo de serviço e, se caso houvesse concurso todos os anos no período de 2016 a 2025, respeitando se o limite de ingresso previsto em Lei, a Corporação não conseguiria completar o efetivo geral, mantendo, aproximadamente, a atual vacância a qual é de 4.060 bombeiros, cenário que dificultará sobremaneira a excelente prestação do serviço que o CBMDF entrega à População do Distrito Federal anualmente, pois haverá um aumento populacional elevado do Distrito Federal em dez anos e o CBMDF terá o mesmo efetivo hodierno para o ano de 2025, contudo com a população muito acima do que é hoje.

- **Eventuais afastamentos que reduzem a força de trabalho disponível na UJ, quantificando o número de servidores afastados e possíveis impactos nas atividades desenvolvidas na UJ:**

Podemos destacar dois tipos de afastamentos: o permanente (aposentadoria) e os afastamentos temporários (agregados externos – militares “cedidos” à moda legislação civil e os adidos - estão com dispensa médica total acima de 90 dias).

Em relação ao afastamento permanente, os comentários são os mesmos abordados do item anterior.

Em relação aos afastamentos temporários (agregados externos – militares “cedidos” à moda legislação civil e os adidos - estão com dispensa médica total acima de 90 dias), pode-se dizer que eles representam apenas 5,3% do total dos militares fixados pela Corporação, ou seja, são 440 bombeiros afastados temporariamente do total fixado de 9.703 bombeiros previsto em Lei.

Observa-se que tais afastamentos reduzem a força de trabalho na UJ, contudo não haveria impacto significativo, caso a força de trabalho do CBMDF estivesse completa, ou seja, com os 9.703 efetivos.

Assim, observa-se que há necessidade na contratação de mais bombeiros e no menor tempo possível, a fim de recompor a defasagem tão repisada nesse relatório, para depois alocá-los o mais rápido possível na área fim.

### **6.1.2) Estrutura de pessoal da unidade - PTTC**

A prestação de tarefa por tempo certo - PTTC, tratada no artigo 114 da Lei nº 12.086 de 6 de novembro de 2009 e regulamentada por meio do Decreto Distrital nº 31.856 de 30 de junho de 2010, é a execução de encargo, incumbência, tarefa ou missão de caráter voluntário e temporário, em organizações do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal, pelo bombeiro militar da inatividade que se encontre na reserva remunerada e, em caráter excepcional, reformado, conforme as regras estabelecidas na Portaria nº 39 de 21 de agosto de 2012, publicada no Boletim Geral nº 161 de 27 de agosto de 2012.

Os militares nomeados para a prestação de tarefa por tempo certo, em organizações do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal, destinam-se ao atendimento das atividades, de caráter voluntário e temporário, desde que inexistam no serviço ativo do CBMDF, pessoal militar habilitado e disponível para o exercício das seguintes atividades:

- I - professores, instrutores e monitores em estabelecimento de ensino da Corporação;
- II - administração, de saúde, de finanças, de informática e de ciência e tecnologia;
- III - apoio e em complemento a atividade operacional; e
- IV - realização de serviços ou atividades de natureza emergencial ou urgente, a critério do Comandante-Geral.

**Quadro – Força de Trabalho da UPC**

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
<b>1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)</b>	<b>Não há</b>	<b>190</b>	<b>1</b>	<b>90</b>
1.1. Membros de poder e agentes políticos				
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	<b>Não há</b>	<b>190</b>	<b>1</b>	<b>90</b>
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão (PTTC)	Não há	190	1	90
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado				
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório				
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas				
<b>2. Servidores com Contratos Temporários</b>				
<b>3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública</b>				
<b>4. Total de Servidores (1+2+3)</b>	<b>Não há</b>	<b>190</b>	<b>1</b>	<b>90</b>

Fonte: SECOT/DINAP

**Quadro – Distribuição da Lotação Efetiva**

Tipologias dos Cargos	Lotação Efetiva	
	Área Meio	Área Fim
<b>1. Servidores de Carreira (1.1)</b>	<b>190</b>	
1.1. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	<b>190</b>	
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão (PTTC)	190	
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado		
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório		
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas		
<b>2. Servidores com Contratos Temporários</b>		
<b>3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública</b>		
<b>4. Total de Servidores (1+2+3)</b>	<b>190</b>	

Observe-se que o artigo 14 da Portaria CBMDF nº 39 de 21 de agosto de 2012, que regula a prestação de tarefa por tempo certo – PTTC, veda ao militar inativo nomeado para a prestação de tarefa por tempo exercer cargos ou funções de chefia, concorrer à substituição temporária, ser nomeado em função gratificada, receber gratificação de serviço voluntário, ser requisitado ou cedido a outro órgão.

### 6.1.3) Demonstrativo das despesas com pessoal

Quadro – Custos do pessoal

Tipologias/ Exercícios	Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total	
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Demais despesas variáveis				
<b>Membros de poder e agentes políticos</b>											
Exercícios	2015	Não possui									
	2014	Não possui									
<b>Servidores de carreira vinculados ao órgão da unidade jurisdicionada</b>											
Exercícios	2015	R\$ 328.899.087,69	R\$ 1.581.845,16	R\$ 164.834.902,63	R\$ 168.263.336,18	R\$ 124.530.204,68	R\$ -	R\$ -	R\$ 1.465,44	R\$ 796.828,13	R\$ 788.907.669,91
	2014	R\$ 312.450.630,68	R\$ 1.493.940,80	R\$ 177.160.917,52	R\$ 160.373.371,65	R\$ 139.632.338,12	R\$ 798.736,50	R\$ -	R\$ 3.060.071,83	R\$ -	R\$ 794.970.007,10
<b>Servidores de carreira SEM VÍNCULO com o órgão da unidade jurisdicionada</b>											
Exercícios	2015	Não possui									
	2014	Não possui									
<b>Servidores SEM VÍNCULO com a administração pública (exceto temporários)</b>											
Exercícios	2015	Não possui									
	2014	Não possui									
<b>Servidores cedidos com ônus</b>											
Exercícios	2015	R\$ 7.010.716,25									R\$ 7.010.716,25
	2014	R\$ 2.921.979,21	R\$ -	R\$ 869.260,49	R\$ 1.477.914,93	R\$ 1.254.795,24	R\$ 12.755,18	R\$ -	R\$ 16.207,58	R\$ -	R\$ 6.552.912,63

Servidores com contrato temporário		
Exercícios	2015	Detalhados em item específico deste Relatório
	2014	

Fonte: Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos - SIAPE

Observações:

- 1- De acordo com a Portaria TCU nº 321/2015 o quadro de custos de pessoal foi adequado para atender à realidade desta corporação sendo alterada a coluna demais despesas variáveis por PTTC (Prestação de Tarefa por Tempo Certo).
- 2- Os custos com os militares nomeados no PTTC estão constantes no campo Servidores com Contrato Temporário, por ser o mais apropriado.
- 3 - Nos valores de Vencimentos e Vantagens Fixas dos exercícios de 2015 e 2014 está deduzido o total de reposições ao erário.
- 4- No valor de Indenizações dos exercícios de 2015 e 2014 está deduzido o total de indenizações ao erário.
- 5- A Gratificação de Função de Natureza Especial foi enquadrada como retribuição.
- 6- em 2015, o valor de indenização com o PTTC refere-se apenas ao Auxílio Alimentação. Demais rubricas como Pré-escolar, Auxílio Natalidade, etc, devem ser informados pela DINAP por serem de caráter geral anos inativos.
- 7 - Em 2015, o valor de adicionais com o PTTC refere-se apenas a férias, já que os demais são de caráter geral para os inativos.
- 8 - Os dados sobre servidores de carreira vinculados ao órgão da unidade jurisdicionada incluem os valores de servidores cedidos com ônus, já que não foi possível discriminar de janeiro a dezembro o total pago (R\$7.010.716,25) pelos itens de despesas variáveis. Este também é o motivo pelo qual o valor não se encontra segregado no campo servidores cedidos com ônus.

**6.1.4) Demonstrativo das despesas com pessoal - PTTC**

Tipologias/ Exercícios	Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total
		Rebribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenc. e Previdenc.	Demais Despesas Variáveis			
<b>Servidores de Carreira vinculados ao órgão jurisdicionado (PTTC)</b>										
Exercícios	2015		8.322.336,57	215.701,04	2.506.853,30					<b>11.044.890,91</b>
	2014		9.591.025,13	257.246,69	2.538.838,27					<b>12.837.110,09</b>

---

### **6.1.5) Gestão de riscos relacionados ao pessoal**

---

O efetivo Geral do CBMDF é de 9.703 (nove mil setecentos e três) bombeiros militares de carreira, conforme art. 65 da Lei nº 12.086/2009, sendo distribuídos nos diversos quadros, qualificações, postos e graduações.

O CBMDF distribuiu o seu efetivo conforme a Matriz Operacional a qual objetiva a padronização e a alocação de Unidades de Bombeiros para o atendimento ao público no menor tempo possível, conforme parâmetros da NFPA 1710 e ISO 834/1994.

A Lei nº 12.086/2009 estabeleceu o quantitativo de 50 (cinquenta) Grupamentos de Bombeiro Militar (GBM) e seis Grupamentos Especializados para o atendimento emergencial à população no âmbito do Distrito Federal, além de outras Unidades que também são responsáveis pela execução e planejamento da Missão-Fim.

Atualmente das Unidades previstas para atividade fim, 26 (vinte e seis) Grupamentos não estão em funcionamento, e para compor 100% do efetivo das unidades operacionais existentes, seria necessário 64% do efetivo fixado (4.939 bombeiros). Já os Órgãos da Área Meio, os quais estão, praticamente, todos instalados e em pleno funcionamento, é necessário 100% do efetivo fixado para área meio (1941 Bombeiros).

De acordo com o mês de referência (março/2016), o efetivo existente do CBMDF é de 5966 militares ativos, havendo uma vacância de 3737 bombeiros (38,5% do efetivo geral fixado), sendo distribuídos da seguinte forma: 3790 nas diversas Unidades da área fim, 1697 nas unidades da área meio, grifando-se que 479 militares estão na condição de adidos, agregados internos ao CBMDF e a Órgãos do Governo que não são considerados nem área meio e nem área fim.

É importante frisar que o limite de ingresso anual de Bombeiros Militares previstos no anexo III da Lei nº 12.086/2010 é de 377 militares distribuídos nos diversos quadros de oficiais e praças e que para os próximos 10 anos a previsão é de que 3.700 militares passarão para a reserva remunerada. Avaliando-se apenas o tempo de serviço e, se caso houvesse concurso todos os anos no período de 2016 a 2025, respeitando-se o limite de ingresso previsto em Lei, a Corporação não conseguiria completar o efetivo geral, permanecendo ainda com a atual vacância de aproximadamente 3737 bombeiros.

Observa-se, destarte, pelos argumentos expendidos que o principal risco identificado na gestão de pessoas, especialmente aqueles que possam comprometer de forma grave o cumprimento da missão institucional ao longo do tempo e os objetivos estratégicos no médio e longo prazo é o déficit de efetivo e a não realização de concursos anualmente, conforme prevê a Lei 12.086/2010.

### 6.1.6) Contratação de pessoal de apoio e de estagiários

Apresenta-se o quadro abaixo contendo sobre a terceirização regular de mão de obra, que diz respeito às contratações de pessoas para realizar trabalhos fora da relação das atividades-fim da unidade

#### Quadro de terceirização regular de mão de obra

Unidade Contratante						
Nome: CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO DISTRITO FEDERAL						
UG/Gestão: 170394						
Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit.
			Início	Fim		
2015	Prestação de serviços de limpeza e conservação (emergencial)	38.054.508/0001-45	12/03/2015	08/09/2015	-	E
2015	Prestação de serviços de limpeza e conservação (emergencial)	38.054.508/0001-45	09/09/2015	07/03/2016	-	E
2013	Prestação de serviços na área de Odontologia - auxiliares em saúde bucal	01.588.672/0001-22	19/07/2013	19/07/2016	Ensino médio completo (com curso técnico de auxiliar de saúde bucal)	P
2013	Prestação de serviços de especializados em educação - professores	05.881.584/0001-75	07/03/2013	07/03/2016	Superior (especialista, mestres e doutores)	P

---

## **6.2) Gestão do Patrimônio e da Infraestrutura**

---

### **6.2.1) Gestão da frota de veículos**

---

#### **A. Legislação que regula a constituição e a forma de utilização da frota de veículos:**

Atualmente, a legislação que regula a forma de utilização da frota é a Portaria nº 19, de 15 de maio de 2013, publicada no boletim Geral nº 096, de 22 de maio de 2013.

A Norma de Padronização da Frota de Veículos Terrestres do CBMDF, tem como por objetivo estabelecer parâmetros para a aquisição, uso, padronização e dimensionamento da frota de veículos terrestres da Corporação visando à racionalização e melhor emprego dos recursos públicos carreados para a Corporação tendo em vista que o montante utilizado na aquisição e manutenção da frota representa significativa parcela do orçamento do CBMDF.

A Norma classifica os veículos terrestres do CBMDF, conforme sua destinação para o cumprimento das missões legais atribuídas à Corporação nas seguintes categorias:

#### **I – VIATURAS OPERACIONAIS**

#### **II – VIATURAS DE APOIO.**

Viaturas Operacionais são aquelas diretamente empregadas na missão fim da Corporação estabelecida no art. 2º, da Lei nº. 8.255, de 20 de novembro de 1991, que dispõe sobre a organização básica do CBMDF, e são classificadas nas seguintes categorias:

#### **I – Viaturas operacionais emergenciais, e**

#### **II – Viaturas operacionais não emergenciais.**

Viaturas de Apoio são destinadas precipuamente às atividades meio, como transporte de pessoal, semoventes, materiais, equipamentos, insumos e demais bens móveis do CBMDF.

#### **B. Importância e impacto da frota de veículos sobre as atividades da upc (unidade prestadora de contas)**

A frota do CBMDF é de suma importância para a realização das atividades operacionais de salvamento e combate a incêndio no atendimento à população do Distrito Federal, uma vez que as viaturas são específicas para este fim, proporcionando ao Corpo de Bombeiros os meios necessários para atuar com eficácia e eficiência nas suas missões que lhe são atribuídas.

A qualidade da frota hoje existente, na Corporação, promove um impacto de autoestima na tropa, que pode contar com equipamento de qualidade internacional utilizado nas Corporações da Europa e Estados Unidos, promovendo uma melhora significativa nas realizações das diversas atividades do CBMDF junto à população do Distrito Federal, diminuindo o tempo resposta e consequentemente aumentando a capacidade preservar vidas e bens.

**C. Quantidade de veículos em uso ou na responsabilidade da upc, discriminados por grupos, segundo a classificação que lhes seja dada pela unidade;**

**I – VIATURAS OPERACIONAIS EM USO**

A frota de veículos operacionais é composta por: 333 viaturas

**Quadro de distribuição por grupos de viaturas operacionais**

QUANTIDADE	PREFIXO
10	ABE – AUTO BOMBA E ESCADA
3	ABRC – AUTO BUSCA E SALVAMENTO COM CÃES
5	ABR – AUTO BUSCA E RESGATE
7	ABSL – AUTO BUSCA E SALVAMENTO
35	ABT – AUTO BOMBA TANQUE
25	ABTF – AUTO BOMBA TANQUE FLORESTAL
3	ACI – AUTO COMANDO DE INCIDENTE
8	AEM – AUTO ESCADA MECÂNICA
1	AGM – AUTO GUINCHO MECÂNICO
2	AMV – AUTO MULTIPLAS VÍTIMAS
17	AOF – AUTO OPERAÇÃO DE FISCALIZAÇÃO
1	APP – AUTO PRODUTOS PERIGOSOS
3	APSG – AUTO PLATAFORMA DE SERVIÇOS GERAIS
33	AR – AUTO RÁPIDO
19	ARF – AUTO RÁPIDO FLORESTAL
27	ASE – AUTO SERVIÇO E EXTINÇÃO
2	AT - AUTO TANQUE
25	ATT – AUTO TRANSPORTE DE TROPA
2	ARA – AUTO REBOQUE PARA AVIÃO
37	MR – MOTO RESGATE
60	UR – UNIDADE DE RESGATE
7	URSA – UNIDADE DE RESGATE E SALV. AVANÇADO

**II – VIATURAS OPERACIONAIS NÃO EMERGENCIAIS EM USO**

A frota de veículos operacionais é composta por: 35 viaturas

**Quadro de viaturas operacionais não emergenciais em uso**

QUANTIDADE	PREFIXO
2	API – AUTO PERÍCIA DE INCÊNDIO
14	ASF – AUTO SERVIÇO DE FISCALIZAÇÃO
2	ASH – AUTO SERVIÇO DE HIDRANTE
23	ASI – AUTO SERVIÇO DE INTELIGÊNCIA

**III – VIATURAS DE APOIO EM USO**

A frota de veículos de apoio é composta por: 349 viaturas

**Quadro de viaturas de apoio em uso**

QUANTIDADE	PREFIXO
6	AA – AUTO AMBULÂNCIA
20	AC – AUTO CAMINHÃO
4	AE – AUTO ESCOLA
43	AO – AUTO ÔNIBUS
161	APS – AUTO PESSOAL DE SERVIÇO
76	ASG – AUTO SERVIÇOS GERAIS
5	ASM – AUTO SERVIÇO MECÂNICO
2	ATC – AUTO TANQUE COMBUSTÍVEL
2	ASO – AUTO SERVIÇO ODONTOLÓGICO
1	CM – COMANDO MÓVEL
28	MT - MOTO

**Média anual de quilômetros rodados por grupo de veículos**

I – VIATURAS OPERACIONAIS: 25.000 (vinte e cinco mil quilômetros)

II - VIATURAS OPERACIONAIS NÃO EMERGENCIAIS: 10.000 (dez mil quilômetros);

III – VIATURAS DE APOIO: 10.000 (dez mil quilômetros);

**D. Idade média da frota por grupos de veículos:**

I – VIATURAS OPERACIONAIS: 6 (SEIS) ANOS

II - VIATURAS OPERACIONAIS NÃO EMERGENCIAIS: 5 (CINCO) ANOS

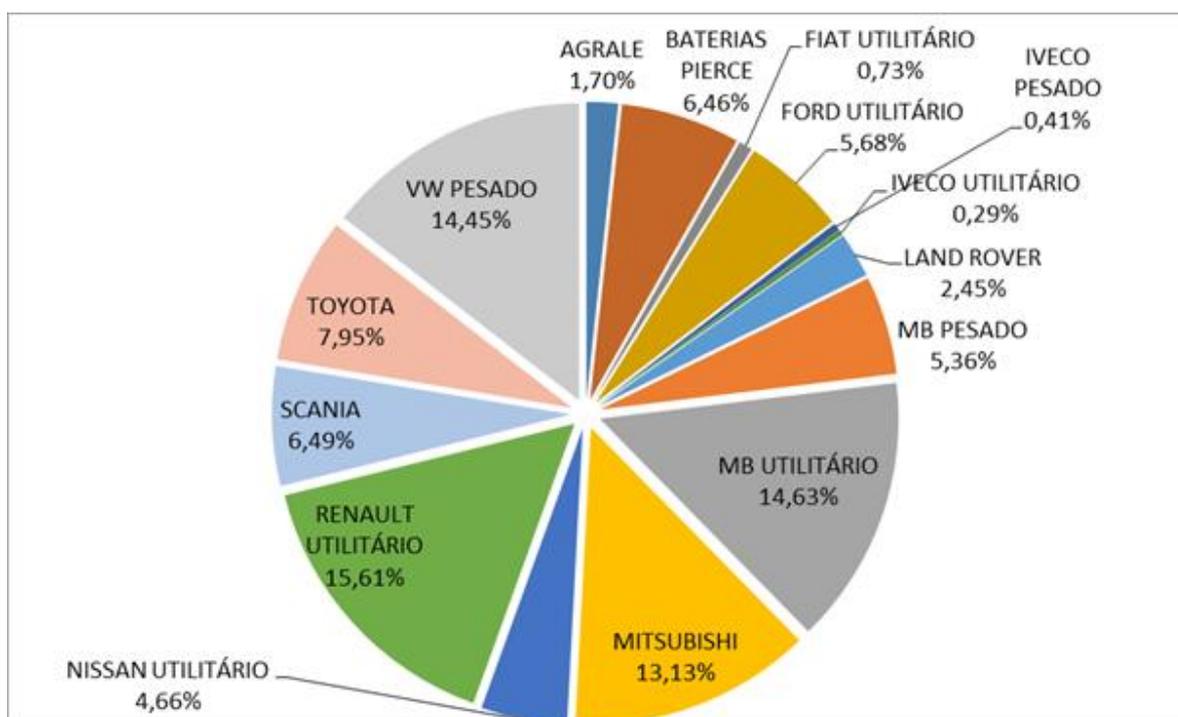
III – VIATURAS DE APOIO: 16 (DEZESSEIS) ANOS

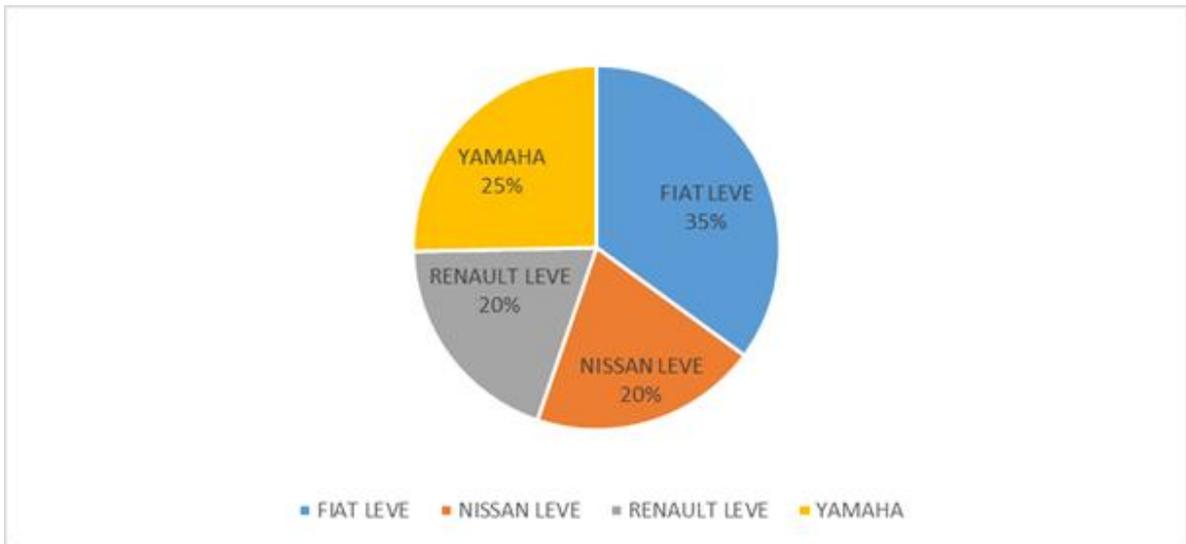
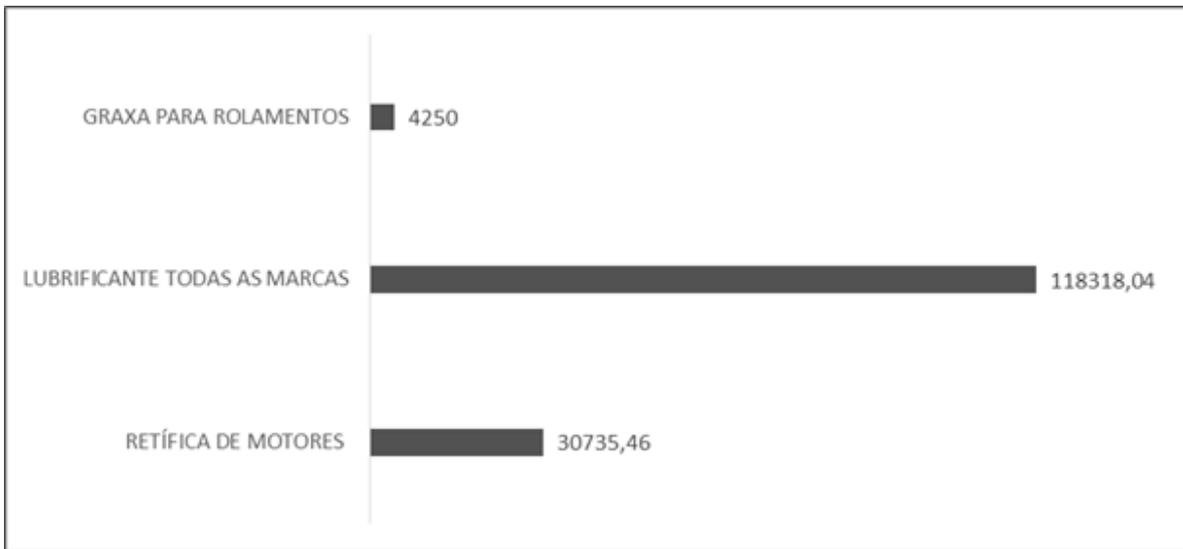
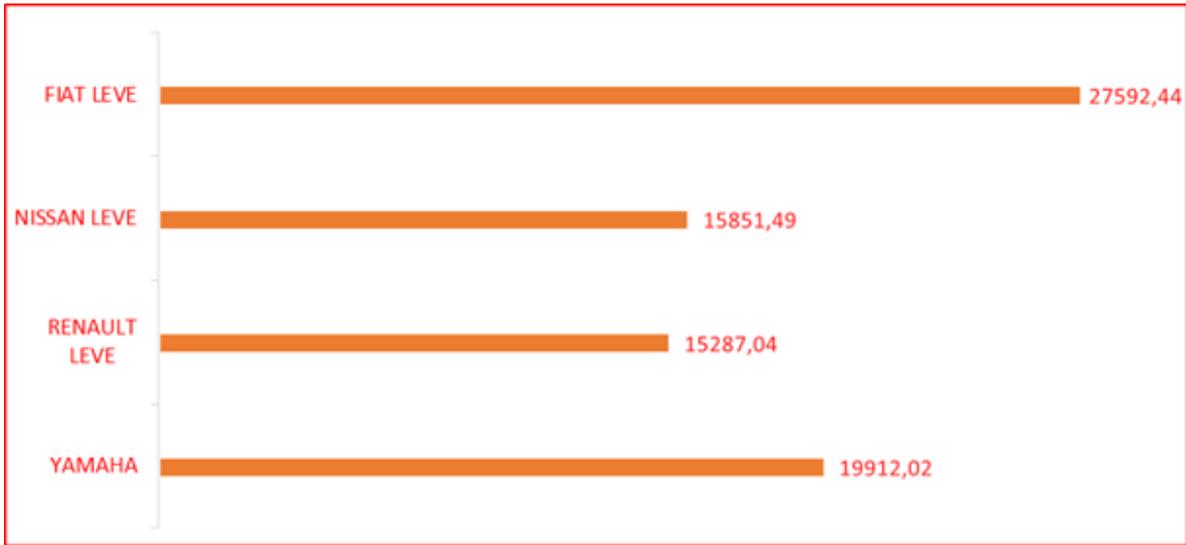
### E. Despesas associadas à manutenção da frota

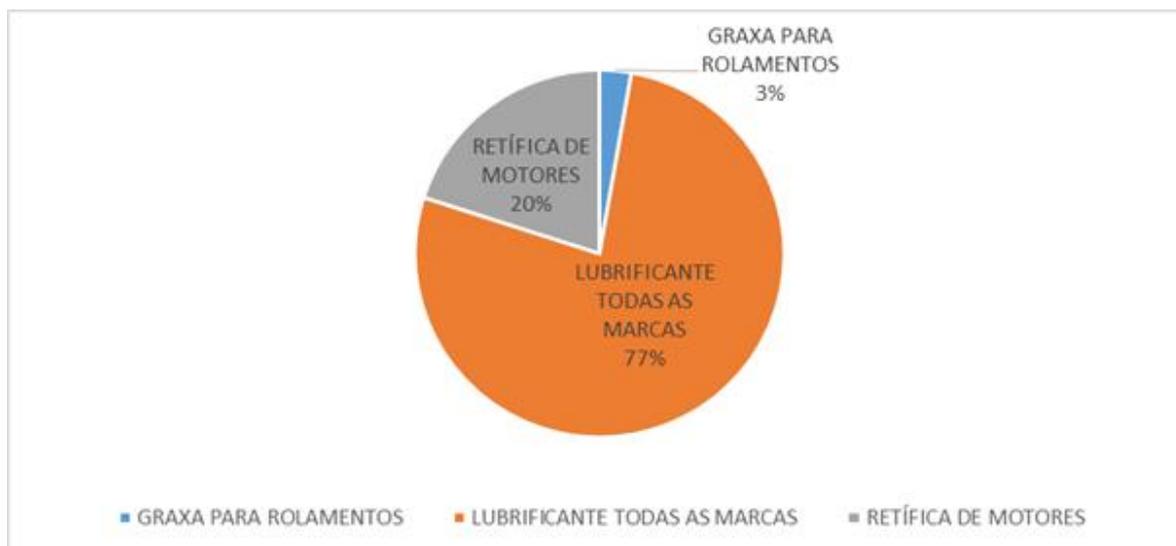
VALOR POR MARCAS:



PERCENTUAL POR MARCAS







CUSTOS COM INSUMOS - TODAS AS CATEGORIAS - TOTAL R\$ 153.303,50

TOTAL GERAL DE CUSTOS COM PEÇAS E MATERIAIS - R\$ 622.120,97

#### **F. Plano de substituição da frota:**

Conforme a Norma de Padronização da Frota de Veículos Terrestres do CBMDF, a substituição da frota ficará sempre condicionada às efetivas necessidades do serviço, à dotação orçamentária prévia correspondente e à observação da legislação vigente, bem como poderá ser efetivada em razão da antieconomicidade decorrente de:

I – Desgaste prematuro;

II – Obsolescência;

III – Sinistro com perda total ou;

IV – Manutenção, recuperação e/ou reforma economicamente inviável.

#### **H) razões de escolha da aquisição em detrimento da locação:**

A razão pela qual a frota do CBMDF é adquirida e não locada, dá-se em virtude, que na sua grande maioria, as viaturas são de modelo e características especiais, não sendo veículos similares ao mercado comum destinado ao público em geral, fazendo com que a Corporação procure fornecedores de veículos que atendam às necessidades operacionais.

Ressalta-se ainda que foi Realizada de Auditoria Operacional promovida pela Auditoria Interna do CBMDF, que teve como finalidade apurar dados relacionados ao custo total que a

Corporação possui para adquirir e manter as viaturas da frota veicular terrestre não emergencial, bem como estudar a viabilidade de, ao invés de adquirir tais viaturas, alugá-las, analisando aspectos como a economicidade, a eficiência, a eficácia e a efetividade da terceirização. Até a data de conclusão deste Relatório os trabalhos da auditoria ainda não haviam sido concluídos.

#### **I) estrutura de controles de que a upc dispõe para assegurar uma prestação eficiente e econômica do serviço de transporte.**

A Corporação tem adotado o Sistema de Controle de Viaturas – SISCONV, onde todo condutor é obrigado a fornecer informações diárias sobre a viatura, tais como: quilometragem percorrida, abastecimento realizado, tipo de serviço que está sendo realizado. Outro fator de controle de eficiência e economia é o limite mensal de combustível utilizado nas viaturas de apoio. Ou seja, cada viatura tem um limite para ser utilizado, o que gera uma racionalização do veículo, economizando não só o combustível, como também toda a cadeia de manutenção que advém do uso constante.

---

#### **6.2.2) Política de destinação de veículos inservíveis ou fora de uso e informações gerenciais sobre veículos nessas condições**

---

A política de destinação de veículos inservíveis ou fora de uso, estão elencadas na Portaria nº 19, Norma de Padronização da Frota de Veículos Terrestres do CBMDF, onde ocorre por desgaste prematuro, obsolescência, sinistro com perda total ou manutenção, recuperação e/ou reforma economicamente inviável.

Sendo que é previsto que as viaturas operacionais, que apresentarem os itens acima, poderão ser consideradas inservíveis. No caso de viaturas operacionais não emergenciais e de apoio, além do verificado acima, também é levado em conta o tempo de uso, que será de pelo menos 7 (sete) anos de uso.

Atualmente, a corporação conta com 112 (cento e doze) viaturas operacionais e 41 (quarenta e uma) viaturas de apoio relacionadas para leilão público. Outras 76 (setenta e seis) viaturas operacionais e, 7 (sete) viaturas de apoio desativadas temporariamente, por problemas mecânicos diversos ou aguardando reforma.

---

### **6.3) Gestão da tecnologia da informação**

---

#### **Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTIC)**

O planejamento organizacional compõe-se pelo estabelecimento de objetivos estratégicos, levantamento da situação atual e da elaboração de um plano que deverá nortear uma organização em direção ao objetivo projetado. Tomando por base estas premissas, o Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTIC) deve estar alinhado a esses objetivos estratégicos organizacionais para atingir os objetivos vinculados aos principais eixos de ação da área de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC).

O PDTIC representa um instrumento indispensável para a gestão dos recursos de TIC, principalmente quando se trata de recursos públicos mantidos pela Administração. Por esse motivo os órgãos de controle do governo, como o Tribunal de Contas da União (TCU) e o Tribunal de Contas do Distrito Federal (TCDF), têm enfatizado a necessidade dos órgãos públicos elaborarem um PDTIC que contemple todas as ações e as associem aos objetivos estratégicos de suas áreas de negócio antes de executarem seus gastos relacionados à TIC.

Nesse sentido, para alinhar a atuação da área de TIC dos diversos órgãos da Administração Pública foi publicada a Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 04/2008, de 19 de maio de 2008, a qual foi atualizada para a Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 04/2010 pela Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação (SLTI), do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG), órgão central do Sistema de Administração dos Recursos de Informação e Informática (SISP). Essa instrução normativa dispõe sobre o processo de contratação de Soluções de Tecnologia da Informação pelos órgãos integrantes do SISP do Poder Executivo Federal.

No âmbito do CBMDF, a elaboração do PDTIC veio como desdobramento de um objetivo estratégico definido no Planejamento Estratégico da Corporação publicado no Boletim Geral nº 224, de 8 de dezembro de 2010: “7.1.2. Meta: Elaborar um Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação”. O PDTIC do CBMDF, embora elaborado pela área meio da Corporação, busca também atender às necessidades da área fim com soluções que propiciem o aumento da eficiência e qualidade na prestação de serviços à comunidade.

O PDTIC vem atender a todas essas determinações e legislação relacionada, fornecendo o direcionamento necessário para otimizar o desempenho relacionado à tecnologia da informação e comunicação no âmbito do CBMDF.

### **Comitê Gestor de TIC**

O Comitê Gestor de Tecnologia da Informação e Comunicação é constituído pelo Subcomandante Geral do CBMDF, a quem caberá à presidência, um Secretário Executivo escolhido pelo presidente, não sendo este membro do comitê. Os demais membros do comitê serão:

1. Chefe do Departamento de Recursos Humanos;
2. Chefe do Departamento de Ensino Pesquisa Ciência e Tecnologia;
3. Chefe do Departamento de Administração Logística e Financeira;
4. Chefe do Departamento de Segurança Contra Incêndio e Pânico;
5. Comandante Operacional;
6. Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicações e Comunicação;

Em 2015 foram realizadas 5 (cinco) reuniões do Comitê, conforme apresentado na tabela a seguir:

**Tabela - Reuniões de comitê de TI**

11/03	Apresentação sobre a situação de governança de tecnologia da informação e comunicação; Discussão sobre aquisições de TIC; Apresentação inicial da Política de Segurança da Informação.
31/03	Apresentação da minuta da Política de Segurança da Informação do CBMDF; Apresentação dos sistemas de informação desenvolvidos no CBMDF; Priorização das demandas de desenvolvimento e manutenção de sistemas.
12/05	Apresentação e discussão das alterações na minuta da Política de Segurança da Informação do CBMDF.

30/06	Apresentação do relatório de indicadores do Plano de Comando; Aprovação da proposta de contratação de serviços técnicos referentes à infraestrutura e suporte técnico de TIC.
04/11	Discussão sobre o projeto de implantação do rádio digital; Recomendação de não aditvação do atual contrato de fábrica de software; Deliberação sobre priorização de sistemas a serem desenvolvidos.

## Plano de Gestão de Pessoas

O Plano de Gestão de Pessoas tem a finalidade de definir, em alinhamento aos objetivos estratégicos e ações do PDTIC, as necessidades da Corporação no que se refere aos recursos humanos e capacitação nas diversas áreas de TIC.

A Diretoria de Tecnologia da Informação e Comunicação é responsável pelo planejamento, pelo desenvolvimento de soluções, pela infraestrutura e pelo suporte técnico na área de TIC, buscando sempre fornecer apoio às atividades administrativas e operacionais. No entanto, a defasagem de aprendizado em novas soluções tem se constituído num fator limitador às suas capacidades de proporcionar respostas às demandas requeridas. Face ao exposto, faz-se necessário a capacitação dos seus recursos humanos, buscando o desenvolvimento continuado para acompanhar as evoluções constantes da tecnologia.

## Cenário Atual do Pessoal de TIC do CBMDF

O CBMDF possui em sua estrutura formal militares que são organizados, de forma geral, em dois grandes grupos: Oficiais e Praças. Dentro de cada um desses grupos há algumas subdivisões, denominadas “Quadros” correspondentes às especializações das atividades desenvolvidas.

No que se refere à tecnologia da informação e comunicação, não existe um quadro próprio que organize os militares que atuam nessa área. No grupo dos Oficiais há um quadro denominado “Complementar”, o qual abrange pessoal qualificado em diversas especializações profissionais, como contabilidade, direito, enfermagem, pedagogia, assim como informática.

Em 2015, a Diretoria de Tecnologia da Informação e Comunicação contava com 51 (cinquenta e um) militares atuando nas diversas frentes de trabalho, incluindo o Diretor e o Subdiretor. Todos esses militares são efetivos, ou seja, fazem parte da estrutura formal da Corporação. Desse total, apenas 6 (seis) fazem parte do quadro de Oficiais Complementares, tendo sido aprovados em concurso público específico para exercer atividades na área de tecnologia da informação e comunicação. Os demais militares fazem parte dos outros quadros da Corporação, mas exercem suas atividades na diretoria pelo fato de terem algum tipo de treinamento e/ou experiência na área. A tabela a seguir apresenta um esquema de mostra o grau de instrução dos militares integrantes da DITIC.

**Tabela - Grau de Instruções dos militares da DITIC**

Grupo	Lotação	Fundamental	Médio Completo	Superior Completo		Especialização		Mestrado		Total
				TIC	Geral	TIC	Geral	TIC	Geral	
Oficiais	Planejamento				1					1
	Secretaria									
	Redes					2				2
	Sistemas			1		3		1		5
	Suporte									

	Telecomunicação					1				1
Praças	Planejamento									
	Secretaria		2	1	1					4
	Redes			2	1	1				4
	Sistemas		1	9	2	2				14
	Suporte		2	2	1					5
	Telecomunicação	1	5	2	6	1				15
<b>TOTAL</b>		<b>1</b>	<b>10</b>	<b>17</b>	<b>21</b>	<b>10</b>			<b>1</b>	<b>51</b>

## Capacitações em TIC

Tabela - Capacitação em TIC

NOME	OBJETIVO	LOCAL / PREVISÃO	QTD DE VAGAS
Análise de Pontos de Função – APF	A Semana de APF tem o objetivo de abordar de maneira complementar vários aspectos da Análise de Pontos de Função. Ela é composta por três módulos, iniciando com sua fundamentação teórica, descrevendo seus benefícios - destacando como empregá-la em estimativas e contratos de software -, aprofundando como fazer a medição em PFs através de vários exemplos e estudos de caso; e finalizando como usar a APF de forma profissional, fácil e menos sujeita a erros.	Brasília-DF	2
Contratação de Bens e Serviços de TI	Oferecer aos profissionais de diversas áreas visão geral e sistematizada sobre a licitação e contratação de bens e serviços de tecnologia da informação pelo setor público, desde o planejamento até a execução contratual, observando as orientações do NCTI/SLTI/MP e a jurisprudência do TCU.	Brasília-DF Mar/2015	2
Testes de Software	Capacitar os profissionais em Testes ágeis com ATDD, Técnicas para escrever casos de testes, Capacitação em Testes de Software	Brasília-DF Fev/2015	2
Mapeamento e Modelagem de Processos	Capacitar servidores para mapear e modelar processos de trabalho e identificar riscos e propor melhorias nesses processos, com enfoque em controles internos	Brasília-DF Jan/2015	2
Planejamento e Gestão Estratégica de TI	O curso fornece conhecimentos essenciais para o planejamento e a gestão estratégica de TI nas organizações. O foco está no alinhamento da estratégia de TI com o alcance das metas do negócio da organização, na busca pela vantagem competitiva através do constante refinamento dos processos organizacionais.	Brasília-DF A definir	2
Fundamentos de Governança de TI	O curso inicia o aluno no entendimento dos principais aspectos e processos básicos que formam o escopo da governança de TI, e do seu impacto sobre a governança corporativa nas organizações	Brasília-DF A definir	2
Gestão da Segurança da Informação	O curso é focado na elaboração de um plano diretor para gestão da segurança da informação com base nas normas técnicas NBR 27001 e NBR 27002	Brasília-DF A definir	2

Governança de TI com COBIT	Fornecer uma visão ampla sobre a governança, processos e estratégias de TI nas organizações, através da análise dos impactos desta área em franca ascendência nos negócios. Ao final do curso, o aluno estará apto para a tomada de decisões a respeito do uso eficaz dos recursos de TI, considerando o planejamento, gestão e controle dos processos de TI.	Brasília-DF A definir	2
MBA em Gestão Estratégica da Tecnologia da Informação	Capacitar o aluno em gestão estratégica para promover a melhoria da qualidade dos projetos, processos e produtos do desenvolvimento e da implantação de sistemas, bem como o desenvolvimento do senso crítico e da capacidade de mediação entre a tecnologia e o ambiente de negócios da organização.	Brasília-DF Mar/2015	1
Segurança de Redes e Sistemas (SEG2) pela Escola Superior de Redes	O aluno aprenderá sobre perímetros de segurança, através da implementação de uma solução completa de proteção de redes, utilizando técnicas como firewall, IDS, IPS e VPN.	Brasília-DF A definir	2
Teste de Invasão de Aplicações Web (SEG9) pela Escola Superior de Redes	Conscientizar os alunos sobre as vulnerabilidades de maior risco encontradas em sistemas web (OWASP Top Ten) e como elas podem ser exploradas por usuários maliciosos; Ensinar técnicas para a realização de pentest em aplicações web; Introduzir ferramentas que podem otimizar o processo de pentest, por meio da automatização de algumas tarefas.	Brasília-DF A definir	2
Especialização em ITIL+COBIT+PMP	Capacitar os militares que atuam na gestão de Tecnologia da Informação para manter o alinhamento entre TI e a estratégia da Corporação	Brasília-DF Abr/2015	2
XEN – Virtualização de Servidores	Capacitar o militar a instalar vários servidores reais em apenas uma máquina física, visando à compreensão dos mecanismos que envolvem a solução de virtualização e paravirtualização	Brasília-DF A definir	2
Pentaho Data Integration	Entender a arquitetura básica do Pentaho Data Integration (PDI) e seus módulos e interfaces	Brasília-DF A definir	2
Formação Completa CISCO CCNA + CCNP	Permitir a capacitação dos militares da área de redes e segurança da informação nas certificações Cisco System e suas vantagens	Brasília-DF A definir	2
Pacote Oficial com TIA Linux+LPI/3 Níveis	Capacitar o militar na linha de comando Linux, básicos e avançados e boas práticas na administração de contas de usuário e seu gerenciamento	Brasília-DF A definir	2
Formação Cluster: Supercomputadores HPC Linux// Balanceamento de Servidores // Soluções em Cluster	Capacitar o militar a ter conhecimento necessário para a escolha do hardware, ligação dos computadores, configuração e instalação do sistema operacional Linux, configurar nós de rede e gerenciar o cluster	Brasília-DF A definir	2

## Gestão de Serviços de TIC

Atualmente o CBMDF não possui processos de gerenciamento de serviços de TI definidos conforme as melhores práticas do ITIL ou outros modelos de gestão. Para o gerenciamento de serviços de TI relacionados a suporte de usuário, a Corporação possui uma equipe insuficiente de militares que constitui a Seção de Suporte Técnico, a qual recebe as ocorrências dos usuários e dependendo da natureza e complexidade da ocorrência, esta é encaminhada via e-mail ou pessoalmente, para a seção técnica capacitada para resolver o problema. Além da seção de Suporte,

algumas OBMs possuem um militar com conhecimento na área de TI, que é designado como administrador de rede na Unidade e ajuda a seção de Suporte para resolver problemas de TI daquela Unidade. O CBMDF ainda não adota as melhores práticas de ITIL, nem mesmo um software eficiente para registro, controle e acompanhamento das ocorrências referentes a TI. A definição de processos de gerenciamento de TIC e a efetiva implantação nas unidades é uma meta da DITIC que provavelmente iniciar-se-á em 2016, conforme disponibilidade de recursos.

## **Projetos de TIC**

No ano de 2015, nenhum projeto foi concluído. Principalmente devido à crise financeira de 2015 no GDF, ocorreram várias mudanças nos projetos e aquisições que tinham sido planejados.

O projeto de replicação ou atualização do Data Center foi aceito pelo financiamento do BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento), entregue, mas até o momento não se tem mais notícia sobre as próximas fases do financiamento e data de uma possível licitação.

O projeto de servidores de redes, um projeto desde 2011, e que devido todo o processo burocrático para sua compra, além de fatos inesperados, como a crise financeira de 2015 no GDF, a qual fez surgir decretos que obrigaram ajustes, só teve sua licitação ocorrida em dezembro de 2015, mas devido à grande desvalorização do real frente ao dólar, a licitação foi deserta, não sendo possível a aquisição dos equipamentos.

O projeto de contratação de suporte em serviços de TIC foi aprovado em 2015 pelo Comitê Gestor de TIC e ainda está em desenvolvimento.

O projeto de contratação de nova empresa prestadora de serviços de fábrica de software começou a ser elaborado em 2015 e encontra-se em fase de preparação para licitação, incluindo a elaboração do termo de referência. A expectativa é que seja licitado em 2016 para iniciar a execução do contrato no máximo no início de 2017.

## **Independência Tecnológica**

Atualmente não há empresas terceirizadas que prestam serviços de TI na área de suporte, redes e infraestrutura. Nossas Unidades estão interligadas por meio de uma rede MPLS, administrada pela SEPLAG/DF e não possuem um segundo link de backup. Não há medidas, nem recursos humanos e nem financeiros para manter redundância ou mesmo suportar a ausência ou perda de algum serviço. Isso tem ocorrido principalmente devido às exigências normativas da Administração Pública, o que tem atrapalhado a concretização de um projeto de infraestrutura que possa prover uma real independência tecnológica.

Na área de sistemas, há uma empresa contratada para a prestação de serviços de desenvolvimento e manutenção de sistemas na modalidade de fábrica de software. Entretanto, o CBMDF tem total domínio sobre as tecnologias utilizadas, como a linguagem de programação e o banco de dados, visto que são tecnologias livres, bem como sobre a arquitetura de software utilizada, que segue o padrão definido pela DITIC.

### 6.3.1) Principais sistemas de informações

Tabela - Sistemas de Informação

SISTEMAS DE INFORMAÇÃO				
SISTEMA	DESCRIÇÃO DO SISTEMA	RECURSOS DISPONÍVEIS	RESPONSÁVEL TÉCNICO	RESPONSÁVEL DE NEGÓCIO
GECOPE	Sistema de Gestão e Controle de Pessoal - GECOPE reúne todas as informações referentes ao militar ativo e inativo. As funcionalidades são liberadas de acordo com o perfil do usuário.	Adicionar novo servidor	SGT ILDEANE ANTUNES DE CARVALHO ATAIDES SIAPE: 1405077	ST ERNANE RUAS NEIVA SIAPE: 402576
		Listar, cadastrar, atualizar e excluir dados básicos.		
		Listar, cadastrar, atualizar e excluir contato		
		Listar, cadastrar, atualizar e excluir endereço		
		Listar, cadastrar, atualizar e excluir afastamentos		
		Listar, cadastrar, atualizar e excluir documentos		
		Listar, cadastrar, atualizar e excluir promoções		
		Listar, cadastrar, atualizar e excluir funções		
		Listar, cadastrar, atualizar e excluir averbações		
		Listar, cadastrar, atualizar e excluir habilidades		
		Listar, cadastrar, atualizar e excluir lotação		
		Listar, cadastrar, atualizar e excluir estado civil		
		Listar, cadastrar, atualizar e excluir estado civil		
		Listar, cadastrar, atualizar e excluir dependentes		
		Listar, cadastrar, atualizar e excluir quadro		
		Listar, cadastrar, atualizar e excluir status		
		Listar, cadastrar, atualizar e excluir condecoração (medalha sangue de Brasília)		
Histórico de dependentes				
Exportar ficha escaneada para PDF				
Exportar relatório individual para PDF				
Gerar relatórios				
GEAF	Sistema de Controle de	Listar planos de férias regulamentares com o seu referido status	SGT ILDEANE	ST ERNANE RUAS

	<p>Afastamento. O sistema GEAF tem por finalidade a gestão e o controle dos afastamentos planejáveis, férias regulamentares, férias radiológicas, licença especial, dispensa para desconto em férias e abono anual. Com opção de exportação das listas para Excel ou PDF.</p>	<p>Inserir planejamento de férias</p> <p>Marcar férias regulamentares e radiológicas</p> <p>1ª, 2ª e 3ª homologação, análise e parecer do plano de férias</p> <p>Listar militares de férias</p> <p>Listar e gerar extrato mensal do plano de férias</p> <p>Gerar nota de boletim</p> <p>Alteração do plano de férias</p> <p>Confirmação e remarcação de férias radiológicas</p> <p>Mostra status do planejamento</p> <p>Listar, cadastrar, atualizar e cadastrar DSDF</p> <p>Listar, cadastrar, atualizar e cadastrar abono anual</p> <p>Listar, cadastrar, atualizar e cadastrar licença especial</p> <p>Listar licença médica</p> <p>Incluir publicação</p> <p>Deferimento de afastamentos</p> <p>* Hierarquia de Unidades</p> <p>* Responsável homologação</p> <p>* Responsável marcação de férias</p> <p>* Correção de férias</p> <p>Histórico de alteração do plano</p> <p>Impossibilidade de usufruto de férias</p> <p>Exercício futuro</p>	<p>ANTUNES DE CARVALHO ATAIDES SIAPE: 1405077</p>	<p>NEIVA SIAPE: 402576</p>
<p>GEDEP</p>	<p>O sistema de Gestão de Dependências - GEDEP, tem por finalidade a gestão e o controle de pensionistas e dependentes de militares e de pensionistas.</p> <p>Viabilizando a melhor integração dos sistemas de saúde com as</p>	<p>Listar, cadastrar e atualizar dependente</p> <p>Listar, cadastrar e atualizar pensionista</p> <p>Listar renuncia de contribuição</p> <p>Gerenciar dependências</p> <p>Recadastrar dependentes e pensionistas</p> <p>Gerar requerimento</p> <p>Anexar documentos</p> <p>Mostra o histórico do dependente ou pensionista</p> <p>Anexar documentos de identificação</p>	<p>SGT ILDEANE ANTUNES DE CARVALHO ATAIDES SIAPE: 1405077</p>	<p>ST ERNANE RUAS NEIVA SIAPE: 402576</p>

	informações relativas a dependentes e pensionistas. Com opção de exportação das listas para Excel ou PDF.	Listar curador/tutor Cadastrar dependente/pensionista Listar dependência em nota Relatórios		
FUNÇÕES	Sistema de Controle de Funções. O sistema FUNÇÕES tem por finalidade a otimização da gestão das atribuições de cargos e funções às Unidades do CBMDF e o controle efetivo das nomeações e exonerações, com a possibilidade de geração de relatórios sob várias perspectivas. Com opção de exportação das listas para Excel ou PDF.	Listar, cadastrar e atualizar cargos e funções Associar cargos e funções às Unidades Nomear e exonerar militares Gerar nota de boletim com lista de exoneração e nomeação Listar nomeação temporária Lista de exonerados (ainda não nomeados em outra função)  Relatórios	SGT ILDEANE ANTUNES DE CARVALHO ATAIDES SIAPE: 1405077	ST ERNANE RUAS NEIVA SIAPE: 402576
SISGESEC	O Sistema de Gestão de Secretaria - SISGESEC tem por finalidade reunir as informações que o secretário necessita para desempenhar suas funções diariamente na secretaria das Unidades. Consiste em um painel que agrega informações de vários sistemas: GECOPE, SICON, SISPUBLICAÇÃO, GEAF, CPMED, SISCONVI, FUNÇÕES.	Lista dos militares lotados na unidade Cadastrar assuntos publicados Cadastrar, atualizar, excluir atividade/atuação Cadastrar, atualizar, excluir endereço Cadastrar, atualizar, excluir contato Exportar ficha escaneada para PDF Exportar relatório individual para PDF Divisão de militares por posto Resumo de militares Publicação dos militares Afastamentos Afastamentos Médicos Viaturas Funções	SGT ILDEANE ANTUNES DE CARVALHO ATAIDES SIAPE: 1405077	ST ERNANE RUAS NEIVA SIAPE: 402576

		Funções e Militares		
CONSUL	Sistema de Pesquisa de Dados do CBMDF - O sistema Consul é um módulo de consulta de afastamentos. É possível visualizar todos os afastamentos de um militar dentro do período indicado.	Selecionar servidor	SGT ILDEANE ANTUNES DE CARVALHO ATAIDES SIAPE: 1405077	ST ERNANE RUAS NEIVA SIAPE: 402576
		Detalha as dispensas médicas		
SICAFI	Sistema de Cadastro de Ficha	Cadastro de Ficha	SGT ILDEANE ANTUNES DE CARVALHO ATAIDES SIAPE: 1405077	ST ERNANE RUAS NEIVA SIAPE: 402576
		Ficha Escaneada		
		Validação de Fichas		
CERBERUS	CerberusAuth - Sistema de Autenticação e CerberusWeb - Sistema de Controle de Acesso e Perfil do CBMDF	Controle de Perfis de usuário	SGT ANDERSON MARTINS LEITE SIAPE: 1405719	SGT LEONARDO BARBOSA NOGUEIRA SIAPE: 1405764
		Listagem de Funcionalidades		
		Controle de Workflow		
		Cadastro de Sistemas		
		Cadastro de Pessoas Físicas		
		Cadastro de Pessoas Jurídicas		
AGENDAWEB	AgendaWeb - Sistema de Agendamento de Consultas	Cadastro de Agendas	MAJ LUCAS ARAÚJO PEREIRA SIAPE: 1568728	MAJ FERNANDO AUGUSTO THESING SIAPE: 1667065 TC CINTHIA DE CARVALHO GONTIJO SIAPE: 1400165
		Agendas Profissionais		
		Agenda Secretário		
		Público Externo		
SAUDEWEB	SaudeWeb - Sistema de Saúde	Geração de guias	MAJ LUCAS ARAÚJO PEREIRA SIAPE: 1568728	SGT MARCELO HENRIQUE MORAIS SILVA SIAPE: 1404931 SGT ELIEZER CANEDO DE SOUZA JUNIOR SIAPE: 1405533 TC MAX WERNER



			1405719	SIAPE: 1405719
SISMAT	Sismat - Sistema de Materiais	Listagem de Materiais Saída de Materiais Controle de Materiais	SGT ANDERSON MARTINS LEITE SIAPE: 1405719	TC ALAN JOSE NATAL RAJAO SIAPE: 1399950
SISOM	Sisom - Sistema de Ordem de Missão	Criação de Ordens de Missão Relatórios Tabelas de Apoio Gestão de Usuário Fluxo de Vistoria	SGT ANDERSON MARTINS LEITE SIAPE: 1405719	SGT MARLONS AURELIO MARQUES RODRIGUES SIAPE: 1404966
DESEGWEB	DesegWeb - Sistema de Segurança contra Incêndio	Análise de Projeto - cadastro, listagem, distribuição e execução Solicitação de Serviços pelo Solicitante Baixa de boletos	SGT ISMAEL DE FREITAS PINHO SIAPE: 1405707	TC VICENTE TOMAZ DE AQUINO JUNIOR SIAPE: 1399908
SICAP	Sicap - Sistema de Capacitação	Cadastro de Capacitações Relatórios Gestão de Usuário	TC RRM. CLEBER ROGERIO PEREIRA SIAPE: 1399831	ST ANTONIO JUNIO DE OLIVEIRA SIAPE: 1405121  TC ROBERTO SANGALETI SIAPE: 1399953  SGT JUAREZ FERREIRA BISPO SIAPE: 1401899
SISGETEC	Sisgetec - Sistema Suporte Técnico	Módulo Administrador	TC RRM. CLEBER ROGERIO PEREIRA SIAPE: 1399831	SGT GILVAN LEITE DE SÃO JOSÉ SIAPE: 1405110
	SisgetecUsuario - Sistema Suporte Técnico Usuário	Módulo Usuário		
CONTROLADORIAWEB	Controladoria - Sistema de controladoria	Controladoria - Gestão de Comissões Corregedoria - Gestão de Processos Corregedoria - Listar Impedimento Relatórios Gestão de Usuário	SGT ISMAEL DE FREITAS PINHO SIAPE: 1405707	SGT ELIEZER GONÇALVES COSTA SIAPE: 1403272  SGT RICARDO PEREIRA DE SOUSA SIAPE: 1403855
SICON	Sicon - Sistema de	Gestão de Aquisições	SGT ISMAEL DE	TC HÉLIO MAURÍCIO

	Aquisição e Convênios	Gestão de contrato Gestão de Convênios Acompanhamento/Pagamento Comissões de Execução Relatórios Modalidades de Garantia Natureza de Despesa	FREITAS PINHO SIAPE: 1405707	DE CARVALHO SIAPE: 1291140
SISCONV (VIATURAS)	SISCONV - Viaturas - Sistema de Viaturas	Funções de Dia-a-Garagem Funções de controle oficina Funções de Recepção de viaturas Gerencia de Viatura Relatórios	SGT ISMAEL DE FREITAS PINHO SIAPE: 1405707	MAJ ENER DINIZ BECKMANN SIAPE: 1667061
SICOFAS	Sicofas - Sistema de Controle das Ordens de Serviço da FS	Controle de artefatos de ordens de serviços da Fábrica de Software	MAJ LUCAS ARAÚJO PEREIRA SIAPE: 1568728	SGT ALDENOR NUNES NEIVA EULÁLIO SIAPE: 1404142  SGT LEONARDO BARBOSA NOGUEIRA SIAPE: 1405764
WEBTAF	WebTaf - Sistema de TAF	Cadastro de TAF Cadastro de Resultados de TAF Relatório de TAF	MAJ LUCAS ARAÚJO PEREIRA SIAPE: 1568728	COMANDANTE DO CECAF
GSVWEB	Escalas - Sistema de GSV	Marcações de Escala Escalas Publicadas Inscrições de GSV Justificativa de Faltas à GSV	MAJ LUCAS ARAÚJO PEREIRA SIAPE: 1568728	COMANDANTE OPERACIONAL
PORTAL	Portal - Site do CBMDF	Portal Corporativo	TEN ELIAS PEREIRA DA SILVA SIAPE: 1402077	CHEFE DO CECOM

---

#### 6.4) Gestão ambiental e sustentabilidade

---

O Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal tem suas atribuições estabelecidas na Constituição Federal, no artigo 144 e na Lei Federal nº 8.255/1991, alterada pela Lei Federal nº 12.086/2009, o qual consiste em proporcionar a proteção de vidas e patrimônio à sociedade do Distrito Federal e **do meio ambiente**, por meio de ações de prevenção, combate e investigação de incêndios urbanos e florestais, salvamento, atendimento pré-hospitalar e ações de defesa civil. Sua origem remete ao ano de 1856, quando o Imperador Dom Pedro II assinou o Decreto Imperial nº 1.775. Este Decreto reuniu numa só administração as diversas seções que até então existiam para realizar o serviço de extinção de incêndios, nos Arsenais de Marinha e Guerra, Repartição de Obras Públicas e Casa de Correção, sendo, assim, criado e organizado o Corpo Provisório de Bombeiros da Corte sob a jurisdição do Ministério da Justiça.

Dentro do contexto do meio ambiente e analisando o passado, pode-se então entender que o Corpo de Bombeiros foi uma das primeiras Instituições Públicas a se preocupar com o meio ambiente devido às suas atribuições legais e ao completar em 2016, 52 (cinquenta e dois) anos de história na Capital Federal, o CBMDF se afirma como instituição forte e respeitada, protegendo vidas, meio ambiente e salvaguardando patrimônios.

Em 2015 o CBMDF se tornou o **1º Bombeiro Verde do Brasil com a adesão à Agenda Ambiental na Administração Pública - A3P** junto ao Ministério do Meio Ambiente – MMA confirmando o compromisso com o meio ambiente e a sustentabilidade, internalizando os princípios de sustentabilidade socioambiental. O apoio técnico do Ministério do Meio Ambiente – MMA é importantíssimo no cumprimento do plano de trabalho para os próximos 5 (cinco) anos ajudando a evitar, reduzir ou controlar o efeito ambiental negativo das ações do CBMDF, através da consideração da dimensão do planejamento e da operação de seus programas e projetos.

Dentro deste propósito de Adesão à A3P, o Corpo de Bombeiros do DF criou Comissão para Implementação da Agenda Ambiental na Administração Pública - A3P no CBMDF, que busca o uso racional de recursos, o consumo sustentável e despertar o comprometimento dos militares na redução de despesas da própria instituição, como exemplo educativo para as presentes e futuras gerações. Como resultado inicial foi criada a coleta seletiva no CBMDF e as unidades foram orientadas sobre a separação dos resíduos. Concomitantemente a corporação busca cooperação com Cooperativas de Catadores para recolhimento dos resíduos recicláveis.

A Corporação está em processo de implantação e adaptação com a agenda ambiental e ainda não possui plano de gestão de logística sustentável (PLS) de que trata o art. 16 do Decreto 7.746/2012, contudo o processo de implantação e adaptação com as questões ambientais estão sendo desenvolvidas conforme o Plano de Trabalho para 5 (cinco) anos que foi assinado junto com o Termo de Adesão a A3P do MMA.

#### **Dentre os projetos sustentáveis destacam-se:**

- **Programa de Gestão Eficiente de Recursos** - tem como objetivo: promover a redução de despesas financeiras da Corporação, por meio do uso racional de recursos e do consumo sustentável, e despertar o comprometimento dos militares na redução de despesas da própria instituição como exemplo educativo para as presentes e futuras gerações.

- **O Sistema Eletrônico de Informação – SEI** - Corpo de Bombeiros Militar do DF comemora 8 meses de utilização do Sistema SEI em 2015 com a redução de 49,45% nos gastos em resma de papel. Outros resultados indiretos importantes com a utilização do SEI: Expansão em 93% (noventa e três por cento), das unidades da Corporação em 2015; Redução no consumo de toners de impressoras; Redução na manutenção de impressoras; Redução no consumo de combustível (protocolo entre unidades); Redução na manutenção das viaturas (protocolo entre unidades); Redução no consumo de capas de processo; Redução no consumo de grampos trilho para processo; Redução no tempo para solução dos processos; Aumento da Agilidade processual.
- **Uso do sistema de ar comprimido a espuma no combate a incêndios classe A e B”** - foi selecionada em 2016 para ser finalista do 6º Prêmio de Boas Práticas de Sustentabilidade A3P do Ministério do Meio Ambiente, na categoria uso/manejo sustentável dos recursos naturais.
- **Benchmarking de consumo energético em edifícios públicos do Brasil** - O Corpo de Bombeiros Militar do DF foi selecionado para participar do Benchmarking de consumo energético em edifícios públicos do Brasil.
- **Novos quartéis do CBMDF** - Nos 11 quartéis novos tiveram as seguintes Intervenções de sustentabilidade: Coleta seletiva; Construção de baixo impacto ambiental; Maximização da iluminação e ventilação naturais; Redução das cargas térmicas pelo uso de brises; Reuso de águas pluviais para jardins e vasos sanitários; Aquecimento elétrico-solar combinados; Permeabilização de áreas externas; Maximização das áreas verdes; Otimização dos sistemas de iluminação e climatização

---

## **6.5) Gestão de fundos e de programas**

---

### **6.5.1) Identificação e informações dos fundos na gestão da unidade**

---

O Fundo de Saúde do CBMDF, na forma da Lei nº 10.486, de 04 de julho de 2002 e da Lei nº 11.134, de 15/07/2005, bem como o estabelecido no Decreto nº 4.628, de 19 de abril de 1979, tem como finalidade custear as despesas referentes a atendimentos médicos e odontológicos dos militares ativos, inativos, pensionistas e seus dependentes, de forma a complementar os recursos oriundos do Fundo Constitucional do Distrito Federal, que também possuem tal destinação.

O Fundo de Saúde tem como estratégia exclusiva a previsão legal de complementar os recursos destinados pelo Fundo Constitucional do DF à assistência médica dos militares ativos, inativos, pensionistas e seus dependentes. Com os recursos conjuntos busca-se o atendimento médico-hospitalar e ambulatorial por meio de credenciamento e contratações de clínicas, hospitais, aquisições de materiais médicos diversos, bem como a contratação e aquisição dos demais bens e serviços que se fizerem necessários.

O Fundo de Modernização, Manutenção e Reequipamento do Corpo Bombeiros Militar do Distrito Federal – FUNCBM, foi criado pela Lei Distrital nº 4.076, de 28 de dezembro de 2007, com a finalidade de prover, em caráter complementar, recursos financeiros para o CBMDF, objetivando sua modernização, reequipamento, manutenção, a aquisição de bens de consumo e a execução de serviços.

Deste modo, o FUNCBM visa complementar os recursos destinados pelo Fundo Constitucional do Distrito Federal – FCDF à manutenção das atividades desempenhadas pela Corporação, não possuindo força de trabalho própria.

---

#### **6.5.2) Informações sobre o Fundo de Saúde do CBMDF**

---

**As informações referentes a este item constam do ANEXO I deste Relatório**

## 7. CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE

### 7.1) Tratamento de determinações e recomendações do TCU

O Quadro abaixo contempla as informações sobre as providências adotadas pelos órgãos e entidades jurisdicionados ao TCU para atender às suas deliberações, estando estruturado em dois (2) blocos de informação: **Unidade Jurisdicionada** e **Deliberações do TCU**, dividido o segundo bloco em duas partes complementares: **Deliberações expedidas pelo TCU**, que identifica a determinação ou a recomendação lavrada pelo TCU, em nível de item do Acórdão, e **Providências Adotadas**, que apresenta as informações do gestor sobre as providências adotadas para dar cumprimento ao Acórdão.

O CBMDF dispõe competência interna, prevista em Lei e regulamentação (conforme art. 22, da lei nº 8.255/91 e Decreto 7.163/2010), para promover o efetivo acompanhamento das deliberações do Tribunal de Contas da União e demais órgãos de controle. Atualmente a Corporação está tratando as informações recebidas e demais processos por meio do Sistema Eletrônico de Informações - SEI, desenvolvido pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região.

Por derradeiro, informa-se que adentraram esta Corporação um total de 04 (quatro) deliberações, sendo 03 (três) recomendações e 01 (uma) determinação. Todas foram cumpridas e/ou registradas.

**Quadro – Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício**

UNIDADE JURISDICIONADA					
Denominação Completa:					Código SIORG
CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO DISTRITO FEDERAL					
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
	TC022.659/2013-7	7826/2014 - TCU – 1ª Câmara		RE	Ofício 08/2015-SUTES/SEF – FCDF e Ofício nº 0371/2014-TCU/SecexFazenda.
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
CBMDF					
Descrição da Deliberação					
Não houve deliberações direcionadas ao CBMDF, pois, segundo consta do Acórdão nº 7826/2014 - TCU – 1ª Câmara, as contas lograram demonstrar exatidão dos demonstrativos contábeis, a legalidade, a legitimidade, a economicidade, a eficácia, a eficiência e a efetividade de suas gestões.					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Controladoria/Auditoria do CBMDF (controle e acompanhamento do cumprimento, conforme estabelece o Decreto Federal nº 7.163/2010).					
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas					

Sem providências a serem adotadas. **Fora também lançado no Relatório de Gestão referente ao Exercício de 2014.**

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa:					Código SIORG
CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO DISTRITO FEDERAL					
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
	043.927/2012-2	1047 - TCU - 1ª Câmara	1.9. e 1.11.1	DE	A comunicação não chegou à Auditoria diretamente do TCU, mas por meio do Mem. 1090/2014-ASTAD/DERHU e Mem. 929/2014—SEAAD/DIOFI, que são segmentos internos do CBMDF.
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
CBMDF					
Descrição da Deliberação					
1.9. Determinar ao Corpo de Bombeiro Militar do Distrito Federal (CBMDF) e à Polícia Militar do Distrito Federal (PMDF) que informem, no próximo Relatório de Gestão, se há servidores cedidos sem o ressarcimento, por parte do cessionário, da remuneração correspondente aos cofres do Fundo Constitucional do Distrito Federal, bem como as medidas adotadas e os resultados alcançados para solucionar a questão, se for o caso.					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Controladoria/Auditoria do CBMDF (controle e acompanhamento do cumprimento, conforme estabelece o Decreto Federal nº 7.163/2010), Departamento de Recursos Humanos (registros e controle) e Portaria de designação de Comissão Permanente de Prestação de Contas Anual do CBMDF - Portaria nº 31, de 20 de agosto de 2013.					
Síntese da Providência Adotada					
A Auditoria do CBMDF instaurou procedimento próprio (Processo nº 053.000.928/2015, Processo Eletrônico nº 00053-SEI013786/2015 e 00053-SEI053811/2015) para concatenar as informações, providências e resultados referentes aos militares cedidos a outros órgãos da administração pública.					
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas					
O Departamento de Recursos Humanos do CBMDF levantou o quantitativo de militares e notificou os órgãos para fins de ressarcimento. Já há órgãos efetivando os ressarcimentos, conforme constam dos processos referenciados na síntese das providências. A Secretaria de Gestão de Pessoas e Relações do Trabalho no Serviço Público, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão editou a Portaria Normativa nº 1, de 11 de janeiro de 2016, e publicou-a no Diário Oficial da União - Seção 1 nº 8, quarta-feira, 13 de janeiro de 2016, cujo texto estabelece orientações quanto ao reembolso nos casos de cessão e de requisição de policiais, civis e militares, e bombeiros militares vinculados às Instituições de que trata o art. 1º da Lei nº 10.633, de 27 de dezembro de 2002, mantidas com recursos do Fundo Constitucional do Distrito Federal.					

Unidade Jurisdicionada

<b>Denominação Completa:</b>					<b>Código SIORG</b>
CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO DISTRITO FEDERAL					
<b>Deliberações do TCU</b>					
<b>Deliberações Expedidas pelo TCU</b>					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
	TC-043.927/2012-2	4586/2015 - TCU – 1ª Câmara	NC	DE	Ofício nº. 1122/2015 - TCU/SecexDefesa - Traz o Acórdão 4586/2015 - TCU - Refere-se à Decisão 1047/2014 - TCU.
<b>Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação</b>					<b>Código SIORG</b>
CBMDF					
<b>Descrição da Deliberação</b>					
Informa-se à Secretaria Extraordinária de Segurança para Grandes Eventos do Ministério da Justiça sobre a inaplicabilidade do Acórdão 1047/2014 – TCU – 1ª Câmara em razão do disposto na Lei nº 13.020/2014, art. 2º, §3º, bem como no Decreto nº 4.050/2001, art. 6º, parágrafo único.					
<b>Providências Adotadas</b>					
<b>Setor Responsável pela Implementação</b>					<b>Código SIORG</b>
Controladoria/Auditoria do CBMDF (controle e acompanhamento do cumprimento, conforme estabelece o Decreto Federal nº 7.163/2010).					
<b>Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas</b>					
O Acórdão trata acerca da inaplicabilidade do Acórdão nº 1047/2014 no tocante a Secretaria Extraordinária de Segurança de Grandes Eventos do Ministério da Justiça em face da Lei 13020/2014 e Decreto 4050/2001. A Seção de Conformidade Normativa da Auditoria do CBMDF juntou uma cópia no processo original da 1047/2014. No âmbito da Auditoria do CBMDF, as informações foram juntadas nos autos do Processo nº 053.000.928/2015. As deliberações foram somente para conhecimento.					

<b>Unidade Jurisdicionada</b>					
<b>Denominação Completa:</b>					<b>Código SIORG</b>
CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO DISTRITO FEDERAL					
<b>Deliberações do TCU</b>					
<b>Deliberações Expedidas pelo TCU</b>					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
	030.019/2015-0	Não Consta		DE	Ofício nº 252/2015 - SUTES/SEF e Ofício 0590/2015-TCU/SecexFazenda.
<b>Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação</b>					<b>Código SIORG</b>
CBMDF					
<b>Descrição da Deliberação</b>					
Possíveis irregularidades no pagamento a servidores da Polícia Civil do DF com recursos federais (FCDF) entre os anos de 1996 e 2006.					
<b>Providências Adotadas</b>					
<b>Setor Responsável pela Implementação</b>					<b>Código SIORG</b>

Controladoria/Auditoria do CBMDF (controle e acompanhamento do cumprimento, conforme estabelece o Decreto Federal nº 7.163/2010) – Diretoria de Inativos e Pensionistas (Inciso II, art. 29, do Decreto Federal nº 7.163/2010).	
<b>Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas</b>	
Demanda atendida por meio do Processo SEI nº 0053-SEI054997/2015 – Processo tramitou na Auditoria do CBMDF, Departamento de Recursos Humanos, Diretoria de Inativos e Pensionistas e Comando-Geral do CBMDF. A Diretoria de Inativos e Pensionistas do CBMDF informou que não há pagamentos efetuados a título de vantagem pecuniária decorrente de incorporação de décimos por exercício de cargo em comissão ou função de confiança, prevista na Lei Distrital 1.004/1996, aos militares inativos e pensionistas militares do CBMDF (Memorando n.º 153/2015 - CBMDF_DINAP_SEPAG).	

## 7.2) Tratamento de recomendações do Órgão de Controle Interno

À semelhança das informações prestadas no tópico referente ao TCU, o CBMDF dispõe competência interna, prevista em Lei e regulamentação (conforme art. 22, da lei nº 8.255/91 e Decreto 7.163/2010), para promover o efetivo acompanhamento das deliberações órgãos de controle interno. Atualmente a Corporação está tratando as informações recebidas e demais processos por meio do Sistema Eletrônico de Informações - SEI, desenvolvido pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região.

O Quadro abaixo contém as informações sobre as providências adotadas pelos órgãos e entidades jurisdicionados para atender às recomendações expedidas pelo OCI que as fiscaliza, estando estruturadas em dois (2) blocos de informação: Unidade Jurisdicionada e Recomendações do OCI, dividido o segundo bloco em duas partes complementares, quais sejam: Recomendações Expedidas pelo OCI, que identifica a recomendação expedida pelo OCI, e Providências Adotadas, que apresenta as informações do gestor sobre as providências adotadas para dar cumprimento à recomendação.

Observa-se que a Nota Técnica 1715/2015/DEFAZ/II/DE/SFC/CGU-PR - Relatório nº 201406141 na constatação 2.1.6 – Descumprimento de norma na alocação de efetivo para a área finalística. 1- Reavaliar a distribuição do efetivo em cumprimento ao Decreto Distrital nº 24.533/2004 foi uma das demandas que provocou e continua provocando impacto na gestão da unidade.

**Quadro – Relatório de cumprimento das recomendações do órgão de controle interno**

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO DISTRITO FEDERAL			
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
01	Nota de Auditoria nº 201405172/001	1	Despacho nº 1712015 Gab/Cmt-Geral e Nota de Auditoria nº 201405172/001.
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Comando do CBMDF e Diretoria de Inativos e Pensionistas (Inciso II, art. 29, do			

Decreto Federal nº 7.163/2010).	
<b>Descrição da Recomendação</b>	
1. Constatação: Servidores que recebem rubrica exclusiva de inativo cuja data de ida para a inatividade não consta no cadastro do SIAPE, conforme planilha no CD anexo (Item 2-A da SA nº 201300995/004). <b>Recomendação 001:</b> - Realizar tratativas junto ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para adequação do sistema. <b>Recomendação 002:</b> - Proceder à inclusão dos dados referentes à transferência para a inatividade dos militares relacionados com base na documentação comprobatória.	
<b>Providências Adotadas</b>	
<b>Sector Responsável pela Implementação</b>	<b>Código SIORG</b>
Controladoria/Auditoria do CBMDF (controle e acompanhamento do cumprimento, conforme estabelece o Decreto Federal nº 7.163/2010), Diretoria de Inativos e Pensionistas (Inciso II, art. 29, do Decreto Federal nº 7.163/2010).	
<b>Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas</b>	
As tratativas referentes à Nota de Auditoria nº 201405172/001 foram migradas para o Processo SEI 00053-SEI014927/2015. Cada Recomendação fora tratada até o exaurimento das pendências. Conforme os termos do Memorando n.º 47/2015 - CBMDF_DINAP_SEPAG, o trabalho de alteração das datas de transferência para reserva remunerada dos militares inativos cujos dados constavam no SIAPE com mais de 35 anos de serviço foi efetuado com sucesso.	

<b>Unidade Jurisdicionada</b>			
<b>Denominação Completa</b>			<b>Código SIORG</b>
CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO DISTRITO FEDERAL			
<b>Recomendações do OCI</b>			
<b>Recomendações Expedidas pelo OCI</b>			
<b>Ordem</b>	<b>Identificação do Relatório de Auditoria</b>	<b>Item do RA</b>	<b>Comunicação Expedida</b>
01	Nota de Auditoria nº 201405172/001	2	Despacho nº 1712015 Gab/Cmt-Geral e Nota de Auditoria nº 201405172/001.
<b>Órgão/Entidade Objeto da Recomendação</b>			<b>Código SIORG</b>
Comando do CBMDF e Diretoria de Inativos e Pensionistas (Inciso II, art. 29, do Decreto Federal nº 7.163/2010).			
<b>Descrição da Recomendação</b>			
2. Constatação: Servidores cujo tempo de serviço público - utilizando as datas de ingresso para ir para inatividade, ultrapassam 35 anos. (Item 2-B da SA nº 201300995/004). <b>Recomendação 001</b> - Realizar tratativas junto ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para adequação do sistema; <b>Recomendação 002</b> - Retificar e atualizar o cadastro do SIAPE; <b>Recomendação 003</b> - Encaminhar, em meio magnético, documentação comprobatória.			
<b>Providências Adotadas</b>			
<b>Sector Responsável pela Implementação</b>			<b>Código SIORG</b>
Controladoria/Auditoria do CBMDF (controle e acompanhamento do cumprimento, conforme estabelece o Decreto Federal nº 7.163/2010), Diretoria de Inativos e Pensionistas (Inciso II, art. 29, do Decreto Federal nº 7.163/2010).			
<b>Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas</b>			
As tratativas referentes à Nota de Auditoria nº 201405172/001 foram migradas para o Processo SEI 00053-			

SEI014927/2015. Cada Recomendação fora tratada até o exaurimento das pendências. Conforme os termos do Memorando n.º 47/2015 - CBMDF\_DINAP\_SEPAG e demais informações constantes do Processo SEI nº00053-SEI014927/2015, o trabalho de alteração das datas de transferência para reserva remunerada dos militares foi efetuado com sucesso.

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO DISTRITO FEDERAL			
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
01	Nota Técnica - 1715/2015/DEFAZ/II/DE/SFC/CGU-PR Relatório nº 201406141.	Constatação 2.1.3	Ofício nº 24.450/DEFAZII/DE/SFC/CGU-PR.
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Comando do CBMDF (inciso II, do art. 7º, do Decreto Federal nº 7.163/2010) e Estado-Maior-Geral (Inciso III, art. 10, do Decreto Federal nº 7.163/2010).			
Descrição da Recomendação			
Constatação 2.1.3: <i>Planejamento Orçamentário dimensionado acima da capacidade de execução da Unidade.</i> <b>Recomendação:</b> 1 - Adequar o planejamento orçamentário do CBMDF à realidade do órgão, de forma a espelhar suas reais necessidades e estimativa de custos.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Controladoria/Auditoria do CBMDF (controle e acompanhamento do cumprimento, conforme estabelece o Decreto Federal nº 7.163/2010) e Estado-Maior-Geral (planejamento estratégico e pela orientação do preparo e do emprego da Corporação).			
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas			
Conforme o teor do Mem. 94/2015-CBMDF_EMG_SELOF, datado de 19 de novembro de 2015 (Processo SEI nº 00053SEI044449/2015), o Estado-Maior-Geral, manifestou-se que o alinhamento das despesas previstas no Plano de Aplicação de Recursos Financeiros (PARF) e as ações estabelecidas no Planejamento Estratégico (PLANES). O PARF2015 já está alinhado às ações do PLANES. O mapeamento do processo de elaboração do PPA (Plano Plurianual), da LOA (Lei Orçamentária Anual) e do PARF (Plano de aplicação de Recursos Financeiros), bem como sua execução foi iniciado. Foi informado à Auditoria sobre a intenção de contratar uma empresa de consultoria para auxiliar o mapeamento do processo de confecção do PARF do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito e dos outros instrumentos citados.			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO DISTRITO FEDERAL			
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida

01	Nota 1715/2015/DEFAZ/II/DE/SFC/CGU-PR Relatório nº 201406141.	Técnica -	Constatação 2.1.5	Ofício 24.450/DEFAZII/DE/SFC/CGU-PR. nº
<b>Órgão/Entidade Objeto da Recomendação</b>				<b>Código SIORG</b>
Comando do CBMDF (inciso II, do art. 7º, do Decreto Federal nº 7.163/2010) e Estado-Maior-Geral (Inciso III, art. 10, do Decreto Federal nº 7.163/2010).				
<b>Descrição da Recomendação</b>				
Constatação 2.1.5: <i>Fragilidade na estimação de gastos com pessoal. Recomendação:</i> Elaborar estimativa de impacto orçamentário-financeiro previamente à autorização de aumento nas despesas de pessoal, sobretudo quanto ao ingresso de novos militares e aos aumentos na remuneração, com base no art. 16 da LRF, e à proposta orçamentária, bem como uma análise quanto à viabilidade e pertinência na elevação dessas despesas. Considerando todas as despesas executadas pela Unidade e o cumprimento de sua finalidade.				
<b>Providências Adotadas</b>				
<b>Sector Responsável pela Implementação</b>				<b>Código SIORG</b>
Controladoria/Auditoria do CBMDF (controle e acompanhamento do cumprimento, conforme estabelece o Decreto Federal nº 7.163/2010) e Estado-Maior-Geral (planejamento estratégico e pela orientação do preparo e do emprego da Corporação).				
<b>Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas</b>				
Conforme o teor do Mem. 94/2015-CBMDF_EMG_SELOF, datado de 19 de novembro de 2015 (Processo SEI nº 00053SEI044449/2015), o Estado-Maior-Geral, manifestou-se da seguinte forma: o Estado-Maior-Geral, informou que participou da elaboração do PPA2016-2019, onde as despesas com o ingresso de pessoal e reajustes salariais foram previstas. Tais informações constam do projeto de lei encaminhado ao poder legislativo do DF. Ademais, a setorial elaborou também a proposta de Lei Orçamentária (do CBMDF), no qual também constam as previsões de aumento de despesas relativas ao ingresso de pessoal e reajustes salariais. De acordo com Despacho 364/2015-CBMDF_EMG, informou-se que o EMG participou da elaboração do PPA2016-2019, onde as despesas com o ingresso de pessoal e reajustes salariais foram previstas.				

<b>Unidade Jurisdicionada</b>				
<b>Denominação Completa</b>				<b>Código SIORG</b>
CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO DISTRITO FEDERAL				
<b>Recomendações do OCI</b>				
<b>Recomendações Expedidas pelo OCI</b>				
<b>Ordem</b>	<b>Identificação do Relatório de Auditoria</b>	<b>Item do RA</b>	<b>Comunicação Expedida</b>	
01	Nota 1715/2015/DEFAZ/II/DE/SFC/CGU-PR Relatório nº 201406141.	Técnica -	Constatação 2.1.6	Ofício 24.450/DEFAZII/DE/SFC/CGU-PR. nº
<b>Órgão/Entidade Objeto da Recomendação</b>				<b>Código SIORG</b>
Comando do CBMDF (inciso II, do art. 7º, do Decreto Federal nº 7.163/2010) e Estado-Maior-Geral (Inciso III, art. 10, do Decreto Federal nº 7.163/2010).				
<b>Descrição da Recomendação</b>				
Constatação 2.1.6 – <i>Descumprimento de norma na alocação de efetivo para a área finalística.</i> 1- Reavaliar a distribuição do efetivo em cumprimento ao Decreto Distrital nº 24.533/2004.				
<b>Providências Adotadas</b>				

<b>Setor Responsável pela Implementação</b>	<b>Código SIORG</b>
Controladoria/Auditoria do CBMDF (controle e acompanhamento do cumprimento, conforme estabelece o Decreto Federal nº 7.163/2010), Estado-Maior-Geral (planejamento estratégico e pela orientação do preparo e do emprego da Corporação) e Departamento de Recursos Humanos (planejar, orientar, coordenar e controlar).	
<b>Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas</b>	
Conforme o teor do Mem. 94/2015-CBMDF_EMG_SELOF (Processo SEI nº 00053SEI044449/2015) o Estado-Maior-Geral, manifestou-se que designou comissão, publicada Boletim Geral nº 165 de 9/9/2014, para promover estudos e apresentar o Quadro de Organização e Distribuição do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal, o trabalho está ajustando a alocação do efetivo existente para área finalística. Foi designada comissão, publicado Boletim Geral nº 50 de 16/3/2015, para realizar para estudo e apresentação de proposta para o Plano de redução do efetivo nas funções administrativas ajustando a alocação do efetivo existente na área meio para área finalística de atuação da Corporação.	

<b>Unidade Jurisdicionada</b>			
<b>Denominação Completa</b>			<b>Código SIORG</b>
CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO DISTRITO FEDERAL			
<b>Recomendações do OCI</b>			
<b>Recomendações Expedidas pelo OCI</b>			
<b>Ordem</b>	<b>Identificação do Relatório de Auditoria</b>	<b>Item do RA</b>	<b>Comunicação Expedida</b>
01	Nota Técnica - 1715/2015/DEFAZ/II/DE/SFC/CGU-PR Relatório nº 201406141.	Constatação 2.1.7	Ofício nº 24.450/DEFAZII/DE/SFC/CGU-PR.
<b>Órgão/Entidade Objeto da Recomendação</b>			<b>Código SIORG</b>
Comando do CBMDF (inciso II, do art. 7º, do Decreto Federal nº 7.163/2010) e Estado-Maior-Geral (Inciso III, art. 10, do Decreto Federal nº 7.163/2010).			
<b>Descrição da Recomendação</b>			
Constatação 2.1.7 – <i>Deficiência no gerenciamento dos gastos com a manutenção (Custeio e Investimento)</i> . Recomendação: adotar estratégias de planejamento e execução orçamentária visando à execução gradual do orçamento ao longo do ano, evitando a concentração de despesas no segundo semestre, para as UGs 170394 -CBMDF e 170495 - Assistência Médica do CBMDF.			
<b>Providências Adotadas</b>			
<b>Setor Responsável pela Implementação</b>			<b>Código SIORG</b>
Controladoria/Auditoria do CBMDF (controle e acompanhamento do cumprimento, conforme estabelece o Decreto Federal nº 7.163/2010) e Estado-Maior-Geral (planejamento estratégico e pela orientação do preparo e do emprego da Corporação).			
<b>Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas</b>			

UG 170394 - Conforme o teor do Mem. 94/2015-CBMDF\_EMG\_SELOF (Processo SEI nº 00053SEI044449/2015) o Estado-Maior-Geral, manifestou-se que se encontra em andamento a iniciativa para mapear o processo de planejamento orçamentário e financeiro, a partir do qual se espera instituir uma norma que regule tal planejamento e execução, levando em consideração o PPA, a LOA e o PARF. Tal mapeamento também objetiva possibilitar a implantação do Sistema de Planejamento Orçamentário e Financeiro do CBMDF.

UG 170495 - Por intermédio do Mem. 83/2015-SECOP/DISAU, conforme fls. 262/263, informou que “tem envidado esforços em dinamizar os processos de pagamentos para as empresas credenciadas. Como ferramenta de planejamento de gastos são utilizadas informações das credenciadas sobre os valores movimentados no mês”. Informou também que em razão da peculiaridade dos credenciamentos, é impossível determinar exatamente a quantia a ser paga mês a mês, sendo que utiliza as informações mensais de gastos prestadas pelas credenciadas. Informou também que ministrou palestras aos executores dos contratos com fins a se aperfeiçoar a execução orçamentária da UG. Neste ano, o PARF2016 foi aprovado e publicado no início do mês de outubro. Tal fato, possibilita que os órgãos envolvidos na sua execução tomem medidas no sentido de dar celeridade nos processos de aquisição de bens e serviços como forma de evitar a concentração de despesas no 2º semestre.

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO DISTRITO FEDERAL			
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
01	Nota Técnica - 1715/2015/DEFAZ/II/DE/SFC/CGU-PR Relatório nº Relatório 201307825.	Constatação 2.1.3.2	Ofício nº 24.450/DEFAZII/DE/SFC/CGU-PR.
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Comando do CBMDF (inciso II, do art. 7º, do Decreto Federal nº 7.163/2010) e Estado-Maior-Geral (Inciso III, art. 10, do Decreto Federal nº 7.163/2010), Departamento de Recursos Humanos (inciso VI, do art. 29, do Decreto Federal nº 7.163/2010).			
Descrição da Recomendação			
Constatação 2.1.3.2 – <i>Participação de bombeiros militares em gerência ou administração de empresa privada.</i> Recomendação 4: Desenvolver mecanismos de monitoramento dos casos identificados de transgressão ao art. 30, da Lei nº 7.479/1986, definindo normativos, rotinas e setor responsável.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Controladoria/Auditoria do CBMDF (controle e acompanhamento do cumprimento, conforme estabelece o Decreto Federal nº 7.163/2010) e Estado-Maior-Geral (planejamento estratégico e pela orientação do preparo e do emprego da Corporação) e Departamento de Recursos Humanos.			
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas			
A Auditoria da Corporação está tratando do assunto. Fora editada uma Instrução Normativa e publicada, para vigência, todavia, o Departamento de Recursos Humanos da Corporação desaprovou tal normativa, conforme os termos do Processo nº 053.000.942/2014. A Auditoria está pleiteando acesso aos Sistemas da Receita Federal do Brasil visando metodologia de pesquisas a serem feitas periodicamente, conforme o teor do Ofício nº 006/2015/SEAUD/AUDIT.			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO DISTRITO FEDERAL			
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
01	Nota Técnica - 1715/2015/DEFAZ/II/DE/SFC/CGU-PR Relatório nº Relatório 201109252.	Constatação 2.1.3.2	Ofício nº 24.450/DEFAZII/DE/SFC/CGU-PR.
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Comando do CBMDF (inciso II, do art. 7º, do Decreto Federal nº 7.163/2010), Auditoria do CBMDF (art. 14, do Decreto 7.163/2010), Do Departamento de Ensino, Pesquisa, Ciência e Tecnologia (alínea “e”, inciso I, do art. 35, do Decreto Federal nº 7.163/2010) e Diretoria de Tecnologia da Informação e Comunicação (incisos I a V, do art. 38, do Decreto 7.163/2010).			
Descrição da Recomendação			
Constatação 2.1.3.2 – <i>Inexistência de uma Política de Segurança da Informação (PSI)</i> . <b>RECOMENDAÇÃO 001:</b> Criar e homologar documentação à qual trate da Política de Segurança da Informação, dando divulgação desta.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Controladoria/Auditoria do CBMDF (controle e acompanhamento do cumprimento, conforme estabelece o Decreto Federal nº 7.163/2010) e Diretoria de Tecnologia da Informação e Comunicação (desenvolvimento).			
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas			
O PSI encontra-se em fase de conclusão. A Auditoria do CBMDF está constantemente diligenciando junto à Diretoria competente, conforme consta dos autos Processo nº 053.001.619/2011. De acordo com os termos do Mem. 0734/2015-DITIC/SECRET, o PSI da Corporação já está pronto e aguardando avaliação final do Estado-Maior-Geral da Corporação.			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO DISTRITO FEDERAL			
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
01	Nota Técnica - 1715/2015/DEFAZ/II/DE/SFC/CGU-PR Relatório nº Relatório 20110952.	Constatação 2.1.3.4	Ofício nº 24.450/DEFAZII/DE/SFC/CGU-PR.
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Comando do CBMDF (inciso II, do art. 7º, do Decreto Federal nº 7.163/2010), Auditoria do CBMDF (art. 14, do Decreto 7.163/2010), Estado-Maior-Geral (art. 10, do Decreto			

7.163/2010) e Departamento de Recursos Humanos (inciso VI, do art. 29, do Decreto Federal nº 7.163/2010).	
<b>Descrição da Recomendação</b>	
Constatação 2.1.3.4 – <i>Fragilidades no controle interno da unidade ocasionando morosidade no atendimento das recomendações da CGU</i> <b>RECOMENDAÇÃO 001:</b> Criar documentos/manuais que formalizem as atividades e procedimentos relativos às áreas de pessoal prevendo sistemas de autorização e aprovação, linhas de autoridade claramente definidas, estabelecimento de práticas operacionais e de rotinas, implantação de rodízios dos servidores e segregação de funções, rotinas que só permitam publicações/“lançamentos” quando tais alterações forem lastreadas por documentação pertinente. <b>RECOMENDAÇÃO 002:</b> Criar normativos que definam rotinas de respostas do CBMDF às solicitações dos órgãos de controle, incluindo a auditoria interna no processo.	
<b>Providências Adotadas</b>	
<b>Setor Responsável pela Implementação</b>	<b>Código SIORG</b>
Controladoria/Auditoria do CBMDF (controle e acompanhamento do cumprimento, conforme estabelece o Decreto Federal nº 7.163/2010) e Estado-Maior-Geral (planejamento estratégico e pela orientação do preparo e do emprego da Corporação) e Departamento de Recursos Humanos.	
<b>Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas</b>	
O Departamento de Recursos Humanos do CBMDF está realizando o mapeamento dos processos internos. Informações inserida no Plano de Providências da Corporação, conforme consta dos autos do Processo nº 053.002.127/2012. A Corporação implementou o Sistema Eletrônico de Informação desde abril de 2015. A Auditoria do CBMDF está acompanhando o cumprimento da recomendação. A adoção do SEI otimizou e reduziu a tramitação de documentos e processos internos.	

<b>Recomendações do OCI</b>			
<b>Recomendações Expedidas pelo OCI</b>			
<b>Ordem</b>	<b>Identificação do Relatório de Auditoria</b>	<b>Item do RA</b>	<b>Comunicação Expedida</b>
01	Nota Técnica - 1715/2015/DEFAZ/II/DE/SFC/CGU-PR Relatório nº Relatório 20110952.	Constatação 2.1.6.1	Ofício nº 24.450/DEFAZII/DE/SFC/CGU-PR.
<b>Órgão/Entidade Objeto da Recomendação</b>			<b>Código SIORG</b>
Comando do CBMDF (inciso II, do art. 7º, do Decreto Federal nº 7.163/2010), Auditoria do CBMDF (art. 14, do Decreto 7.163/2010), Diretoria de Contratações e Aquisições (art. 33 do Decreto Federal nº 7.163/2010).			
<b>Descrição da Recomendação</b>			
<b>RECOMENDAÇÃO 002:</b> Registrar todos os contratos vigentes, pagos com recursos federais, no SIASG.			
<b>Providências Adotadas</b>			
<b>Setor Responsável pela Implementação</b>			<b>Código SIORG</b>
Controladoria/Auditoria do CBMDF (controle e acompanhamento do cumprimento, conforme estabelece o Decreto Federal nº 7.163/2010) e Diretoria de Contratações e aquisições do CBMDF.			
<b>Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas</b>			
A Diretoria de Contratações e aquisições do CBMDF manifestou conforme os termos do Mem. 73/2015 – SECON/DICOA (juntado nos autos do Processo nº 053.002.127/2012), quanto à dificuldade sistêmica para efetivar os lançamentos. A Auditoria do CBMDF está acompanhando o cumprimento da recomendação. Dificuldade em se lançar as informações nos sistemas existentes para efetivar os lançamentos.			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO DISTRITO FEDERAL			
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
01	Nota Técnica - 1715/2015/DEFAZ/II/DE/SFC/CGU-PR Relatório nº Relatório 246556.	Constatação 1.1.8.6	Ofício nº 24.450/DEFAZII/DE/SFC/CGU-PR.
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Controladoria/Auditoria/Corregedoria do CBMDF (controle e acompanhamento do cumprimento, conforme estabelece o inciso III, do art. 14 e 15, do Decreto Federal nº 7.163/2010).			
Descrição da Recomendação			
<b>RECOMENDAÇÃO 001:</b> Efetuar o levantamento dos valores recebidos indevidamente, a título de Ajuda de Custo para os militares SIAPE nº 11400126 e 1400216, referentes ao processo 0053.001622/2009, SIAPE nºs 1399794, 1399854, processo 0053.001341/2009 e 1399810, processo nº 0053.001805/2009, e proceder à devolução dos recursos pagos a maior.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Controladoria/Auditoria/Corregedoria do CBMDF (controle e acompanhamento do cumprimento, conforme estabelece o Decreto Federal nº 7.163/2010)			
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas			
Os processos ainda se encontram na Subsecretaria de Tomadas de Contas Especial da Secretaria de Transparência e Controle do Distrito Federal, sendo instruídos na modalidade de Tomada de Contas Especial, conforme os termos antes expostos no Ofício nº 041/2014 – SACOF/AUDIT. A Auditoria do CBMDF está acompanhando o cumprimento da recomendação.			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO DISTRITO FEDERAL			
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
01	Nota Técnica - 1715/2015/DEFAZ/II/DE/SFC/CGU-PR Relatório nº Relatório 246556.	Constatação 1.1.8.6	Ofício nº 24.450/DEFAZII/DE/SFC/CGU-PR.
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Controladoria/Auditoria do CBMDF (art. 14, do Decreto 7.163/2010), Departamento de Ensino, Pesquisa, Ciência e Tecnologia (inciso I, do art. 35, do Decreto Federal nº 7.163/2010).			

<b>Descrição da Recomendação</b>	
<p><b>RECOMENDAÇÃO 002:</b> Nos casos de afastamento para participação em cursos ou eventos, abster-se de efetuar prorrogações do período oficial, que não se enquadrem aos interesses da administração, atentando-se quanto ao efetivo período de realização do curso ou evento e à programação estabelecida.</p>	
<b>Providências Adotadas</b>	
<b>Setor Responsável pela Implementação</b>	<b>Código SIORG</b>
Controladoria/Auditoria do CBMDF (controle e acompanhamento do cumprimento, conforme estabelece o Decreto Federal nº 7.163/2010) e Diretoria de Ensino.	
<b>Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas</b>	
<p>A Diretoria de Ensino do CBMDF manifestou conforme os termos do Mem. 256/2015 – SESUP/DIREN (juntado nos autos do Processo nº 053.002.127/2012), que no ano de 2013, fora publicada nova norma sobre afastamento de bombeiros militares da sede, conforme publicado no Boletim Geral – CBMDF de nº 239, de 16 de dezembro de 2013. No ano de 2014, aprovou-se também a norma para a indicação de bombeiros para cursos ou estágios externos ao CBMDF, conforme consta do Boletim Geral – CBMDF de nº 21, de 30 de janeiro de 2014. Informou também que utiliza a Instrução Normativa de nº 1/2006, que estabelece procedimentos para melhorar o controle de atividades escolares dos militares designados para frequentarem cursos e estágios realizados fora do Distrito Federal. Tal instrução normativa encontra-se publicada no Boletim Geral – CBMDF de nº 11, de 16 de janeiro de 2013. A Auditoria do CBMDF está acompanhando o cumprimento da recomendação.</p>	

### 7.3) Medidas administrativas para apuração de responsabilidade por dano ao Erário

Medidas adotadas para apuração e ressarcimento de danos ao Erário:

#### Quadro de Tomada de Contas Especiais

Casos de dano objeto de medidas administrativas internas	Tomadas de Contas Especiais							
	Não instauradas			Instauradas				
	Dispensadas			Não remetidas ao TCU				
	Débito <R\$ 75.000	Prazo > 10 anos	Outros casos*	Arquivamento			Não enviadas > 180 dias do exercício instauração*	Remetidas ao TCU
Recebimento Débito				Não comprovação	Débito <75.000			
<b>70</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>16</b>	<b>0</b>	<b>0</b>		<b>5</b>	<b>0</b>

Obs:

1) Os 16 (dezesseis) processos, que não tiveram a instauração de tomada de contas especial, referem-se aos casos em que houve a composição administrativa, na forma a seguir especificada:

- a) Ressarcimento do débito 04 (quatro) processos;
- b) Recuperação do bem patrimonial 05 (cinco) processos;
- c) Absorção do prejuízo pelo erário devido a impossibilidade de identificação da autoria 05 (cinco) processo;
- d) Responsabilização de terceiro alheio à Administração Pública 01 (um) processo; e
- e) Comprovada inexistência de dano 01 (um) processo.

2) Os 54 (cinquenta e quatro) demais casos de dano objeto de medidas administrativas internas estão em fase de instrução, sob a orientação e supervisão da Seção de Gerenciamento de Tomada de Contas Especial da Corregedoria do CBMDF.

3) Os 5 (cinco) processos de TCE, que foram instaurados no exercício de 2015, não foram remetidos ao TCU por estarem em diligências na Coordenação de Tomada de Contas Especial da Subcontroladoria de Correição Administrativa da Controladoria-Geral do Distrito Federal, que é o órgão responsável pela condução do trabalho tomador de contas, bem como pelo fato da peculiaridade do CBMDF ter suas contas analisadas pelo TCDF.

### **Estrutura e controle para apuração e minimização de ocorrência de ilícitos administrativos.**

De maneira geral, esta Corporação possui a Corregedoria para realizar as apurações de ocorrência de ilícitos administrativos, conforme estabelecido no art. 15 do Decreto Federal nº 7.163, de 29 de abril de 2010, in verbis:

“Art. 15. À Corregedoria, órgão de correição da Corporação, responsável pelo planejamento, organização, direção, coordenação e controle das atividades de instauração, confecção, instrução e homologação dos processos administrativos e judiciais, sob as esferas de responsabilidade penal, cível e administrativa, compete:

I - promover investigações, visando a instruir procedimentos em curso no âmbito de sua competência;

II - avocar os atos, procedimentos e processos disciplinares instaurados no âmbito da Corporação ou declarar a sua nulidade;

III - promover o acompanhamento de demandas administrativas e judiciais envolvendo bombeiros militares; e

IV - cumprir ou determinar o cumprimento de diligências requisitadas pelos órgãos dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, e do Ministério Público.”

Em consequência a esta previsão legal, a Corregedoria recebeu a seguinte estrutura, estabelecida no inciso III do art. 2º Portaria nº 27, de 29 de abril de 2011, que aprova o Regimento Interno da Controladoria/CBMDF.

“Art. 2º...

[...]

III - Corregedoria (COGED):

a) Secretaria da Corregedoria (SECOR);

- b) Seção de Análise de Processos Administrativos e Judiciais (SAPAJ);
  - c) Seção de Gerenciamento de Tomada de Contas Especiais (SGTCE);
  - d) Seção de Investigação Correicional (SINCO);
  - e) Seção de Acompanhamento Judicial e Extrajudicial de Pessoal (SAJEP)
- [...]

## **8. OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES**

### **8.1) Cumprimento à determinação do Acórdão nº. 1047/2014-TCU-Primeira Câmara**

Em cumprimento a determinação do Acórdão nº. 1047/2014-TCU-Primeira Câmara, Seção de 27 de março de 2014, o CBMDF adotou entendimento de que os órgãos da União, bem como alguns órgãos do Governo de Distrito Federal - GDF, cito, Secretaria de Segurança Pública, Casa Militar, Vice Governadoria e Defesa Civil, não fariam parte dos órgãos cessionários a serem cobrados e ato contínuo, se viu instado a adotar medidas para a correta compensação aos cofres do fundo constitucional da remuneração dos servidores cedidos aos demais órgãos do GDF.

Os órgãos cessionários foram notificados a ressarcir os valores referentes ao período compreendido entre janeiro e dezembro de 2014 e de janeiro a março de 2015.

Após as primeiras notificações ocorridas em ABRIL de 2015, referentes ao ano de 2014 e ao período de JANEIRO a MARÇO de 2015, esta Corporação tomou conhecimento do Parecer nº 150/2015 – PRCON/PGDF com entendimento desfavorável à cobrança, constante nos autos do Processo Administrativo nº 054.001.732/2014, referente ao ressarcimento de despesa, cuja instigadora foi a Polícia Militar do Distrito Federal.

Isto posto, em face da divergência que se instalou, os atos de solicitação de ressarcimento foram sobrestados até NOVEMBRO de 2015, quando foram retomados, sendo expedidos ofícios aos órgãos cessionários cobrando os valores referentes ao ressarcimento de salários dos militares cedidos, compreendendo o período de ABRIL a OUTUBRO de 2015, nos mesmos moldes adotados nas primeiras notificações.

As informações sobre os órgãos notificados, quantidade de militares cedidos e valores de ressarcimento estão contidos no ANEXO I, Tabela I - MEMÓRIA REF. A RESSARCIMENTO AO FUNDO CONSTITUCIONAL - JANEIRO A MARÇO DE 2015, Tabela II - MEMÓRIA REF. A RESSARCIMENTO AO FUNDO CONSTITUCIONAL – ABRIL a SETEMBRO de 2015 e Tabela III - MEMÓRIA REF. A RESSARCIMENTO AO FUNDO CONSTITUCIONAL - OUTUBRO DE 2015. Na Tabela IV - MEMÓRIA REF. A RESSARCIMENTO AO FUNDO CONSTITUCIONAL - ÓRGÃOS NÃO NOTIFICADOS, estão contidos os órgãos que não foram notificados, conforme entendimento da Corporação. Cabe salientar que os dados demonstrados nas tabelas de I a IV, foram apurados até o dia 3 de dezembro de 2015.

Para o ano de 2016, o Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal adotará as orientações estabelecidas na Portaria Normativa nº 1, de 11 de janeiro de 2016, da Secretaria de Gestão de Pessoas e Relações do Trabalho no Serviço Público, publicada no Diário Oficial da União – DOU nº 8, de 13 de janeiro de 2016, na qual ficam estabelecidas orientações quanto ao reembolso nos casos de cessão e de requisição de policiais, civis e militares, e bombeiros militares vinculados às Instituições de que trata o art. 1º da Lei nº 10.633, de 27 de dezembro de 2002, mantidas com recursos do Fundo Constitucional do Distrito Federal.

No relatório não estão contidas as informações de pagamento ou resposta dos órgãos referentes aos meses de novembro e dezembro de 2015, isto porque tais informações não estavam disponíveis até a finalização deste documento.

Cabe ressaltar que os dados referentes aos ressarcimentos constantes das planilhas do Anexo I, referem-se ao exercício de 2015, não constando ali os valores cobrados dos Órgãos no ano de 2014, por ser de exercício anterior.

**Tabela de Memória ref. A ressarcimento ao fundo constitucional – janeiro a março de 2015**

ÓRGÃOS NOTIFICADOS	NÚMERO DE MILITARES	VALOR COBRADO	RESSARCIDO (SIM/NÃO)
Administração Regional do Plano Piloto	1	R\$ 534,46	NÃO
Administração Regional de Sobradinho II	1	R\$ 20.102,52	NÃO
Administração Regional do Núcleo Bandeirante	5	R\$ 135.825,26	NÃO
Administração Regional da Candangolândia	4	R\$ 106.273,84	NÃO
Administração Regional do Park Way	4	R\$ 79.781,03	NÃO
Câmara Legislativa do Distrito Federal	3	R\$ 111.475,95	NÃO
Secretaria de Estado de Turismo do Distrito Federal	1	R\$ 25.740,90	NÃO
Secretaria de Estado de Políticas para Crianças, Adolescentes e Juventude do Distrito Federal	3	R\$ 54.757,13	NÃO
Secretaria de Estado de Mobilidade do Distrito Federal	1	R\$ 12.585,70	SIM
Administração Regional de Santa Maria	1	R\$ 13.665,28	NÃO
Secretaria de Estado de Cultura do Distrito Federal	1	R\$ 43.603,20	NÃO
Secretaria de Estado de Economia e Desenvolvimento Sustentável do Distrito Federal	1	R\$ 38.204,48	SIM
Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão do Distrito Federal	1	R\$ 54.954,60	SIM
Secretaria de Estado de Infraestrutura e Serviços Públicos do Distrito Federal	1	R\$ 54.857,95	SIM
Secretaria de Estado do Trabalho e do Empreendedorismo do Distrito Federal	3	R\$ 108.156,12	SIM
Administração Regional da Fercal	1	R\$ 27.806,16	NÃO
Secretaria de Estado da Gestão do Território e Habitação do Distrito Federal	2	R\$ 9.577,23	SIM
Administração Regional do Itapoã	4	R\$ 100.034,54	NÃO
Companhia de Desenvolvimento Habitacional do Distrito Federal	1	R\$ 42.916,46	SIM
Secretaria de Estado de Relações Institucionais e Sociais do Distrito Federal	1	R\$ 8.233,15	NÃO
Casa Civil do Governo do Distrito Federal	2	R\$ 31.182,43	NÃO
Administração Regional de Águas Claras	1	R\$ 171.170,31	SIM
Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania do Distrito Federal	1	R\$ 6.539,94	SIM
Administração Regional de Samambaia	1	R\$ 23.640,65	SIM
Administração Regional do Setor Complementar de Indústria e Abastecimento – SCIA	1	R\$ 22.740,00	NÃO
<b>TOTAL DE MILITARES</b>	<b>46</b>		

**Tabela - Memória ref. a ressarcimento ao fundo constitucional – abril a setembro de 2015**

ÓRGÃOS NOTIFICADOS	NÚMERO DE MILITARES	VALOR COBRADO	RESSARCIDO (SIM/NÃO)
Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania do Distrito Federal	1	R\$ 54.221,46	NÃO
Administração Regional de Samambaia	1	R\$ 128.432,64	SIM
Administração Regional do Núcleo Bandeirante	4	R\$ 348.949,62	NÃO
Administração Regional da Candangolândia	4	R\$ 299.717,43	NÃO
Administração Regional do Park Way	3	R\$ 181.094,65	NÃO
Câmara Legislativa do Distrito Federal	3	R\$ 168.338,48	NÃO
Secretaria de Estado de Políticas para Crianças, Adolescentes e Juventude do Distrito Federal	2	R\$ 130.096,02	NÃO
Companhia de Desenvolvimento Habitacional do Distrito Federal	1	R\$ 17.738,78	SIM
Administração Regional de Santa Maria	1	R\$ 74.176,37	NÃO
Secretaria de Estado de Cultura do Distrito Federal	1	R\$ 14.692,89	NÃO
Secretaria de Estado de Economia, Desenvolvimento Sustentável e Turismo do Distrito Federal	1	R\$ 156.129,57	NÃO
Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão do Distrito Federal	1	R\$ 113.800,94	NÃO
Secretaria de Estado de Infraestrutura e Serviços Públicos do Distrito Federal	1	R\$ 113.523,62	NÃO
Secretaria de Estado do Trabalho, Desenvolvimento Social, Mulher, Igualdade Racial e Direitos Humanos do Distrito Federal	3	R\$ 223.559,68	NÃO
Administração Regional do Itapoã	4	R\$ 289.619,62	NÃO
Secretaria de Estado da Gestão do Território e Habitação do Distrito Federal	3	R\$ 292.090,20	NÃO
Transporte Urbano do Distrito Federal – DFTrans	1	R\$ 75.178,42	NÃO
Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios	1	R\$ 162.473,58	NÃO
Controladoria-Geral do Distrito Federal	1	R\$ 20.148,51	NÃO
<b>TOTAL DE MILITARES</b>	<b>37</b>		

**Tabela - Memória ref. A ressarcimento ao fundo constitucional – outubro de 2015**

ÓRGÃOS NOTIFICADOS	NÚMERO DE MILITARES	VALOR COBRADO	RESSARCIDO (SIM/NÃO)	OBSERVAÇÕES
Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania do Distrito Federal	1	R\$ 9.425,39	NÃO	
Administração Regional de Samambaia	1	R\$ 22.370,32	SIM	PAGO EM 26 NOV. 2015 O VALOR DE R\$ 22.370,34
Administração Regional do Núcleo Bandeirante	4	R\$ 60.740,32	NÃO	
Administração Regional da	2	R\$ 32.016,96	NÃO	

Candangolândia				
Administração Regional do Park Way	2	R\$ 23.711,70	NÃO	
Câmara Legislativa do Distrito Federal	2	R\$ 28.792,42	NÃO	
Secretaria de Estado de Políticas para Crianças, Adolescentes e Juventude do Distrito Federal	2	R\$ 21.100,67	NÃO	
Administração Regional de Santa Maria	1	R\$ 12.902,32	NÃO	
Secretaria de Estado de Economia, Desenvolvimento Sustentável e Turismo do Distrito Federal	1	R\$ 20.013,48	NÃO	
Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão do Distrito Federal	1	R\$ 19.871,44	NÃO	
Secretaria de Estado de Infraestrutura e Serviços Públicos do Distrito Federal	1	R\$ 19.825,22	NÃO	
Secretaria de Estado do Trabalho, Desenvolvimento Social, Mulher, Igualdade Racial e Direitos Humanos do Distrito Federal	3	R\$ 38.878,71	NÃO	
Administração Regional do Itapoã	4	R\$ 50.359,11	NÃO	
Secretaria de Estado da Gestão do Território e Habitação do Distrito Federal	3	R\$ 51.020,83	NÃO	
Transporte Urbano do Distrito Federal	1	R\$ 12.617,56	NÃO	
Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios	1	R\$ 18.411,58	NÃO	
Controladoria-Geral do Distrito Federal	1	R\$ 20.148,51	NÃO	
Secretária da Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão do Distrito Federal	1	R\$ 8.953,56	NÃO	
Secretaria de Estado da Gestão do Território e Habitação do Distrito Federal	1	R\$ 21.897,45	NÃO	
Secretaria de Políticas para Crianças, Adolescentes e Juventude do Distrito Federal	1	R\$ 69.073,70	NÃO	
<b>TOTAL DE MILITARES</b>	<b>34</b>			

**Tabela - Memória ref. A ressarcimento ao fundo constitucional – órgãos não notificados**

ÓRGÃOS	NÚMERO DE MILITARES
Tribunal Superior do Trabalho	1
Superior Tribunal de Justiça	1
Superior Tribunal Militar	2
Ministério Público do DF e Territórios	1

Ministério da Justiça – Secretaria Nacional de Segurança Pública	1
Ministério de Integração Nacional – Secretaria Nacional de Defesa Civil	8
ABIN/PR	2
GSI/PR	29
GSI/V. Presidência	1
Secretaria de Comunicação Social/PR	1
Casa Civil da PR	1
Auditoria Militar	8
Casa Militar do GDF	50
Vice-Governadoria do DF	3
Secretaria de segurança Pública do DF	103
Subsecretaria de Estado de Defesa Civil do DF	8
<b>TOTAL DE MILITARES</b>	<b>220</b>

<b>TOTAL DE MILITARES REQUISITADOS:</b>	<b>251</b>
<b>TOTAL DE MILITARES QUE TIVERAM SUA REMUNERAÇÃO COBRADA DO ÓRGÃO CESSIONÁRIO:</b>	<b>31</b>
<b>MILITARES QUE NÃO TIVERAM SUA REMUNERAÇÃO COBRADA DO ÓRGÃO CESSIONÁRIO:</b>	<b>220</b>

**OBSERVAÇÃO:** Os valores apresentados acima, foram apurados sobre o mês de novembro de 2015, de forma que pode ocorrer variação com referência aos períodos de cobrança do ressarcimento da remuneração de militares do CBMDF nos períodos anteriores.

# **ANEXO I**

## **ITEM 6.5.2 DO RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2015 - FCDF/CBMDF**

---

### **Informações sobre o Fundo de Saúde do CBMDF**

---



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**FUNDO CONSTITUCIONAL DO DISTRITO FEDERAL - FCDF**  
**CBMDF – ASSISTÊNCIA MÉDICA E FUNDO DE SAÚDE DO CBMDF**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL**  
**RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2015**



**MAIO/2016**  
**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**FUNDO CONSTITUCIONAL DO DISTRITO FEDERAL - FCDF**  
**CBMDF – ASSISTÊNCIA MÉDICA E FUNDO DE SAÚDE DO CBMDF**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL**  
**RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2015**

Relatório de gestão do exercício de 2015 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas ordinária anual a que esta Unidade está obrigada, nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 63/2010, da Decisão Normativa TCU nº 146/2015 e da Portaria-TCU nº 321/2015 e das orientações do órgão de controle interno Portaria CGU nº 522/2015.

Unidades Agregadas: Fundo de Saúde do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal.

**Brasília, 05/2016**

## LISTA DE SIGLAS E ABREVIACÕES

CBMDF – Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal  
CECAF – Centro de Capacitação Física  
CEABM – Centro de Assistência Bombeiro Militar  
CGU – Controladoria-Geral da União  
CPMED – Centro de Perícias Médicas  
DISAU – Diretoria de Saúde  
DN – Decisão Normativa  
FCDF – Fundo Constitucional do Distrito Federal  
FS-CBMDF – Fundo de Saúde do CBMDF  
IN – Instrução Normativa  
OBM – Organização Bombeiro Militar  
OPME – Órteses, Próteses e Materiais Especiais  
PARF – Plano de Aplicação de Recursos Financeiros  
PARO – Plano de Aplicação de Recursos Orçamentários  
PODON – Policlínica Odontológica  
POMED – Policlínica Médica  
QOBM/Compl. – Quadro de Oficiais Bombeiros Militares Complementares  
QOBM/S – Quadro de Oficiais Bombeiros Militares Saúde  
RG – Relatório de Gestão  
RI – Regimento Interno  
SECOB – Seção de Controle e Planejamento Orçamentário da Diretoria de Saúde  
SEXEC – Seção de Execução de Contratos da Diretoria de Saúde  
SEAUD – Seção de Auditoria da Diretoria de Saúde  
SIAFI – Sistema Integrado de Administração Federal  
SIGGO – Sistema de Gestão Governamental do GDF  
SUTES – Subsecretaria do Tesouro do Distrito Federal  
TAF – Teste de Aptidão Física  
TCDF – Tribunal de Contas do Distrito Federal  
TCU – Tribunal de Contas da União  
UG – Unidade Gestora  
UJ – Unidade Jurisdicionada  
UO – Unidade Orçamentária

## LISTA DE TABELAS E QUADROS

QUADRO 1 – (Portaria TCU 90/2014) – Identificação – Relatório de Gestão Agregado.....	5
TABELA 1 – Mapa da Força: Quadro de profissionais de saúde (POMED/PODON/CEABM).....	10
TABELA 2 – Quantidade de atendimentos em rede própria .....	10
TABELA 3 – Demanda institucional .....	11
TABELA 4 – Empresas credenciadas .....	12
QUADRO 02 – (Portaria TCU 90/2014) – Indicadores de Desempenho .....	15
TABELA 5 – Aumento do Público Alvo .....	16
TABELA 6 – Comportamento da demanda em rede própria.....	16
TABELA 7 – Procedimentos realizados nas unidades da DISAU em 2015 .....	16
TABELA 8 – Relatório de gastos mensais com credenciamento.....	18
QUADRO 03 – Indicadores de Desempenho.....	18
TABELA 9 – Tabela de Glosas .....	19
TABELA 10 – Economia com OPMES no exercício de 2014.....	20
QUADRO 04 – (Portaria TCU 90/2014) – Variações de Custos .....	21
TABELA 11 – Resultados da Pesquisa de Satisfação.....	22
QUADRO 5 – Ações Relacionadas a Programa Temático do PPA de Responsabilidade da Unidade – OFSS.....	25
QUADRO 6 – Ações não Previstas LOA 2015 – Restos a Pagar - OFSS .....	26
QUADRO 7 – (Portaria TCU 90/2014) – Programação de Despesas .....	27
QUADRO 8 – (Portaria TCU 90/2014) – Movimentação Orçamentária Interna por Grupo de Despesa .....	29
QUADRO 9 – Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação.....	30
QUADRO 10 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação .....	31
QUADRO 11 – Concessão de suprimento de fundos .....	32
QUADRO 12 – Utilização de suprimento de fundos .....	32
QUADRO 13 – Classificação dos gastos com suprimento de fundos no exercício de referência.....	33
QUADRO 14 – (Portaria TCU 90/2014) – Restos a Pagar inscritos em Exercícios Anteriores .....	33
TABELA 12 – PARF 2015 – Custeio.....	35
TABELA 13 – PARF 2015 – Investimento .....	35
TABELA 14 – Análise da realização do PARF 2014 .....	36

## SUMÁRIO

<b>APRESENTAÇÃO</b> .....	<b>3</b>
<b>1 - VISÃO GERAL DA UNIDADE</b> .....	<b>5</b>
1.1 – Finalidade e Competências .....	6
1.2 - Normas e regulamento de criação, alteração e funcionamento da unidade .....	7
1.3 - Ambiente de atuação .....	7
1.4 - Macroprocessos finalísticos .....	7
<b>2. PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO E OPERACIONAL</b> .....	<b>8</b>
2.1 Planejamento Organizacional .....	8
2.1.1 A Assistência Médica e o Plano Estratégico do CBMDF .....	8
2.2 – Descrição Sintética dos Objetivos do Exercício .....	9
2.2.1 – Atendimento em Rede Própria .....	9
2.2.2 Demanda Institucional .....	10
2.3 – Desempenho Operacional .....	11
2.3.1 - Atendimento na rede credenciada .....	11
2.3.1.1 Edital de credenciamento nº 01/2011 .....	12
2.3.2 – Indicador Institucional .....	15
2.3.2.1 Indicadores de Apoio à Gestão .....	15
2.3.2.2 Análise dos indicadores institucionais .....	16
2.3.3 Atividades de apoio à execução dos termos de credenciamento .....	18
2.3.3.1 Serviço de Auditoria Médica/Hospitalar .....	18
2.3.3.2 Serviço de Análise e Controle de OPMES .....	19
2.3.4 Informações sobre custos de produtos e serviços .....	20
<b>3. RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE</b> .....	<b>22</b>
3.1 Mecanismos de transparência das informações relevantes sobre a atuação da unidade .....	22
3.1.1 Medidas relativas à acessibilidade .....	23
<b>4. DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS</b> .....	<b>25</b>
4.1 – Desempenho financeiro no exercício .....	25
4.1.1 Ações - OFSS .....	25
4.1.2 Ações/Subtítulos - OFSS .....	25
4.1.3 Ações não Previstas na LOA 2015 – Restos a Pagar não Processados - OFSS .....	26
4.1.4 Análise Situacional .....	26
4.1.5 Tópicos Especiais da Execução Orçamentária e Financeira .....	27
4.1.5.1 Programação e Execução das despesas .....	27
4.1.5.1.1 Programação das despesas .....	27
4.1.5.1.2 Análise Crítica .....	28
4.1.5.1.3 Movimentação de Créditos Interna e Externa .....	29
4.1.5.1.4 Informações sobre a Execução das Despesas .....	29
4.1.5.1.4.1 Despesas Totais por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação .....	30
4.1.5.1.5 Despesas Totais por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação .....	31
4.1.5.1.6 Análise crítica da realização da despesa .....	31
4.1.5.1.7 Despesas Totais por Grupo e Elemento de Despesa – Suprimento de Fundos .....	32
4.1.6 Movimentação e os saldos de restos a pagar de exercícios anteriores .....	33
4.1.6.1 Análise Crítica .....	33
4.1.7 Execução do Plano de Aplicação de Recursos Financeiros .....	34

4.2 Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas previstas na Lei nº 4.320/1964 e pela NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC nº 1.133/2008.....	38
4.2.1 Balanço Financeiro .....	38
4.2.2 Balanço Patrimonial .....	39
4.2.3 Demonstração das Variações Patrimoniais.....	40
4.2.4 Balanço Orçamentário .....	41
4.2.5 Demonstração das Disponibilidades.....	42
4.2.6 Disponibilidade da Fonte de Recursos .....	43
4.2.7 Demonstração das Variações Patrimoniais por Natureza .....	44
4.2.8 Demonstração das Variações Patrimoniais por Natureza e Função.....	45
<b>5. OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES.....</b>	<b>46</b>

---

## APRESENTAÇÃO

---

O Relatório de Gestão da Assistência Médica e do Fundo de Saúde do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal tem como objetivo apresentar as realizações desta Unidade Jurisdicionada no exercício de 2015, cumprindo o disposto na Instrução Normativa - TCU ° 63/2010, Decisão Normativa - TCU n° 146/2015 e Portaria - TCU n° 321/2015.

A partir da publicação do acórdão TCU 2.631/2010 - Plenário, que decidiu pela natureza tributária dos recursos arrecadados diretamente pelo Fundo de Saúde do CBMDF, estes passaram a ser executados junto com os recursos oriundos do Fundo Constitucional do Distrito Federal. Ambos os créditos orçamentários são destinados ao mesmo fim: assistência à saúde dos bombeiros militares do DF e seus dependentes.

Com a publicação do Decreto n° 7.163/2010, que reorganizou a estrutura do CBMDF, em seu artigo 30, foi delegada a função de ordenar despesas à Diretoria de Saúde da corporação, conforme abaixo, sendo criada no mesmo exercício a Unidade Gestora SIAFI 170495 para a gestão do seu orçamento:

Art. 30. Compete à Diretoria de Saúde, órgão incumbido das atividades relacionadas com a atenção à saúde do bombeiro militar, seus dependentes legais e pensionistas, além do previsto no art. 26:

I - praticar os atos necessários ao recolhimento das indenizações ao Fundo de Saúde, observada a legislação específica;

II - zelar pelo cumprimento do Regulamento Geral da Assistência Médica e Odontológica da Corporação; e

**III - exercer a função de ordenador de despesas, especificamente, quanto aos créditos e recursos relacionados com a sua área de competência, observada a legislação específica.**

O Ofício n° 0272/2013 - TCU/Secex/Fazenda, de 20/11/2013, enquadrou o FCDF, em relação ao quadro “*QUADRO A1 – RELACIONAMENTO ENTRE AS UNIDADES JURISDICIONADAS E OS CONTEÚDOS GERAIS DO RELATÓRIO DE GESTÃO*” da Decisão Normativa n° 134/2013, como outros fundos alínea “f”, dessa forma, faremos algumas considerações quanto à apresentação dos conteúdos obrigatórios desta UNIDADE.

O Decreto n° 7.163/10 inovou apenas na gestão dos créditos orçamentários. Assim, a gestão e políticas de recursos humanos, patrimônio e controle interno continuam sob a estrutura do Comando-Geral.

Por isso, os itens obrigatórios da Portaria 321/2015 TCU que tratam especificamente das estruturas de GOVERNANÇA (item 5); ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO (item 8); CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DE ÓRGÃOS DE CONTROLE (item 9); OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES (item 10), que são de responsabilidade da Controladoria do CBMDF, serão apresentados no relatório da Unidade Jurisdicionada Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal, UG 170394, para não gerar duplicidade de informação.

Em relação ao item Programação orçamentária e financeira e resultados alcançados, em decorrência dos recursos do Fundo Constitucional do DF serem operação especial e não constarem no PPA, serão apresentadas as informações apenas do subitem 4.3.2 – Execução física e financeira

das ações da Lei Orçamentária Anual de responsabilidade da unidade, que determinou a apresentação das informações que constem na lei orçamentária anual de 2015.

Desde outubro de 2013, mediante o crescente gasto na rede credenciada e a necessidade de utilização de orçamento do GDF para cobrir as despesas com a assistência médico-hospitalar, houve um maior controle dos gastos gerados na rede credenciada, pelo acompanhamento mensal em memorial de cálculo.

A aquisição de equipamentos e materiais para as Policlínicas Médica e Odontológica ocorreu de forma estratégica para diminuir, tanto quanto possível, o encaminhamento de procedimentos para a rede credenciada e, por consequência, dos gastos, aproveitando a capacidade instalada da rede própria do CBMDF.

Entretanto, apesar dos esforços despendidos, o baixo efetivo na Auditoria da DISAU, aliado à desorganização e incapacidade administrativa de diversas credenciadas, tem gerado, ano após ano, graves problemas na gestão dos recursos que se destinam a essa área.

Para o exercício de 2016, com uma política já implementada desde o final de 2014, esta Diretoria de Saúde pretende efetivar um controle preciso dos gastos que estão ocorrendo, de forma a se apurar mensalmente o valor dos serviços que já foram prestados pela credenciada, bem como a aproximação do planejamento orçamentário à execução financeira.

## 1 - VISÃO GERAL DA UNIDADE

### Identificação e Atributos das Unidades cujas Gestões compõem o Relatório

#### Identificação da unidade

**QUADRO 1 – (Portaria TCU 90/2014) – Identificação – Relatório de Gestão Agregado**

Poder e Órgão de Vinculação			
<b>Poder:</b> Executivo			
<b>Órgão de Vinculação:</b> Ministério da Fazenda			<b>Código SIORG:</b> 99999
Identificação da Unidade Jurisdicionada Agregadora			
<b>Denominação Completa:</b> Fundo Constitucional do Distrito Federal			
<b>Denominação Abreviada:</b> Fundo Constitucional do DF - FCDF			
<b>Código SIORG:</b> 001929	<b>Código na LOA:</b> 0903	<b>Código SIAFI:</b> 170392	
<b>Natureza Jurídica:</b> Fundos	<b>CNPJ:</b> 05.448.380/0001-45		
<b>Principal Atividade:</b> Vide Tabela CNAE/IBGE			<b>Código CNAE:</b> 9999-9
<b>Telefones/Fax de Contato:</b>	(061) 3312-5914	(061) 3312-5812	(061) 3312-5813
<b>Endereço Eletrônico:</b> GEAHA@FAZENDA.DF.GOV.BR			
<b>Página na Internet:</b> www.buriti.df.gov.br			
<b>Endereço Postal:</b> ANEXO DO PALACIO DO BURITI 10 ANDAR SALA 1020 CEP: 72000-000			
Identificação das Unidades Jurisdicionadas Agregadas			
<b>Número de Ordem:</b> 1			
<b>Denominação Completa:</b> Fundo Constitucional do DF – Assistência Médica do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal			
<b>Denominação Abreviada:</b> FCDF - CBMDF – ASS. MED.			
<b>Código SIORG:</b>	<b>Código na LOA:</b>	<b>Código SIAFI:</b> 170495	
<b>Natureza Jurídica:</b> Fundos	<b>CNPJ:</b>		
<b>Principal Atividade:</b> Assistência à Saúde			<b>Código CNAE:</b> 6520-1/00
<b>Telefones/Fax de Contato:</b>	(061) 3901-3625	(061) 3901-3130	(061) 3901-7929
<b>E-mail:</b> ds@cbm.df.gov.br			
<b>Página na Internet:</b> https://www.cbm.df.gov.br/site/ds/			
<b>Endereço Postal:</b> SAIS QUADRA 04 LOTE 5, CEP.: 70602600 Brasília-DF.			
Normas Relacionadas às Unidades Jurisdicionadas Agregadora e Agregadas			
Normas de criação e alteração das Unidades Jurisdicionadas			
Lei 10486/1996; Lei 12.086/2009; Decreto 7163/2010; Lei nº 7.479/86.			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura das Unidades Jurisdicionadas			
Portaria CBMDF nº25 de 05/10/2006 – Regulamentação do Fundo de Saúde; Portaria CBMDF nº 18 de 11/03/2011 – Aprovação do Plano de Aplicação de Recursos Financeiros de 2011; Portaria CBMDF nº 93 de 21/12/2011 – Regimento Interno do Departamento de Recursos Humanos.			
Manuais e publicações relacionadas às atividades das Unidades Jurisdicionadas			
Unidades Gestoras e Gestões Relacionadas às Unidades Jurisdicionadas Agregadora e Agregadas			
Unidades Gestões relacionadas às Unidades Jurisdicionadas			
Código SIAFI	Nome		
170392	FCDF		
170394	FCDF - SSP - CBMDF		
170960	DE/SFC/CG		
170961	DEFAZ/DE/SFC/CGU		
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões			
Código SIAFI da Unidade Gestora		Código SIAFI da Gestão	
170392		00001	
170394		00001	
Unidades Orçamentárias Relacionadas às Unidades Jurisdicionadas Agregadora e Agregadas			
Código SIAFI	Nome		
170392	FCDF		

---

## 1.1 – Finalidade e Competências

---

A assistência médica e odontológica aos bombeiros militares, seus dependentes e pensionistas, conforme preceitua o artigo 51, inciso IV, alínea e, da Lei nº 7.479/86 (Estatuto do CBMDF), o *caput* do art. 32 da Lei nº 10.486/2002 e artigo 20 do Decreto nº 7.163, de 29 de abril de 2010, é direito garantido e competência da Diretoria de Saúde do CBMDF, conforme previsto em regimento interno do Departamento Recursos Humanos da Corporação, art. 70 da Portaria CBMDF nº 93 de 21/12/2011, a saber:

Art. 70 A Diretoria de Saúde (DISAU) é o órgão de Direção Setorial, subordinado ao Departamento de Recursos Humanos, que tem por finalidade a coordenação, planejamento, controle, fiscalização e execução das atividades relacionadas com a atenção à saúde do bombeiro militar, seus dependentes legais e pensionistas.

No citado art. 32 da Lei nº 10.486/2002, o legislador expôs em quais situações e para quem a assistência médica da corporação é prevista:

Art. 32. A assistência médico-hospitalar, médico-domiciliar, odontológica, psicológica e social ao militar e seus dependentes será prestada por intermédio de organizações do serviço de saúde da respectiva Corporação, com recursos consignados em seu orçamento, conforme dispuser em regulamento próprio a ser baixado pelo Governo do Distrito Federal. (Redação dada pela Lei nº 11.134, de 2005).

§ 1º O militar e seus dependentes poderão receber atendimento em outras organizações hospitalares, nacionais ou estrangeiras, nas seguintes situações especiais:

I - de urgência ou emergência, quando a organização hospitalar da Corporação não puder atender;

II - quando a organização hospitalar da respectiva Corporação, não dispuser de serviço especializado;

III - Ao inativo e pensionista, será fornecido o transporte, quando houver necessidade de internação hospitalar decorrente de prescrição médica utilizando os parâmetros estabelecidos na legislação federal e conforme regulamentação do Governo do Distrito Federal.

§ 2º A organização de saúde da Corporação destina-se a atender ao militar, seus dependentes e pensionistas.

A manutenção dos serviços de saúde do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal é feita de duas formas, primeiro, por meio de organizações de saúde da própria corporação e, segundo, através da contratação de outras organizações externas de saúde visando abranger um maior número de serviços a serem prestados.

Para essa contratação, o CBMDF conta com duas fontes de recursos: a principal, que são os recursos oriundos do Fundo Constitucional do DF (FCDF), e a outra são os recursos arrecadados diretamente dos seus militares constituindo o Fundo de Saúde do CBMDF (FS-CBMDF), conforme *caput* do art. 33 e seu parágrafo 3º da Lei 10.486/2002:

Art. 33. Os recursos para assistência médico-hospitalar, médico-domiciliar, odontológica, psicológica e social ao militar e seus dependentes também poderão provir de outras contribuições e indenizações, nos termos dos incisos II e III do *caput* do art. 28 desta Lei. (Redação dada pela Lei nº 11.134, de 2005)

[...] § 3º As contribuições e indenizações previstas no **caput** deste artigo serão destinadas à constituição de um Fundo de Saúde, que será regulamentado pelo Comandante-Geral de cada Corporação [...]

O FS-CBMDF foi regulamentado conforme disposto no parágrafo acima pelo Comandante-Geral da Corporação através da Portaria CBMDF nº 25 de 05/10/2006, definindo no artigo 1º, seu caráter complementar e de maneira geral, para quais situações ele deve ser destinado:

Art. 1º O Fundo de Saúde do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal destina-se a complementar os recursos necessários à assistência médico-hospitalar, médico-domiciliar, odontológica, psicológica e social aos militares, seus respectivos dependentes e aos pensionistas da Corporação.

§ 1º Os recursos do Fundo de Saúde serão empregados para o custeio e o investimento das atividades relacionadas com a prevenção, conservação ou recuperação da saúde, como a aquisição de medicamentos, materiais, equipamentos, manutenção, obras em geral, otimização técnica e operacional, relacionados com o serviço de saúde da Corporação [...]

Até o fim do exercício de 2010, o Fundo de Saúde foi executado por regras distritais e em sistema próprio: Sistema de Gestão Governamental do GDF (SIGGO). Contudo, após a publicação do ACÓRDÃO Nº 168/2007 – TCU – Plenário, aquela corte entendeu que esses recursos têm caráter tributário oriundos do orçamento da União e deveriam ser executado pelo Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI). Assim, determinou através do Item 1.5.1 do ACÓRDÃO Nº 2631/2010 – TCU – Plenário, sua execução por este sistema:

1.5.1. O registro da execução orçamentária e financeira dos Fundos de Saúde do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal e da Polícia Militar do Distrito Federal no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (Siafi) inicie-se a partir de 1º de janeiro de 2011.

---

## **1.2 - Normas e regulamento de criação, alteração e funcionamento da unidade**

---

Já tratado no subitem 1.2.

---

## **1.3 - Ambiente de atuação**

---

Já tratado no subitem 1.2.

---

## **1.4 - Macroprocessos finalísticos**

---

Já tratado no subitem 1.2.

## 2. PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO E OPERACIONAL

---

### 2.1 Planejamento Organizacional

---

#### 2.1.1 A Assistência Médica e o Plano Estratégico do CBMDF

O plano estratégico da Corporação para o período de 2011-2016, publicado através da portaria CBMDF nº 30, de 03/11/2010, estabeleceu como missão para o CBMDF, em seu item 2: “Proteção de vidas, patrimônio e meio ambiente”. Em seu item 3, foi estabelecida a visão institucional: “Ser referência para a sociedade pela excelência dos serviços prestados, por meio da qualificação dos seus integrantes, da gestão estratégica da Instituição, do constante reequipamento e da inovação tecnológica.”

No item 8.4 do Plano Estratégico, o CBMDF estabeleceu como Objetivo Estratégico para a Assistência Médica e Fundo de Saúde a **otimização do atendimento assistencial e social prestado pela Instituição**.

Descrição: Otimização do atendimento assistencial e social prestado pela instituição aos seus militares da ativa, da reserva, seus dependentes e pensionistas.

A Política do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal publicada por meio da Portaria CBMDF nº 55 de 19/07/2011, cabe a Assistência Médica da Corporação, conforme item 3.1.21 “Atender às demandas de saúde e sócio-assistenciais, preventivas e promocionais do bombeiro militar, em consonância com a legislação vigente”.

Ainda de acordo com a Portaria nº 55, o CBMDF tem como missão o cumprimento dos seus deveres constitucionais e legais. Assim, a Constituição Federal, no caput e nos parágrafos 5º e 6º do artigo 144, incumbe ao CBMDF a execução de atividades de defesa civil e de força auxiliar e reserva do Exército Brasileiro, além de destacá-lo como órgão integrante do Sistema de Segurança Pública.

Já o art. 2º da Lei n. 8.255/91, Lei da Organização Básica do CBMDF, estabelece as seguintes competências ao CBMDF:

- I - realizar serviços de prevenção e extinção de incêndios;
- II - realizar serviços de busca e salvamento;
- III - realizar perícias de incêndio relacionadas com sua competência;
- IV - prestar socorros nos casos de sinistros, sempre que houver ameaça de destruição de haveres, vítimas ou pessoas em iminente perigo de vida;
- V - realizar pesquisas técnico-científicas, com vistas à obtenção de produtos e processos, que permitam o desenvolvimento de sistemas de segurança contra incêndio e pânico;
- VI - realizar atividades de segurança contra incêndio e pânico, com vistas à proteção das pessoas e dos bens públicos e privados;
- VII - executar atividades de prevenção aos incêndios florestais, com vistas à proteção ambiental;

VIII - executar as atividades de defesa civil;

IX - executar as ações de segurança pública que lhe forem cometidas por ato do Presidente da

República, em caso de grave comprometimento da ordem pública e durante a vigência do estado de

defesa, do estado de sítio e de intervenção no Distrito Federal;

X - executar serviços de atendimento pré-hospitalar. (Incluído pela Lei nº 12.086, de 2009)

Dessa forma, como é possível observar, passa a ser imprescindível a prestação de um serviço de saúde de qualidade para os militares, seus dependentes e pensionistas, auxiliando a corporação no cumprimento de sua missão, em que são desempenhadas atividades do mais alto risco e quase sempre insalubres.

## **2.2 – Descrição Sintética dos Objetivos do Exercício**

### **2.2.1 – Atendimento em Rede Própria**

O objetivo primordial é o atendimento, com qualidade, do disposto na legislação de criação do Fundo de Saúde, que é a assistência médico-hospitalar, médico-domiciliar, odontológica, psicológica e social ao militar e seus dependentes.

A Diretoria de Saúde do CBMDF, responsável pela gestão orçamentária e financeira dos recursos da Assistência Médica e do Fundo de Saúde, para cumprir com sua missão finalística, conta com, além desses recursos, 05 (cinco) órgãos subordinados e de atuação na área de saúde:

a) Policlínica Médica (POMED) - órgão de apoio subordinado à Diretoria de Saúde que tem por finalidade a assistência médico-hospitalar e em caráter excepcional, a médico-domiciliar, aos usuários do Sistema de Saúde da Corporação.

b) Policlínica Odontológica (PODON) - órgão de apoio subordinado à Diretoria de Saúde que tem por finalidade a assistência odontológica aos usuários do Sistema de Saúde da Corporação.

c) Centro de Assistência ao Bombeiro Militar (CEABM) - órgão de apoio subordinado à Diretoria de Saúde que tem por finalidade o assessoramento aos usuários do Sistema de Saúde da Corporação no atendimento às contingências sociais e às necessidades básicas, com vistas à garantia dos mínimos sociais.

d) Centro de Capacitação Física (CECAF) - órgão de apoio subordinado à Diretoria de Saúde que tem por finalidade a realização de atividades ligadas ao treinamento físico militar, avaliação física, treinamento desportivo e áreas correlatas à capacitação ao exercício da profissão bombeiro militar.

e) Centro de Perícias Médicas (CPMED) - órgão de apoio subordinado à Diretoria de Saúde que tem por finalidade a realização das inspeções e perícias médicas, sendo responsável pelo planejamento, orientação, coordenação e controle de todas as atividades médico-periciais desenvolvidas no CBMDF.

Esses órgãos são responsáveis pelos serviços de saúde ofertados pela corporação, com efetivo composto pelos seguintes profissionais:

**TABELA 1 – Mapa da Força: Quadro de profissionais de saúde (POMED/PODON/CEABM)**

<b>SERVIDORES/ESPECIALIDADE</b>	<b>QUANTIDADE</b>
Oficiais-Médicos	33
Oficiais-Enfermeiros*	2
Oficiais-Dentistas	33
Oficiais-Nutrição*	1
Oficiais-Psicologia*	1
Oficiais-Farmácia*	3
Oficiais-Fisioterapeutas*	4
Praças- área de saúde**	74
Militares capacitados em Ed. Física	11
<b>Total Geral</b>	<b>162</b>

Fonte: DISAU.

\*Quadro de Oficiais Complementares;

\*\*Militares oriundos do extinto quadro de saúde, QBMP-6, praças com formação nas áreas: Técnico em enfermagem, Técnico em radiologia, Técnico em laboratório, Técnico de gesso, Técnico em Higiene dentária e Enfermeiros com formação superior. Todos auxiliam nas execuções dos serviços diários da área de saúde;

Esses órgãos realizam atendimentos nas dependências próprias da DISAU aos usuários do sistema de saúde do CBMDF, em suas respectivas áreas de atuação. Durante o exercício de 2015, foram responsáveis pelos atendimentos descritos na Tabela 3.

**TABELA 2 – Quantidade de atendimentos em rede própria**

<b>Exercício</b>	<b>Atendimentos</b>
<b>2014</b>	<b>334.757</b>
<b>2015</b>	<b>381.223</b>

Fonte: POMED/DISAU

### **2.2.2 Demanda Institucional**

A demanda institucional, definida tanto pela alínea e, inciso IV do artigo 51 da lei 7476/1986 – Estatuto dos Bombeiros Militares do Distrito Federal, bem como pelo caput do artigo 32 da lei 10.486/2002, é composta pelos militares (ativos e inativos), dependentes e os pensionistas àqueles que a lei estende o direito. O público alvo do sistema em 2015 passou a ser o descrito na Tabela 4.

**TABELA 3 – Demanda institucional**

USUÁRIO	QUANTIDADE		DIFERENÇA
	2014	2015	
Militar	6.169	5.952	-217
Militar Inativo	2.340	2.537	197
Dependente	18.117	18.608	491
Pensionista	1.605	1.703	98
<b>TOTAL</b>	<b>28.231</b>	<b>28.800</b>	569

Fonte: DITIC/CBMDf em 10/02/2015.

Assim como em 2014, em 2015 houve um aumento da demanda, principalmente por causa do grande ingresso de dependentes. Os valores correspondentes à diminuição de militares referem-se à passagem para reserva, à perda de militares, e com o correspondente aumento do número de pensionistas e também com a exoneração de alguns que são nomeados para outros cargos. Assim, no contexto geral, houve um incremento na demanda de 2,02% em relação ao ano anterior.

A construção do novo prédio da POMED, licitada em 2011 por meio da Concorrência n° 020/2011-ASCAL/PRES, publicada no DODF n° 248 de 28/12/2011 referente ao processo 053.000.830/2010, tinha previsão de entrega até 17 de março de 2014. Devido a uma série de fatores, explicitados no processo, optou-se por celebrar termo aditivo contemplando algumas alterações necessárias.

A obra ainda não foi entregue, mas já está com mais de 90% do projeto original concluído. A previsão de entrega é no 1° semestre de 2016. Os objetivos da construção do novo prédio são: melhorar as condições de atendimento, ampliar a capacidade na prestação dos serviços e a consequente redução dos gastos com credenciamento.

## **2.3 – Desempenho Operacional**

### **2.3.1 - Atendimento na rede credenciada**

A complexidade dos serviços de saúde, a grande demanda relativa à nossa capacidade de atendimento em rede própria e a descentralização dos custos da administração dos riscos de serviços tão especializados, impõe ao CBMDf a necessidade de contratar empresas prestadoras desses serviços para atender aos usuários do sistema de saúde naquilo que não é suportado nas unidades da DISAU. A opção pela modalidade de contratação foi o credenciamento, que conforme o item 8.2 decisão n° 656/95 – TCU:

[...] os órgãos/entidades dos Poderes Executivo, Judiciário e Legislativo poderão, a seu critério, adotar sistema próprio para a prestação de serviços de assistência complementar à saúde dos servidores, inclusive o de credenciamento de profissionais e instituições médico-hospitalares, com fulcro no art. 25 da Lei n° 8.666/93, observados os princípios básicos da administração pública;

### 2.3.1.1 Edital de credenciamento nº 01/2011

Objeto do Processo nº 053.000.337/2011, o novo edital de credenciamento do CBMDF publicado no DODF nº 159 de 16 de agosto de 2011, adotou novas tabelas de valores para pagamento, a fim de manter alguns serviços que já estavam, há muito tempo, com valores defasados pela inflação e que geravam muitas reclamações pelas entidades de classe da área de saúde. São elas:

a) A tabela **Associação Médica Brasileira de 1992 (AMB/92)**, como regra; e

b) Nos casos em que o procedimento não constar na AMB/92, o serviço é pago pela tabela **Lista de Procedimentos Médicos 1999** ou pela **Classificação Brasileira Hierarquizada de Procedimentos Médicos (CBHPM) atualizada**, com deságio de 20% (vinte por cento).

As empresas credenciadas até 31/12/2015 são descritas na Tabela 6.

**TABELA 4 – Empresas credenciadas**

Nº	EMPRESA	CNPJ
1	3ª DIMENSÃO DIAGNÓSTICO POR IMAGEM	06.056.327/0001- 61
2	ALIANÇA INSTITUTO DE ONCOLOGIA S/S LTDA	09.104.513/0001-17
3	ANGIO CARDIO CLÍNICA MÉDICA LTDA	10.817.238/0001-68
4	ANIMA - CLÍNICA MÉDICA ACUPUNTURA E FISIOTERAPIA LTDA	08.325.108/0001-66
5	JK RADIOLOGIA ODONTOLOGICA LTDA - ME	16.524.725/0001-19
6	ASSOCIAÇÃO DOS MÉDICOS DO HOSPITAL SÃO FRANCISCO	13.231.214/0001-10
7	ATITUDE CLÍNICA PSICOLÓGICA E MULTIDISCIPLINAR LTDA	08.073.742/0001-59
8	BIOCÁRDIOS INSTITUTO DE CARDIOLOGIA LTDA	05.544.035/0001-05
9	CENTRO ESPECIALIZADO EM OFTALMOLOGIA LTDA - EPP	04.714.858/0001-79
10	CARDIO VIDA CLÍNICA CARDIOLÓGICA LTDA	05.843.380/0001-40
11	CLINICA DE REABILITACAO FISICA DE CEILANDIA LTDA	03.413.641/0001-66
12	CARDIOCARE - DF CLÍNICA CARDIOLÓGICA SOCIEDADE SIMPLES PURA LTDA	01.281.570/0001-60
13	CBV - CENTRO BRASILEIRO DA VISÃO	06.160.688/0001-53
14	CENTRO CLÍNICO E ECOGRÁFICO DE SOBRADINHO LTDA	01.467.047/0001-22
15	CENTRO CLINICO UNIFISIO DE REABILITACAO FÍSICA LTDA	01.102.578/0001-11
16	CENTRO DE ATENDIMENTO PSICOLÓGICO DE BRASÍLIA	03.419.044/0001-49
17	CENTRO DE CONVIVÊNCIA E ATENÇÃO PSICOSSOCIAL	36.767.721/0001-79
18	CENTRO DIAGNÓSTICO SHALOM S/S LTDA - EPP	26.983.098/0001-38
19	CENTRO SUL DE IMAGEM E MEDICINA FETAL SS LTDA	26.964.205/0001-80
20	CETTRO - CENTRO DE CÂNCER DE BRASÍLIA	00.520.237/0001-01
21	CIN - CENTRO DE INVESTIGAÇÕES NEUROLÓGICAS LTDA	38.006.656/0001-94
22	CLIDAE CLINICA DE DIAGNOSTICOS RADIOLOGICOS E ECOGRAFICOS S/S LTDA - EPP	26.495.275/0001-37
23	CLÍNICA BABY PED - OLIVEIRA & MARQUES LTDA	11.092.950/0001-00
24	CLÍNICA CARDIOLÓGICA SÃO CAMILO LTDA	10.668.829/0001-10
25	CLÍNICA DE ANGIOLOGIA, CIRURGIA VASCULAR E RADIOLOGIA INTERVENCIONISTA SS - EPP	12.389.274/0001-01
26	CLÍNICA DE FISIOTERAPIA JULIANA	01.759.280/0001-89
27	CLÍNICA DE FISIOTERAPIA MULTIFISIO LTDA	11.140.975/0001-31
28	CLINICA DE FISIOTERAPIA REABILITAÇÃO TOTAL LTDA	06.315.096/0001-63
29	CLÍNICA DE PSICOLOGIA ABZM LTDA ME	11.646.757/0001-73
30	CLÍNICA DE RADIOLOGIA ODONTOLÓGICA FENELON LTDA	03.628.122/0001-15
31	CLÍNICA GERAL E ORTOPEDICA SUDOESTE LTDA	05.637.408/0001-92
32	CLÍNICA ONCOLOGY LTDA	11.820.670/0001-70
33	CLÍNICA OTORRINO OSWALDO NASCIMENTO	37.160.645/0001-00

34	CLÍNICA PRODIGEST LTDA.	01.443.380/0001-00
35	CLINISER - CLÍNICA INTEGRADA DE MEDICINA , PSICOLOGIA E PSICOPEDAGOGIA LTDA	03.165.043/0001-15
36	COOPERATIVA DOS MÉDICOS ANESTESIOLOGISTAS DO DISTRITO FEDERAL	24.905.234/0001-46
37	CORPO E MENTE PILATES FISIOTERAPIA LTDA - ME	09.029.178/0001-30
38	DIAGNOSTIC S/S	03.500.455/0001-64
39	DIAS MOREIRA DIAGNOSTICO POR IMAGEM LTDA - ME	11.999.286/0001-87
40	DIGIDOC RADIOLOGIA ODONTOLÓGICA	01.258.895/0001-21
41	DOC KIDS RADIOLOGIA ODONTOLÓGICA	07.622.311/0001-31
42	ECODINÂMICA CLÍNICA CARDIOLOGICA LTDA	09.277.457/0001-12
43	ENERGÉTICA - CENTRO DE FISIOTERAPIA, PILATES E CLÍNICO GERAL LTDA	11.437.757/0001-63
44	ESPAÇO EQUILIBRIUM CLÍNICA DE REABILITAÇÃO LTDA	08.439.436/0001-93
45	ESPAÇO SAINT GERMAIN DE SAÚDE INTEGRAL LTDA	11.486.840/0001-22
46	FIB - FISIOTERAPIA INTEGRADA DE BRASÍLIA LTDA	37.150.471/0001-96
47	FISIO NORTE - CLÍNICA DE FISIOTERAPIA E REEDUCAÇÃO POSTURAL GLOBAL LTDA	07.340.190/0001-35
48	FISIOEMOV - CLÍNICA DE FISIOTERAPIA DO MOVIMENTO LTDA	14.990.692/0001-77
49	FISIOGAMA	05.251.170/0001-62
50	FISIOTERAPIA INTENSIVA SANTA RITA S/C LTDA	01.623.758/0001-49
51	FUNDAÇÃO UNIVERSITÁRIA DE CARDIOLOGIA	92.898.550/0006-00
52	GALERIA FISIOTERAPIA LTDA	08.454.601/0001-86
53	GILL'S CLÍNICA MÉDICA, FISIOTERÁPICA E FITNESS LTDA - ME	13.919.613/0001-79
54	HIDROFISIO CLÍNICA DE FISIOTERAPIA E ESTÉTICA LTDA	08.258.737/0001-10
55	HOB - TAGUATINGA LTDA	04.081.229/0001-59
56	HOSPITAL LAGO SUL S/A	00.382.069/0001-27
57	HOSPITAL MARIA AUXILIADORA S/A	38.000.485/0001-96
58	HOME - HOSPITAL ORTOPÉDICO E MEDICINA ESPECIALIZADA LTDA	37.108.388/0001-59
59	HOSPITAL PACINI LTDA	00.417.089/0001-96
60	HOSPITAL PRONTONORTE S/A	00.511.816/0001-80
61	HOSPITAL SANTA HELENA S/A	00.049.791/0001-44
62	HOSPITAL SANTA MARTA	00.610.980/0001-44
63	IDR - INSTITUTO DE DOENÇAS RENAIIS LTDA	04.373.272/0001-98
64	IMAGE DOPPLER ULTRASSONOGRÁFIA LTDA	07.187.929/0001-10
65	IMAGEM DENTAL RADIOLOGIA LTDA	07.338.610/0001-49
66	INOB - INSTITUTO DE OLHOS E MICROCIRURGIA DE BRASÍLIA	00.363.702/0001-30
67	INBOL - INSTITUTO BRASILIENSE DE OLHOS	37.114.071/0001-25
68	INSTITUTO DE CÂNCER DE BRASÍLIA LTDA	11.859.927/0001-06
69	INSTITUTO DE CARDIOLOGIA E PEDIATRIA DE BRASÍLIA LTDA - EPP (CLINICOR)	02.629.291/0001-07
70	INSTITUTO DE CATARATA DE BRASÍLIA LTDA	12.992.115/0001-99
71	INSTITUTO DE NEUROCIRURGIA MEDULLARIS	10.909.624/0001-80
72	INSTITUTO DE OLHOS DE TAGUATINGA LTDA - EPP	02.671.139/0001-92
73	INSTITUTO DE RADIOTERAPIA DE TAGUATINGA	06.292.778/0001-06
74	INSTITUTO DO CORAÇÃO DE TAGUATINGA LTDA	72.602.071/0001-75
75	ISOB - INSTITUTO DE SAÚDE DE OLHOS BRASÍLIA S/S LTDA	03.056.609/0001-70
76	JD IMAGEM E DIAGNÓSTICO ODONTOLÓGICO EIRELI	16.798.663/0001-33
77	LABORATÓRIO DIAGNÓSTICO DE ANÁLISES CLÍNICAS LTDA	26.491.530/0001-73
78	LABORATÓRIO SABIN DE ANÁLISES CLÍNICAS LTDA	00.718.528/0001-09
79	LABORCENTER - MILTON CANDIDO DA SILVA	07.315.533/0001-01
80	LÂMINA LABORATÓRIO DE PATOLOGIA E PREVENÇÃO DE CANCER LTDA - EPP	00.626.754/0001-51
81	LUCIENE PIRES DE ARAUJO LINS ME	15.500.164/0001-55
82	MEDCOR - CARDIOLOGISTAS ASSOCIADOS DA ASA SUL LTDA	03.903771/0001-87

83	MEDICINA DA VISÃO - CLÍNICA OFTALMOLÓGICA LTDA	07.405.575/0001-33
84	MICRA LABORATÓRIO DE ANATOMIA PATOLÓGICA	02.777.949/0001-28
85	MM DA SILVA LABORATÓRIO DE PRÓTESE DENTÁRIA LTDA	97.520.386/0001-02
86	NÚCLEO DE DIAGNOSE E MICROCIRURGIA OCULAR DE BRASÍLIA LTDA	37.992.740/0001-61
87	OCULARE OFTALMOLOGIA S/S LTDA	05.090.412/0001-83
88	ONCOTEK - CLÍNICA DE TRATAMENTO E PESQUISA ONCOLOGICA	07.026.212 /0001-97
89	ONCOVIDA INSTITUTO ESPECIALIZADO DE ONCOLOGIA LTDA	01.682.668/0001-29
90	OPÇÃO SERVIÇOS MÉDICOS LTDA	10.541.877/0001-43
91	OXTAL - MEDICINA INTERNA E TERAPIA INTENSIVA LTDA	10.793.027.0001/32
92	PELLE VITTA DERMATOLOGICA S/S LTDA	18.336.254/0001-40
93	PHYSYS - FISIOTERAPIA LTDA	03.809.065/0001-70
94	PRÓ CORPORE CLINICA DE REABILITACAO EIRELI EPP	03.589.729/0001-33
95	PSICOCLÍNICA - CLÍNICA DE PSICOLOGIA, PSICOTERAPIA E ORIENTAÇÃO PSICOLÓGICA LTDA	37.120.144/0001-91
96	RADIOCLINIC DIAGNÓSTICO ORAL POR IMAGENS LTDA	04.468.770/0001-14
97	RADIOGRAPH CLÍNICA DE IMAGEM LTDA - EPP	00.243.530/0001-60
98	RADIOMASTER RADIOLOGIA ODONTOLÓGICA	04.558.329/0001-23
99	REABILITARTE CLÍNICA DE FISIOTERAPIA LTDA	11.023.583/0001-92
100	RIO PRETO ASSISTÊNCIA MÉDICA E HOSPITALAR LTDA	07.196.243/0003-58
101	RM CLINICA DE REABILITACAO E HOTEL LTDA	02.373.139/0001-06
102	SEANE SERVIÇO DE ASSISTENCIA CLÍNICA E NEFROLOGIA LTDA	01.619.412/0001-77
103	SERVIÇOS HOSPITALARES YUGE LTDA	72.576.143/0001-57
104	SK PSICOLOGIA INTEGRADA LTDA	10.853.107/0001-36
105	SPORTFISIO - CLÍNICA DE REABILITAÇÃO CORPORAL LTDA	04.607.201/0001-02
106	UCI - UNIDADE DE CARDIOLOGIA INTEGRADA LTDA - EPP	18.000.366/0001-26
107	UNINEURO - UNIDADE DE NEUROLOGIA LTDA	07.607.754/0001-53
108	UROMEDICAL - CENTRO AVANÇADO DE UROLOGIA E ANDROLOGIA S/A LTDA	03.953.658/0001-06
109	VIVER CLÍNICA DE IMAGENS MÉDICAS LTDA	07.592.441/0002-50

Fonte: Comissão Permanente de Credenciamento - CPC/DISAU

O Edital nº 01/2011 – Credenciamento na área de saúde foi implementado a fim de contemplar as áreas médico-hospitalares não realizadas nas unidades da DISAU, como complementação do serviço de saúde.

Mediante a adoção das tabelas previstas em edital, com base nos preços praticados no mercado para garantir que o sistema de saúde mantivesse empresas credenciadas, houve o aumento dos honorários médicos, o que contribuiu para o aumento dos gastos mensais junto à rede credenciada desde a sua implementação.

Entretanto, considerando que os valores praticados pela DISAU são os mesmos desde 2012, é possível concluir que o aumento dos gastos mensais junto à rede credenciada advém da utilização crescente por parte dos usuários do sistema de saúde. Tal fato é atribuído ao ingresso de novos bombeiros militares na instituição e à migração de usuários, que antes se utilizavam de planos de saúde privados, para o sistema de saúde do CBMDF.

Em relação a 2015, houve uma redução de 28 empresas credenciadas até 31/12/2015, umas pela má qualidade dos serviços prestados, em que o CBMDF não manifestou interesse em renovar o contrato, outras por falta de interesse da própria credenciada em continuar prestando serviços para a Corporação.

### 2.3.2 – Indicador Institucional

O indicador de ordem institucional estabelecido pela corporação para a DISAU, por meio da Portaria nº 38, publicada no BG nº 138, de 30/09/2013, foi o índice de inscrição de restos a pagar. Ele é um indicador de eficácia, que é medido subtraindo o valor total pago do valor total empenhado. Com tal indicador de eficácia é possível avaliar como tem sido conduzida gestão orçamentária e financeira da diretoria.

Um índice muito elevado permite perceber que algum problema pode estar acontecendo na gestão, uma vez que os serviços ofertados em ou compras realizadas não têm sido liquidados e pagos em datas contratadas. Assim, foi estabelecido para o ano de 2015, pelo anexo II da portaria citada acima o percentual de 4% de inscrição sobre a provisão recebida.

Conforme o Memorando nº 06/2015-SECOP/DISAU de 21/01/2015 enviado ao Estado Maior Geral do CBMDF, o índice medido em 2015 foi de 42,58% e as causas da discrepância também foram informadas no memorando, a saber:

*"1. Prazo de faturamento médio das empresas credenciadas de 60 dias o que leva a uma liquidação tardia de despesas com clínicas e hospitais;*

*2. Baixo efetivo da Seção de Auditoria - SEAUD que impacta diretamente no prazo de realização das auditorias nas faturas das empresas credenciadas, alongando o prazo necessário para a efetiva liquidação da despesa;*

*3. Processos licitatórios e aditivos celebrados que fez com que parte considerável das aquisições fossem realizadas somente no mês de dezembro, especialmente na última semana e ainda não pagas."*

#### QUADRO 02 – (Portaria TCU 90/2014) – Indicadores de Desempenho

Denominação	Índice de Referência	Índice Previsto	Índice Observado	Periodicidade	Fórmula de Cálculo
índice de inscrição de restos a pagar	46%*	4%	42,58%	Anual	Valor total empenhado – Valor total pago**

Fonte: SIAFI-2015.

\*Exercício de 2014.

\*\*Medição realizada no dia 31/12.

#### 2.3.2.1 Indicadores de Apoio à Gestão

A necessidade de mensurar os serviços de saúde surge da escassez dos recursos públicos destinados à Assistência Médica do CBMDF. Decorrente de obrigação legal, a manutenção deles limita-se à disponibilidade de recursos. Dessa forma, deve-se chegar a um equilíbrio entre a demanda, atendimentos em rede própria e os atendimentos em rede credenciada. A demanda no presente exercício, cresceu além do previsto.

Esse equilíbrio passa a ter importância maior em situações de contingenciamento ou de situações econômicas adversas, em que a escassez dos recursos irá influenciar num maior ou menor incentivo ao uso da rede de atendimento disponível. Assim, a UNIDADE vem considerando, como pode ser observado nos relatórios anteriores, dois indicadores de apoio a gestão: o número de atendimentos em rede própria e o número de atendimentos em rede credenciada.

**TABELA 5 – Aumento do Público Alvo**

Exercícios	2014	2015	DIFERENÇA	Aumento Percentual
<b>Quantidade Total</b>	28.231	28.800	569	2,02%

Fonte: DITIC/CBMDF

### 2.3.2.2 Análise dos indicadores institucionais

Atendimento em rede própria

A análise do atendimento em rede própria é utilizada para entender o comportamento da demanda institucional. Como os serviços executados por rede credenciada, com exceção dos relativos à urgência e emergência, passam necessariamente por atendimento interno prévio, torna-se possível a mensuração do número de pessoas encaminhadas. Outra utilidade da análise da rede própria é a possibilidade do controle de gastos, uma vez que é executada triagem dos tratamentos que podem ser realizados nas empresas contratadas.

**TABELA 6 – Comportamento da demanda em rede própria**

	2014	2015	Diferença	Variação %
<b>Procedimentos</b>	334.757	<b>381.223</b>	46.466	13,88%

Fonte: DISAU/CBMDF

**TABELA 7 – Procedimentos realizados nas unidades da DISAU em 2015**

Discriminação dos procedimentos	Quantidade	
	2014	2015
Número de consultas ambulatoriais realizadas (POMED)	46.923	46.045
Procedimentos da Enfermaria (POMED)	3.697	3.904
Cirurgias (POMED)	593	688
Procedimento na Ortopedia/Gesso (POMED)	157	127
Eletrocardiograma (POMED)	145	36
Ecografia (POMED)	2.283	2.349
Endoscopia (POMED)	618	779
Fluxometria (POMED)	-	-
Colonoscopia (POMED)	205	381
Exames de Laboratório (POMED)	193.604	198.604
Atendimentos Fisioterápicos (POMED)	4.273	11.101
Exames Radiológicos* (POMED)	1.787	2.829
Colonoscopia (POMED)	-	1.362
Procedimentos Odontológicos (PODON)	54.147	49.177
Psicologia e Psiquiatria (CEABM)**	620	507
Número de Perícias (CPMED)	21.041	37.206
Número de Inspeções em Saúde (CPMED)	4.509	25.335
Número de Pessoas Atendidas pelos programas do CECAF	155	793
<b>Total de Procedimentos</b>	<b>334.757</b>	<b>381.223</b>

Fonte: DISAU/CBMDF.

Em termos quantitativos, o aumento no número de procedimentos em âmbito interno sugere um crescimento também no número de atendimentos em rede credenciada, uma vez que surgirão novos encaminhamentos, na maioria das vezes para diagnóstico precoce de patologias.

Embora outros métodos sejam usados para medir o comportamento da demanda institucional, a sua confirmação é feita dessa maneira. Quando cresce o número de atendimentos na rede própria, eleva-se também na credenciada pela necessidade de realização de exames para complementação do diagnóstico.

Tal medida foi importante no auxílio à tomada de decisão da DISAU em 2015, pois percebeu-se o aumento da demanda já no primeiro semestre, o que possibilitou a busca pela suplementação orçamentária no valor de R\$ 19 milhões por meio das 2015NC000113 e 2015NC000123.

### **Atendimento em Rede Credenciada**

A análise do comportamento da demanda institucional pode ser feito também por meio da utilização da rede credenciada. Com auxílio do subitem anterior, este indicador possibilita prever o comportamento do gasto em relação ao aumento da demanda.

Observa-se uma proporcionalidade direta no aumento/redução do número de atendimentos na rede interna e credenciada, que ocorre devido à obrigatoriedade de prévia autorização por médico do CBMDF, procedimento instituído ao longo do ano de 2014 e que continua funcionando no exercício de 2015, conforme a disponibilidade da POMED, para evitar os maus gastos por abuso do sistema ou por fraude, com exceção do atendimento externo no caso de urgência/emergência.

Para se chegar ao equilíbrio entre demanda interna, externa e orçamento, estabeleceu-se um indicador de gasto a fim de proporcionar um controle mais efetivo sobre os recursos. Ele é calculado com base no valor total autorizado para as despesas de assistência em saúde, dividido por doze. O resultado obtido (valor autorizado mensal médio) é dividido por um milhão, para que se alcance o Indicador de Gasto:

No ano de 2015, os valores utilizados para cálculo do indicador foram:

- Valor inicial autorizado para Assistência em Saúde = **R\$ 40.029.257,00**
- Valor autorizado mensal médio = **R\$ 40.029.257,00 / 12 = R\$ 3.335.771,42**
- Indicador de Gasto Limitador = **R\$ 3.335.771,42 / 1.000.000 = 3.34**

Após a percepção da necessidade de aumentar os valores disponíveis para manter o atendimento na rede credenciada, foi feito um aporte de R\$ 19.000.000,00 referente a descentralização orçamentária da SUTES para esta UNIDADE:

- Valor total autorizado para Assistência em Saúde = **R\$ 51.887.916,80**
- Valor autorizado mensal médio = **R\$ 51.887.916,80 / 12 = R\$ 4.323.993,07**
- Indicador de Gasto Limitador = **R\$ 4.323.993,07 / 1.000.000 = 4.32**

Assim, por meio do acompanhamento do executor do contrato, calcula-se o valor efetivamente gasto por mês e divide-se por um milhão para se obter o número que será objeto de comparação com o Indicador de Gasto Limitador, aferido anteriormente.

Caso o resultado encontrado seja maior que o padrão estabelecido, a previsão inicial dos gastos deve ser revista; se o resultado for inferior ao parâmetro, devem-se apurar suas causas e fatores contributivos, para que se apure se há necessidade de incentivo à utilização do sistema ou se o trabalho preventivo tem proporcionado melhora na saúde da corporação.

**TABELA 8 – Relatório de gastos mensais com credenciamento**

Mês	Valor mensal gasto (R\$)	Valor inicial - sem aporte orçamentário		Valor final - com aporte orçamentário	
		Indicador de Gasto	Varição absoluta em relação ao limitador (3,34)	Indicador de Gasto	Varição absoluta em relação ao limitador (4,32)
Janeiro	4.969.211,87	4,97	-1,63	4,97	-0,65
Fevereiro	3.891.645,37	3,89	-0,55	3,89	0,43
Março	4.197.143,16	4,20	-0,86	4,20	0,12
Abril	4.229.719,11	4,23	-0,89	4,23	0,09
Mai	5.336.979,69	5,34	-2,00	5,34	-1,02
Junho	4.938.095,84	4,94	-1,60	4,94	-0,62
Julho	5.739.237,56	5,74	-2,40	5,74	-1,42
Agosto	4.318.831,57	4,32	-0,98	4,32	0
Setembro	3.332.836,47	3,33	0,01	3,33	0,99
Outubro	5.025.130,01	5,03	-1,69	5,03	-0,71
Novembro	6.625.041,85	6,63	-3,29	6,63	-2,31
Dezembro	3.349.008,04	3,35	-0,01	3,35	0,97
<b>TOTAL</b>	<b>55.952.880,54</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-4,13</b>

FONTE: Seção de Execução de Contratos – DISAU

O valor residual do indicador, quando negativo, informa a necessidade de reconhecimento de dívida para o próximo exercício. Quando positivo, informa que haverá crédito orçamentário disponível.

Devido a reconhecimentos de dívida na ordem de R\$ 8.208.791,14 referentes aos exercícios de 2013 e 2014, listado no PARF como CS-22 - Reserva de Contingência, e a outras ações que diminuem o gasto na rede credenciada, não possível destinar mais recursos do FCDF para pagamento dessas despesas. Esses valores foram complementados com recursos do orçamento do Governo do Distrito Federal (GDF).

Durante o exercício financeiro de 2015, o indicador se apresentou da seguinte forma:

**QUADRO 03 – Indicadores de Desempenho**

Denominação	Índice de Referência	Índice Previsto	Índice Observado	Periodicidade	Fórmula de Cálculo
Indicador de Gasto Limitador	3,34	4,32	4,66	Mensal	$(\text{Valor gasto}/1.000.000)-((\text{valor autorizado}/12)/1.000.000)$

Fonte: DISAU.

**2.3.3 Atividades de apoio à execução dos termos de credenciamento**

**2.3.3.1 Serviço de Auditoria Médica/Hospitalar**

Para a execução dos termos de credenciamento, a DISAU conta com os serviços de auditoria em serviços de saúde, a fim de evitar gastos por abuso ou fraude ao sistema. A busca pela melhoria na qualidade do gasto parte em princípio por uma gestão eficaz na fiscalização dos recursos utilizados para atingir seus objetivos institucionais, por isso mesmo, todas as faturas geradas na rede credenciada são auditadas.

Esse serviço próprio de auditoria médica e hospitalar atua tanto na verificação de todos os procedimentos realizados em relação à tabela de preços contratados, bem como na autorização de procedimentos de auto custo e complexidade.

Os militares que atuam nesta área são profissionais com formação específica (enfermeiros, médicos, dentistas) chefiados por um oficial superior do quadro médico.

Na aplicação de glosas sobre valores cobrados em discordância da tabela ou em procedimentos em desacordo com o edital de credenciamento, evitaram que o CBMDF desperdiçasse, só em 2015, mais de R\$ 6.172.532,16 (seis milhões, cento e setenta e dois mil, quinhentos e trinta e dois reais e dezesseis centavos), considerando somente os meses de julho a dezembro de 2015, os outros meses ainda temos negociações a serem confirmadas com os hospitais, conforme tabela de glosas abaixo:

**TABELA 9 – Tabela de Glosas**

<b>Tipo de Auditoria Realizada</b>	<b>Valores de julho a dezembro de 2015</b>
<b>Auditoria Interna no CBMDF</b>	R\$ 383.738,71
<b>Auditoria nos Hospitais (Externa) do CBMDF</b>	R\$ 3.563.040,10
<b>Auditoria de OPME</b>	R\$ <b>2.225.753,35</b>
<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 6.172.532,16</b>

Fonte: SEAUD/DISAU/DRHU/CBMDF

Em 2015, a SEAUD esteve em foco, pois o aumento da utilização dos serviços de saúde na rede credenciada pressupõe um aumento de suas atividades. Como vimos no subitem anterior, o gasto maior com procedimentos de alta complexidade, além de elevar o valor despendido, demandou uma quantidade bem maior de contas hospitalares para aquela seção.

Um fator importante que determina a atual mora na auditoria das contas é o fato de as clínicas e hospitais credenciados não mandarem as faturas mensalmente. Existem casos que um atendimento realizado demora mais de dois meses para ser faturado e apresentado pela empresa. Este fato já foi observado pela DISAU e as empresas credenciadas que, rotineiramente, atrasam a entrega das faturas estão sendo notificadas.

### **2.3.3.2 Serviço de Análise e Controle de OPMES**

As Órteses, Próteses, Materiais Especiais e de Síntese (OPMES), insumos utilizados em cirurgias de alta complexidade, elevam os custos na área de saúde de forma vertiginosa. Na inexistência de contratos de fornecimento direto, os materiais são fornecidos indiretamente pelo hospital e os valores lançados em fatura. Em planos de saúde sem auditoria médica, o valor pago será o da nota fiscal emitida pelo prestador do serviço hospitalar.

Na situação descrita, não ocorre o questionamento dos valores das OPMES utilizadas, mas somente a verificação de seu uso pela auditoria e perícia médica e odontológica. Essa falta de controle por parte do contratante permite aos fornecedores estabelecerem seus próprios valores, além de gerar e estimular custos de intermediação por parte do hospital.

Com o intuito de limitar os abusos por parte dos fornecedores desses materiais, o CBMDF, por meio da Diretoria de Saúde, implantou, em maio de 2011, o Serviço de Análise e Controle de

OPMES, cuja atuação consiste basicamente no registro das cotações dos materiais e orçamentos recebidos em banco de dados próprio, no cadastramento dos fornecedores, na classificação das práticas de cada empresa, no estabelecimento de parcerias comerciais, na discussão dos preços ofertados, na negociação para obtenção da melhor relação custo/benefício, no auxílio à decisão dos auditores e executores de contratos, na geração de estatísticas e informações estratégicas e no arquivamento de cópias dos processos de autorização.

O Serviço de Análise e Controle de OPMES atende ao disposto na alínea C, do item recomendações, do Relatório Preliminar de Ação de Controle nº 249919/SFCI/CGU/PR, que recomendou maior controle nos gastos com esses materiais, solicitando ao hospital prestador do serviço no mínimo três orçamentos, de diferentes empresas.

Dessa forma, com a publicação do Edital de Credenciamento nº1/2011, a empresa credenciada somente pode realizar cirurgias eletivas, aquelas que não são consideradas de emergência, com a autorização da auditoria médica ou odontológica do CBMDF.

Nos casos das cirurgias de emergência, em que o tempo é essencial para o resultado positivo, a discussão sobre preço apresentado ocorre já com o material utilizado, dificultando o serviço da auditoria. Porém, mesmo assim, com a manutenção de banco de dados de OPMES, obtiveram-se descontos expressivos junto aos fornecedores.

**TABELA 10 – Economia com OPMES no exercício de 2014**

<b>Cirurgia</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Valor Total Inicial</b>	<b>Valor Total Final</b>	<b>Economia Total</b>
<b>Eletiva</b>	357	2.989.388,41	1.990.052,18	999.336,23
<b>Emergência</b>	324	4.902.073,49	3.688.914,07	1.212.906,70
<b>Bucomaxilo</b>	6	30.532,70	17.275,00	13.257,70
<b>TOTAL</b>	<b>769</b>	<b>7.921.994,60</b>	<b>5.696.241,25</b>	<b>2.225.753,35</b>

Fonte: SEAUD/DISAU

Considerando que o valor gasto com hospitais e clínicas credenciadas foi de R\$ 51.887.916,80 e que o gasto total com OPMES foi de R\$ 5.696.241,25, aproximadamente 10,98% de todo o orçamento destinado a atender as despesas com serviços prestados pelas credenciadas correspondeu à autorização de Órteses, Próteses, Materiais Especiais e de Síntese.

### **2.3.4 Informações sobre custos de produtos e serviços**

A assistência Médica do CBMDF, desde o exercício de 2010, recebe do FCDF o valor de R\$ 129,00 mensais por beneficiário para atender suas estratégias organizacionais previstas e discriminadas em subitem anterior.

Embora o valor seja referente a todo o público alvo, nem todos os usuários usam o sistema de fato enquanto outros o usam mais de uma vez.

Ainda assim, ele precisa estar disponível para atendimentos em potencial. Essa lógica que permeia o sistema corporativo de um plano de saúde, não suporta uma possível corrida de todos os usuários ao sistema.

Assim, para que a oferta de serviços internos funcione, é necessária à aquisição de material de consumo de saúde, equipamentos médicos e demais. Além disso, esse valor tem financiado a construção do novo prédio da POMED e demais manutenções prediais.

Cabe ressaltar que custos como energia e água são pagos pela corporação. Outro ponto de alívio é que o a mão-de-obra direta desses serviços (médicos, dentistas, fisioterapeutas, atendentes, etc) não varia com o aumento da demanda, por se tratarem de militares do próprio órgão. Esses custos crescem em importância, pois evitam uma corrida indiscriminada das pessoas às empresas credenciadas.

Já em relação à prestação de serviços de saúde externos, a DISAU só incorre em custos quando da sua utilização pelos usuários do sistema. Os valores, como visto anteriormente, foram fixados em tabelas e não variam com a utilização.

**QUADRO 04 – (Portaria TCU 90/2014) – Variações de Custos**

Produtos/Serviços	Custo Total de 2014	Custo Unitário			Variação % Custo Unitário		Economia Total em 2015 com base em 2014	Economia Total em 2015 com base em 2013
		2015	2014	2013	2015/2014	2015/2013		
Assistência à Saúde aos militares, dependentes e pensionistas do CBMDF.	<b>67.835.927,86</b>	129	129	129	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: SIAFI-2015.

### 3. RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE.

#### 3.1 Mecanismos de transparência das informações relevantes sobre a atuação da unidade

Apesar de não ser exclusiva desta unidade prestadora de contas, existem canais de acesso ao usuário do sistema de saúde, por meio da página do CBMDF, para fins de solicitações, reclamações, sanar dúvidas sobre a aplicação do sistema de saúde, denúncias, entre outras demandas, com o fim de identificar os eventuais pontos fracos, fortalecê-los, assim como potencializar os pontos fortes, de maneira a atingir uma prestação de serviço ao usuário do sistema de saúde do CBMDF em nível de excelência.

A unidade prestadora de contas conta com canal de pesquisa por e-mail automático, logo após uma consulta médica realizada na Policlínica Médica, com o intuito de verificar a percepção do usuário sobre o serviço de saúde prestado.

Os dados abaixo revelam o resultado da pesquisa realizada durante o ano de 2015, dentro dos quesitos descritos.

**TABELA 11 – Resultados da Pesquisa de Satisfação**

Item medido	Não Opinou	Reprovo u	Regular	Bom	Ótimo	Total de Opiniões dadas	Percentu al de Bom e Ótimo
Marcação de Consulta	148	657	633	1311	2769	4080	75,98%
Opções de Especialidade	213	392	816	1963	2199	4162	77,5%
Médicos, Interesse, Respeito	78	70	132	700	4468	5168	96,24%
Recepção, Cordialidade, Respeito	77	143	294	1154	3779	4933	91,86%
Instalações	174	1215	1501	1603	1051	2654	49,42%
Limpeza e Higiene	185	658	1047	1934	1731	3665	68,25%
Satisfação Geral do Atendimento	92	145	470	1993	2762	4755	88,55%

Fonte: <http://pomed.cbm.df.gov.br/sistemas/diretoriadesaude/estatistica/pesquisa.php?data=15/12/2015>. Acesso em 15/02/2015.

Conforme se observa na tabela acima, foi atingido o percentual de 88,55% como satisfação geral do atendimento. Os resultados das pesquisas realizadas, assim como as demandas e reclamações consolidam subsídios para a tomada de decisão dos gestores da Diretoria de Saúde.

O serviço de ouvidoria é realizado pela Ouvidoria do CBMDF, não dispendo a DISAU de uma ouvidoria própria. Mesmo assim, as demandas chegam ao conhecimento do Diretor de Saúde para que eventuais desvios sejam corrigidos em tempo hábil.

Para marcar consultas na POMED, é disponibilizado ao usuário a marcação na especialidade pretendida pela internet, mediante a disponibilidade de vagas, além da Seção de Marcação de Consultas, caso o usuário prefira fazer isso pessoalmente.

O site é <http://pomed.cbm.df.gov.br/sistemas/diretoriadesaude/novo/index.php?parte=login&pag=2>. (WEBMED).

A DISAU também disponibiliza, no portal do CBMDF: <https://www.cbm.df.gov.br/>, na Aba “Saúde”, um amplo canal que dá acesso, após o usuário devidamente logado:

1. À escala médica semanal da POMED e os seus respectivos informativos. Link direto: <https://www.cbm.df.gov.br/2012-11-12-18-44-45/2012-11-12-20-26-42>.
2. Aos resultados de exames laboratoriais realizados no Laboratório da POMED. Link direto: <https://www.cbm.df.gov.br/2012-11-12-18-44-45/2012-11-12-20-26-20>.
3. Informações sobre como acessar a Policlínica Odontológica (PODON), na qual são prestados serviços de endodontia (tratamento de canal), odontopediatria (atendimento das crianças), ortodontia (instalação e manutenção de aparelhos dentários), cirurgia e traumatologia buco-maxilo-facial (remoção de dentes e outros procedimentos cirúrgicos), dentística (restaurações em dentes), periodontia (tratamento das doenças da gengiva), saúde coletiva e prótese dentária. O link direto é <https://www.cbm.df.gov.br/2012-11-12-18-44-45/2012-11-12-20-27-03>;
4. Hospitais e clínicas credenciadas, para os serviços de saúde eletivos, (hospitais, serviços de oncologia e radioterapia, clínicas de fonoaudiologia, clínicas de imagens diagnósticas, clínicas de cardiologia, clínicas de psicologia, clínicas de especialidades diversas, clínicas de oftalmologia e clínicas de fisioterapia) com seus respectivos endereços e telefones para contato. No caso de urgência e emergência, o usuário é orientado a procurar diretamente o hospital credenciado para atendimento. link direto: <https://www.cbm.df.gov.br/2012-11-12-18-44-45/hospitais-e-cl%C3%ADnicas-credenciados>;
5. Edital de credenciamento na área da saúde, ao qual as empresas que queiram prestar serviço de saúde ao CBMDF devem se submeter. O último edital é de 2011. Link direto: <https://www.cbm.df.gov.br/2012-11-12-18-44-45/2012-11-12-20-27-19>;
6. Cartilha do sistema de saúde. Através desta cartilha, a Diretoria de Saúde, que tem por objetivo prestar um adequado atendimento a todos os usuários do sistema de saúde, vem orientar seu público quanto à padronização de seus procedimentos, para que os serviços em saúde continuem sendo realizados de forma satisfatória. Link direto: <https://www.cbm.df.gov.br/2012-11-12-18-44-45/cartilha-do-sistema-de-sa%C3%BAde>.

---

### **3.1.1 Medidas relativas à acessibilidade**

---

A Diretoria de Saúde não promoveu no ano de 2015 e anteriores nenhuma ação direta visando atender os aspectos legais de acessibilidade. A única ação nesse sentido tem sido a construção do novo prédio da POMED que foi licitada em 2011 por meio da Concorrência nº 020/2011-ASCAL/PRES, publicada no DODF nº248 de 28/12/2011 referente ao Processo 053.000.830/2010 e tratada em subitem próprio, que em seu projeto básico, por se tratar de uma policlínica médica, deve, obrigatoriamente, cumprir regras da ABNT referente a este assunto.

---

---





#### 4.1.3 Ações não Previstas na LOA 2015 – Restos a Pagar não Processados - OFSS

QUADRO 6 – Ações não Previstas LOA 2015 – Restos a Pagar - OFSS

Identificação da Ação					
<b>Código</b>	<b>0903.00FI.0053</b>		<b>Tipo: Operação Especial</b>		
<b>Título</b>	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores e seus Dependentes do CBMDF no DF				
<b>Programa</b>	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores e seus Dependentes do CBMDF				
<b>Unidade Orçamentária</b>	73901 - Fundo Constitucional Do Distrito Federal				
<b>Ação Prioritária</b>	( ) Sim ( x ) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras				
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta		
Valor em 01/01/2015	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizado
26.314.717,76	22.859.536,18	1.297.132,91	Pessoa Beneficiada	Unidade	28.800

Fonte: PLOA e SIAFI-2015.

#### 4.1.4 Análise Situacional

A elaboração do Projeto de Lei Orçamentária (LOA) de 2015 previu o ingresso de novos militares e, com base nos critérios de seleção previstos na Lei nº 12.086/09, com o aumento da idade média dos bombeiros militares, houve também a previsão de maior número de dependentes do militar no sistema, pela provável inclusão de cônjuge e filhos. A previsão de beneficiados era de 33.596, porém, por razões diversas e fora do controle desta diretoria, compõem o sistema, atualmente, 28.800 usuários.

Apesar disso, como já visto em subitem anterior, houve um incremento no número de pessoas beneficiadas em relação ao ano anterior na ordem de 569 usuários.

Mesmo não atingindo a meta prevista na LOA, a DISAU teve que gerenciar um orçamento aquém da necessidade da saúde do sistema. Com um valor repassado que não era reajustado desde 2012, houve um incremento no orçamento durante o exercício de 2015, já que, inicialmente estava previsto o mesmo valor de 2014, R\$ 52.005.204,00, e foi suplementado, passando para R\$ 69.005.204,00. Assim, essa suplementação foi necessária e importante para que os serviços não fossem interrompidos e gerasse prejuízo aos usuários.

Desta forma, foram gastos somente com credenciamento de clínicas e hospitais mais de R\$ 51 milhões, quase 75,2% do orçamento total destinado à saúde e 44% a mais do que o previsto inicialmente no Plano de Aplicação de Recursos Financeiros (PARF) do CBMDF.

Durante todo o exercício financeiro, os executores de contrato levantaram, mensalmente, os valores dos serviços gerados em cada empresa credenciada, compondo um memorial de cálculo, baseado nas informações fornecidas pelas clínicas e hospitais credenciados.

Com base nos dados existentes, obtidos pelo acompanhamento sistemático e documental dos gastos, a Seção de Controle e Planejamento Orçamentário (SECOP) da DISAU efetuou operações no SIAFI até as 15h30 do dia 31 de dezembro de 2015, a saber:

a) Cancelamento ou diminuição do saldo empenhado nas empresas que apresentaram valores aquém do que era estimado, visando diminuir o índice de anulações de empenho posteriores; e

b) Reforço de empenho nas empresas que apresentaram gastos mensais superiores ao anteriormente previsto, evitando futuros processos de reconhecimento de dívida e, por consequência, impacto no orçamento previsto para 2016.

Em exercícios anteriores, por causa da informação errônea das credenciadas, chegou-se a anular mais de um milhão de reais dos inscritos em restos a pagar, o que representa grave ameaça à gestão dos recursos destinados à saúde.

Baseado neste fato, a interrupção, pura e simplesmente, dos serviços de saúde no último bimestre poderia representar a perda de saldo por posteriores anulações versus o agravamento da condição física e emocional de pacientes sob tratamento ou sob risco de morte.

Como a DISAU não possui ainda um sistema informatizado que permite controlar financeira e operacionalmente as guias de autorização, a estimativa dos inscritos em restos a pagar depende das informações geradas por credenciada.

Em relação ao alto índice de restos a pagar, há uma grande dificuldade de liquidação das despesas na DISAU, principalmente no que diz respeito ao credenciamento.

Os hospitais e clínicas têm apresentado um prazo de faturamento médio de 60 dias, a contar do atendimento do usuário na rede credenciada. Por outro lado, a Seção de Auditoria (SEAUD) da DISAU trabalha com um terço do efetivo de enfermeiros auditores, comparado com um plano de saúde de mesmo porte, levando, em média, 70 dias para os serviços de auditoria, o que dificulta, sobremaneira, a aproximação da execução financeira ao planejamento orçamentário e aumenta, significativamente, a inscrição em restos a pagar.

#### 4.1.5 Tópicos Especiais da Execução Orçamentária e Financeira

##### 4.1.5.1 Programação e Execução das despesas

##### 4.1.5.1.1 Programação das despesas

QUADRO 7 – (Portaria TCU 90/2014) – Programação de Despesas

Unidade Orçamentária: FCDF		Código UO: 73901		UGO: 170392
Origem dos Créditos Orçamentários		Grupos de Despesa Correntes		
		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3- Outras Despesas Correntes
<b>DOTAÇÃO INICIAL</b>				46.129.257,00
<b>CRÉDITOS</b>	<b>Suplementares</b>			19.000.000,00
	<b>Especiais</b>	<b>Abertos</b>		
		<b>Reabertos</b>		
	<b>Extraordinários</b>	<b>Abertos</b>		
		<b>Reabertos</b>		
<b>Créditos Cancelados</b>				
<b>Outras Operações</b>				
<b>Dotação final 2015 (A)</b>				65.129.257,00

Dotação final 2014(B)				51.129.257,00	
Variação (A/B-1)*100				27,38	
Origem dos Créditos Orçamentários		Grupos de Despesa Capital			9 - Reserva de Contingência
		4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6- Amortização da Dívida	
<b>DOTAÇÃO INICIAL</b>		3.875.947,00			
<b>CRÉDITOS</b>	<b>Suplementares</b>				
	<b>Especiais</b>	<b>Abertos</b>			
		<b>Reabertos</b>			
	<b>Extraordinários</b>	<b>Abertos</b>			
		<b>Reabertos</b>			
<b>Créditos Cancelados</b>					
<b>Outras Operações</b>					
<b>Dotação final 2015 (A)</b>		3.875.947,00			
<b>Dotação final 2014 (B)</b>		5.875.947,00			
<b>Variação (A/B-1)*100</b>		-34,04			

Fonte: SIAFI-2015.

#### 4.1.5.1.2 Análise Crítica

Desde o início do exercício de 2015, já estava previsto que seriam utilizados, para despesas com Reconhecimento de Dívidas, um montante em torno de R\$ 8 milhões. Dessa forma, esta Diretoria já iniciou o exercício com o orçamento comprometido. Diante desse cenário, envidou-se esforços para que esse orçamento fosse de alguma forma suplementado, tendo em vista que os gastos em saúde estavam aumentando, e uma parte considerável do orçamento aprovado já estava, teoricamente, comprometido em razão dos processos de reconhecimento de dívida que viriam.

Com isso, houve uma suplementação da ordem de R\$ 19 milhões (será detalhada posteriormente), passando o orçamento final da Unidade a ser de pouco mais de R\$ 69 milhões.

Paralelamente, a Unidade buscou também a apuração de superávit no orçamento do Distrito Federal, decorrente da decisão 2.631/2010-TCU/Plenário. A autorização de abertura de crédito especial foi no valor de R\$ 5.762.524,00 para a Unidade. Tal orçamento é executado no Sistema de Gestão Governamental do GDF – SIGGO. E esse recurso do superávit foi utilizado para empenho em duas credenciadas que demandam bastantes recursos, Hospital São Francisco e Hospital Santa Marta.

Junto a isso, não houve definição sobre o termo aditivo da obra da POMED que custaria aproximadamente R\$ 4 milhões.

#### 4.1.5.1.3 Movimentação de Créditos Interna e Externa

Não houve movimentação externa de créditos, por isso não será informado o Quadro – *Movimentação Orçamentária Externa por Grupo de Despesa*.

**QUADRO 8 – (Portaria TCU 90/2014) – Movimentação Orçamentária Interna por Grupo de Despesa**

<b>Movimentação dentro de mesma Unidade Orçamentária entre Unidades Jurisdicionadas Distintas</b>						
<b>Origem da Movimentação</b>	<b>UG</b>		<b>Classificação da ação</b>	<b>Despesas Correntes</b>		
	<b>Concedente</b>	<b>Recebedora</b>		<b>1 – Pessoal e Encargos Sociais</b>	<b>2 – Juros e Encargos da Dívida</b>	<b>3 – Outras Despesas Correntes</b>
<b>Concedidos</b>						
<b>Recebidos</b>	170392	170495	28.845.0903.00FM.0053			65.129.257,00
<b>Origem da Movimentação</b>	<b>UG</b>		<b>Classificação da ação</b>	<b>Despesas de Capital</b>		
	<b>Concedente</b>	<b>Recebedora</b>		<b>4 – Investimentos</b>	<b>5 – Inversões Financeiras</b>	<b>6 – Amortização da Dívida</b>
<b>Concedidos</b>						
<b>Recebidos</b>	170392	170495	28.845.0903.00FM.0053	3.875.947,00		

Fonte: SIAFI-2015.

#### 4.1.5.1.4 Informações sobre a Execução das Despesas

Esta UNIDADE não é responsável por créditos diretamente na LOA, conforme portaria 321/2015, entretanto apresentamos os quadros abaixo que tratam da Execução da despesa da UNIDADE.

#### 4.5.5.1.4.1 Despesas Totais por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação

**QUADRO 9 – Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação**

Valores em R\$ 1,00

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2015	2014	2015	2014
<b>1.Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)</b>	<b>1.312.249,59</b>	<b>2.812.073,67</b>	<b>1.312.249,59</b>	<b>2.812.073,67</b>
a) Convite	0	0	0	0
b) Tomada de Preços	0	0	0	0
c) Concorrência	0	0	0	0
d) Pregão	1.312.249,59	2.812.073,67	1.312.249,59	2.812.073,67
e) Concurso	0	0	0	0
f) Consulta	0	0	0	0
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas	0	0	0	0
<b>2. Contratações Diretas (h+i)</b>	<b>30.670.112,93</b>	<b>26.231.947,95</b>	<b>30.670.112,93</b>	<b>26.231.947,95</b>
h) Dispensa	2.230,90	3.357,44	2.230,90	3.357,44
i) Inexigibilidade	30.667.882,03	26.228.590,51	28.954.328,55	26.228.590,51
<b>3. Regime de Execução Especial</b>	<b>20.877,58</b>	<b>11.774,36</b>	<b>20.877,58</b>	<b>11.774,36</b>
j) Suprimento de Fundos	20.877,58	11.774,36	20.877,58	11.774,36
<b>4. Pagamento de Pessoal (k+l)</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
k) Pagamento em Folha	0	0	0	0
l) Diárias	0	0	0	0
<b>5. Outros</b>	<b>6.928.674,48</b>	<b>1.309.966,13</b>	<b>4.161.809,07</b>	<b>1.309.966,13</b>
m) Despesa de Exercício Anterior	6.927.938,65	967.899,35	4.161.073,24	967.899,35
n) Indenizações	735,83	342.066,78	735,83	342.066,78
<b>6. Total (1+2+3+4+5)</b>	<b>38.931.914,58</b>	<b>30.365.762,11</b>	<b>36.165.049,17</b>	<b>30.365.762,11</b>

Fonte: SIAFI-2015.

#### 4.1.5.1.5 Despesas Totais por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação

**QUADRO 10 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação**

DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014
<b>1. Despesas de Pessoal</b>								
<b>2. Juros Enc. da Dívida</b>								
<b>3. Outras Desp. Correntes</b>	<b>65.129.257,00</b>	<b>49.958.835,78</b>	<b>38.075.353,91</b>	<b>29.904.651,92</b>	<b>26.253.848,45</b>	<b>21.224.605,08</b>	<b>34.374.190,99</b>	<b>29.904.651,92</b>
3.3.90.39	52.066.550,87	45.514.264,78	30.801.589,98	26.320.640,12	21.264.960,89	19.193.624,66	29.067.206,83	26.320.640,12
3.3.90.92	8.193.056,33	1.086.935,75	6.928.674,48	1.066.500,95	1.264.381,85	20.434,80	4.161.809,07	1.066.500,95
3.3.90.30	3.989.389,01	3.357.635,25	345.089,45	1.416.119,35	3.644.299,56	1.941.515,90	345.089,45	1.416.119,35
Demais elementos do grupo	880.260,79	1.170.421,22	800.085,64	1.101.391,50	80.206,15	69.029,72	800.085,64	1.101.391,50
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014
<b>4. Investimentos</b>	<b>2.706.670,86</b>	<b>5.551.222,87</b>	<b>76.394,70</b>	<b>461.110,19</b>	<b>2.630.276,16</b>	<b>5.090.112,68</b>	<b>76.394,70</b>	<b>461.110,19</b>
4.4.90.51	1.357.957,94	1.921.217,71	0	0	1.357.957,94	1.921.217,71	0	0
4.4.90.52	1.348.712,92	3.630.005,16	76.394,70	461.110,19	1.272.318,22	3.168.894,97	76.394,70	461.110,19
<b>5. Inversões Financeiras</b>								
<b>6. Amortização da Dívida</b>								

Fonte: SIAFI-2015.

#### 4.1.5.1.6 Análise crítica da realização da despesa

A execução da despesa não foi muito diferente do ano anterior, caracterizada, principalmente, pelos gastos crescentes junto à rede credenciada.

Em 2015, embora conste no quadro 10 pouco mais de R\$ 52 milhões com a natureza de despesa (3.3.90.39 - serviço), desse valor, mais de R\$ 51 milhões do FCDF se referem ao serviço de credenciamento. Soma-se a isso mais R\$ 8 milhões, aproximadamente, para Reconhecimento de Dívidas de Exercício Anterior referente a credenciamento, e mais R\$ 5,7 milhões também para o credenciamento com a inclusão do orçamento do GDF (superávit).

Esse gasto ainda representou 92,3% do orçamento de custeio do FCDF e 86% de todo o orçamento desta diretoria. Em relação aos restos a pagar dessa despesa, considerando os R\$ 5,7 milhões do orçamento do GDF empenhado em 2015, houve uma diminuição em relação ao ano anterior, uma vez que em 2015 foi inscrito 43,8%.

As aquisições de equipamentos ocorreram em montante inferior do que no exercício anterior, visto que quase a totalidade dos materiais permanentes da nova POMED já foram adquiridos.

Foram adquiridos máquinas e equipamentos para o novo prédio da policlínica Médica e Odontológica, além de 03 Ambulâncias para assessoramento na nova policlínica, além de materiais de fisioterapia e odontologia ao longo do ano.

Surgem algumas implicações para esta UNIDADE, uma vez que o ingresso de novos militares e dependentes e o envelhecimento dos usuários atuais faz com que os gastos cresçam sem qualquer interferência desta Unidade.

A fim de gerenciar os gastos relativos à saúde, a DISAU, a partir de 2015, com a publicação em BG (item XXV do BG nº 40, de 02 de março de 2015), ofertou algumas especialidades por meio de ressarcimento, tais como psicologia, fisioterapia, cardiologia, radiologia odontológica e exames laboratoriais, todos eletivos, na tentativa de inibir a utilização do sistema

sem a real necessidade, uma vez que o usuário efetua o pagamento para depois solicitar o valor no CBMDF, sendo descritos por gestores de saúde reconhecidos mundialmente como fato moderador de sistemas de saúde. Os gastos nessas áreas diminuíram com a aplicação desta política.

#### 4.1.5.1.7 Despesas Totais por Grupo e Elemento de Despesa – Suprimento de Fundos

Suprimento de Fundos, Contas Bancárias Tipo B e Cartões de Pagamento do Governo Federal

**QUADRO 11 – Concessão de suprimento de fundos**

Exercício Financeiro	Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Meio de Concessão				Valor do maior limite individual concedido
			Conta Tipo B		Cartão de Pagamento do Governo Federal		
	Código	Nome ou Sigla	Quantidade	Valor Total	Quantidade	Valor Total	
2015	170495	Assistência Médica CBMDF			8	39200	8000
2014	170495	Assistência Médica CBMDF			7	28000	4000

Fonte: SIAFI 2014 e 2015

**QUADRO 12 – Utilização de suprimento de fundos**

Exercício	Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Conta Tipo B		Cartão de Pagamento do Governo Federal			Total (a+b)
					Saque		Fatura	
	Código	Nome ou Sigla	Quantidade	Valor Total	Quantidade	Valor dos Saques (a)	Valor das Faturas (b)	
2015	170495	Assistência Médica CBMDF			2	1.200,00	19.677,58	20.877,58
2014	170495	Assistência Médica CBMDF			1	700,00	8.593,68	9.293,68

Fonte: SIAFI 2014 e 2015

**QUADRO 13 – Classificação dos gastos com suprimento de fundos no exercício de referência**

Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Classificação do Objeto Gasto		
Código	Nome ou Sigla	Elemento de Despesa	Subitem da Despesa	Total
170495	Assistência Médica CBMDF	3.3.90.30	10	800,00
			14	6,40
			16	1618,24
			19	860,00
			21	778,20
			22	686,25
			24	4289,48
			25	310,00
			26	2304,26
			35	95,00
			36	1600,00
			42	38,47
170495	Assistência Médica CBMDF	3.3.90.39	17	6217,70
			20	467,40
			37	10,18
			63	400,00
			99	396,00

**4.1.6 Movimentação e os saldos de restos a pagar de exercícios anteriores**

Não houve inscrição de restos a pagar processados em 2013 e 2014.

**QUADRO 14 – (Portaria TCU 90/2014) – Restos a Pagar inscritos em Exercícios Anteriores**

Valores em R\$ 1,00

Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante 01/01/2015	Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar 31/12/2015
2014	26.314.717,76	21.763.922,08	226.729,59	4.324.066,09
2013	2.816.970,35	1.342.361,05	1.070.403,32	404.205,98

Fonte: SIAFI-2015.

**4.1.6.1 Análise Crítica**

A DISAU, no exercício de 2015, buscou tentar garantir o pagamento de todos os restos a pagar dos exercícios de 2013 e 2014. Foram emitidos comunicados aos executores de contrato sob sua responsabilidade com a execução deste passivo a fim de que eles notificassem as empresas para o envio dos documentos fiscais para pagamento.

Conseqüentemente, foram pagos mais de 82% do inscrito e de mais de 47% do reinscrito. O alto valor inscrito em restos a pagar à estimativa do valor que deve estar empenhado para serviços de assistência à saúde no dia 31 de dezembro, que contempla a imprevisibilidade da

emergência hospitalar e outros procedimentos autorizados com validade de 60 dias que não são executados no exercício de origem, diminuindo o valor gasto e aumentando o estimado.

---

#### **4.1.7 Execução do Plano de Aplicação de Recursos Financeiros**

---

O Plano de Aplicação de Recursos Financeiros (PARF), regulamentado pela portaria CBMDF n° 54 de 18/07/2011, tem como objetivo, conforme exposto em seu artigo 1° “subsidiar o Comando-Geral no processo decisório de alocação de recursos orçamentários e proposta orçamentária”. Nele, são estabelecidos, em nível de órgão, os valores destinados a cada projeto ou atividade institucional.

Sua metodologia consiste, basicamente, em buscar informações junto às unidades operacionais e administrativas da corporação sobre seus projetos, atividades e demais necessidades. Cada demanda é apresentada ao órgão responsável pela elaboração do plano, em que é analisada sua viabilidade, se estão de acordo com o planejamento estratégico, prioridade e compatibilidade com os planos e programas de governo.

Após analisadas, são condensadas em um plano único, que é publicado em boletim interno de acesso a toda corporação, dando transparência ao processo e permitindo o controle a todos os interessados. Através dele é elaborada a proposta orçamentária a ser incluída no projeto de lei orçamentária do Distrito Federal.

Assim, os setores responsáveis pela inclusão de demandas no PARF apresentam os projetos básicos referentes às contratações até o dia 15/03 do ano de execução do plano para que a Diretoria de Contratações e Aquisições do CBMDF tenha tempo hábil para a realização dos procedimentos.

O PARF do exercício de 2015 foi publicado por meio da portaria CBMDF n° 27 de 02/10/2014, contudo, devido a licitações atrasadas, contingenciamento, aumento dos serviços proporcionado pelo novo edital, bem como problemas causados por execução de contrato deficiente, foi alterado pela Portaria 21 de 20/05/2015, publicada no BG n° 097 de 25/05/2015, conforme o descrito a seguir.

**TABELA 12 – PARF 2015 – Custeio**

RESPONSÁVEL	COD.	Descrição	VALOR
PODON	CS-	Auxiliares de Odontologia	860.000,00
POMED	CS-	Manutenção de Software e Interfaceamento do Laboratório	50.000,00
POMED	CS-	Medicamento	100.000,00
CECAF	CS-	Material Esportivo	20.500,00
PODON	CS-	Manutenção de Equipamentos odontológicos	175.000,00
POMED	CS-	Manutenção de Equipamentos da POMED e Fisioterapia	505.000,00
POMED	CS-	Kits Reagentes	3.277.000,00
PODON	CS-	Material Odontológico	500.000,00
POMED	CS-	Material Hospitalar	500.000,00
DISAU	CS-	Credenciamento de Clínicas e Hospitais - DF	40.029.257,00
POMED	CS-	Audidores em saúde	100,00
POMED	CS-	Serviço de monitoramento e dosagem de radiação	12.500,00
<b>TOTAL - Custeio</b>			<b>46.029.257,00</b>

Fonte: BG 226 e SIAFI-2015.

**TABELA 13 – PARF 2015 – Investimento**

RESPONSÁVEL	COD.	DESCRIÇÃO	VALOR 2013
POMED	IS-1	Aquisição de Equipamentos	875.947,00
POMED	IS-2	Mobiliário	0,00
POMED	IS-3	Obra da POMED	5.000.000,00
<b>TOTAL - Investimento</b>			<b>5.875.947,00</b>

Fonte: BG 226 e SIAFI-2015.

A seguir, a tabela nº 14 confronta o planejado com o executado pela UNIDADE, bem como a justificativa geral das ações que não foram realizadas ou realizadas parcialmente:

**TABELA 14 – Análise da realização do PARF 2014**

<b>CÓD.</b>	<b>ATIVIDADE</b>	<b>VALOR PREVISTO</b>	<b>REALIZADO</b>	<b>PERCENTUAL REALIZADO</b>	<b>JUSTIFICATIVA</b>
CS-01	Auxiliares de Odontologia	860.000,00	880.260,79	102,36%	Conforme o planejado.
CS-02	Manutenção de Software e Interfaceamento do Laboratório	50.000,00	0,00	0,00%	A empresa que realizava a manutenção do software faliu o que impossibilitou a realização da atividade.
CS-03	Medicamento	100.000,00	4.949,78	4,95%	Licitações frustradas.
CS-04	Material Esportivo	20.500,00	4.992,25	24,35%	Licitações frustradas.
CS-05	Manutenção de Equipamentos odontológicos	175.000,00	47.266,30	27,01%	Conforme o planejado. Previsão com base na entrega da nova POMED.
CS-06	Manutenção de Equipamentos da POMED e Fisioterapia	505.000,00	86.798,12	17,19%	Conforme o planejado. Previsão com base na entrega da nova POMED.
CS-07	Kits Reagentes	3.277.000,00	3.256.961,80	99,39%	Conforme o planejado.
CS-08	Material Odontológico	500.000,00	288.287,14	57,66%	Licitações frustradas.
CS-09	Material Hospitalar	500.000,00	77.753,20	15,55%	Não apresentação de projeto básico e Licitações frustradas.
CS-10	Credenciamento de Clínicas e Hospitais - DF	40.029.257,00	51.887.916,80	129,62%	Conforme o planejado. Demanda com crescimento inesperado.
CS-11	Audidores em saúde	100.00,00	0,00	0,00%	Não apresentação de projeto básico.
CS-12	Serviço de monitoramento e dosagem de radiação	12.500,00	0,00	0,00%	Não houve contratação.
CS-13	Material Técnico p/ Seleção e Treinamento	0,00	7.951,20	N/A	Incluído no PARF conforme a Demanda
CS-14	Material de Limpeza e Prod. de Higienização	0,00	37.954,39	N/A	Incluído no PARF conforme a Demanda
CS-15	material p/ Manutenção de Bens Móveis	0,00	147.671,33	N/A	Incluído no PARF conforme a Demanda
CS-16	Material de Proteção e Segurança	0,00	125.124,90	N/A	Incluído no PARF conforme a Demanda
CS-17	Material p/ Áudio, Vídeo e Foto	0,00	6.187,08	N/A	Incluído no PARF conforme a Demanda
CS-18	Material p/ Reabilitação Profissional	0,00	16.877,31	N/A	Incluído no PARF conforme a Demanda
CS-19	Locação de Máquinas e Equipamentos	0,00	4.121,47	N/A	Incluído no PARF conforme a Demanda
CS-20	Serviços Domésticos	0,00	36.752,00	N/A	Incluído no PARF conforme a Demanda
CS-21	Serviço de Seleção e Treinamento	0,00	2.640,00	N/A	Incluído no PARF conforme a Demanda
CS-22	Reserva de Contingência	0,00	8.208.791,14	N/A	Incluído no PARF conforme a Demanda
IS-1	Aquisição de Equipamentos Médicos	875.947,00	516.492,47	58,96%	Conforme o planejado e Licitações frustradas
IS-2	Móveis da POMED	0,00	48.744,85	N/A	Incluído no PARF conforme a Demanda
IS-3	Aparelhos de Medição	0,00	493,60	N/A	Incluído no PARF conforme a

	e Orientação				Demanda
IS-4	Veículos de Tração Mecânica	0,00	782.982,00	N/A	Incluído no PARF conforme a Demanda
IS5	Obras e Instalações	5.000.000,00	1.357.957,94	27,16%	Conforme o planejado.
<b>TOTAL</b>		51.905.204,00	67.835.927,86	130,69%	Só foi possível atender a demanda devido à suplementação orçamentária conforme 2015NC000113 e 2015NC000123 do FCDF para esta UNIDADE

Fonte: DISAU e SIAFI-2015.

## 4.2 Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas previstas na Lei nº 4.320/1964 e pela NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC nº 1.133/2008

### 4.2.1 Balanço Financeiro



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	BALANCO FINANCEIRO - TODOS OS ORCAMENTOS
SUBTITULO	170495/00001 - FCDF - CBMDF - ASSISTENCIA MEDICA
ORGAO SUPERIOR	25000 - MINISTERIO DA FAZENDA

EXERCICIO 2014	MES DEZ(FECHADO)
EMISSAO 12/01/2015	PAGINA 1

INGRESSOS			DISPENDIOS		
TITULOS	2014	2013	TITULOS	2014	2013
RECEITAS CORRENTES	186.380,28	1.030,71	DESPESAS CORRENTES	51.129.257,00	32.532.257,00
RECEITA DE CONTRIBUICOES	573,71	325,71	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	51.121.697,00	32.498.377,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	185.806,57	705,00	OUTRAS DESPESAS	51.121.697,00	32.498.377,00
RECEITA ENTRE ORGAOS DO ORCAMENTO			DESPESA ENTRE ORGAOS DO ORCAMENTO	7.560,00	33.880,00
TRANSFERENCIAS RECEBIDAS	57.005.204,00	45.505.204,00	DESPESAS DE CAPITAL	5.551.222,87	12.960.609,20
TRANSFERENCIAS ORCAMENTARIAS RECEBIDAS	57.005.204,00	45.505.204,00	INVESTIMENTOS	5.551.222,87	12.960.609,20
SUB-REPASSE RECEBIDO	57.005.204,00	45.505.204,00	TRANSFERENCIAS CONCEDIDAS	2.012.312,35	10.766.036,19
SUB-REPASSE RECEBIDO NO EXERC.	57.005.204,00	45.505.204,00	TRANSFERENCIAS ORCAMENTARIAS CONCEDIDAS	1.825.932,07	10.765.005,48
INGRESSOS EXTRA-ORCAMENTARIOS	65.816.129,70	91.174.175,47	VALORES DIFERIDOS - INSCRICAO	1.825.932,07	10.765.005,48
VALORES EM CIRCULACAO	33.357.301,58	47.063.606,21	TRANSFERENCIAS EXTRA-ORCAMENTARIAS	186.380,28	1.030,71
RECURSOS ESPECIAIS A RECEBER	33.357.301,58	47.063.006,21	TRANSFERENCIAS DIVERSAS CONCEDIDAS	186.380,28	1.030,71
VALORES EM TRANSITO REALIZAVEIS	0,00	600,00	DISPENDIOS EXTRA-ORCAMENTARIOS	64.314.921,76	80.421.507,79
VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	1.825.932,07	10.765.005,48	VALORES EM CIRCULACAO	30.957.620,18	33.357.301,58
VALORES DIFERIDOS	1.825.932,07	10.765.005,48	RECURSOS ESPECIAIS A RECEBER	30.957.620,18	33.357.301,58
DEPOSITOS	0,00	749,45	VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	10.765.005,48	15.456.314,79
CONSIGNACOES	0,00	749,45	VALORES DIFERIDOS	10.765.005,48	15.456.314,79
OBRIGACOES EM CIRCULACAO	30.628.877,04	33.344.814,33	DEPOSITOS	749,45	0,00
FORNECEDORES	0,00	4.019,01	CONSIGNACOES	749,45	0,00
DE EXERCICIOS ANTERIORES	0,00	4.019,01	OBRIGACOES EM CIRCULACAO	22.591.546,65	31.607.291,42
RESTOS A PAGAR	30.628.877,04	33.340.795,32	FORNECEDORES	4.019,01	0,00
NAO PROCESSADOS A LIQUIDAR	29.131.688,11	22.587.527,64	DE EXERCICIOS ANTERIORES	4.019,01	0,00
CANCELADO	1.497.188,93	10.753.267,68	RP'S NAO PROCESSADOS - INSCRICAO	22.587.527,64	31.607.291,42
AJUSTES DE DIREITOS E OBRIGACOES	4.019,01	0,00	AJUSTES DE DIREITOS E OBRIGACOES	0,00	600,00
DESINCORPORACAO DE OBRIGACOES	4.019,01	0,00	BAIXA DE DIREITOS	0,00	600,00
EXERCICIOS ANTERIORES	4.019,01	0,00	CREDITOS DIVERSOS A RECEBER	0,00	600,00
<b>INGRESSOS</b>	<b>123.007.713,98</b>	<b>136.680.410,18</b>	<b>DISPENDIOS</b>	<b>123.007.713,98</b>	<b>136.680.410,18</b>

## 4.2.2 Balanço Patrimonial



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	BALANCO PATRIMONIAL - TODOS OS ORCAMENTOS
SUBTITULO	170495/00001 - FCDF - CBMDF - ASSISTENCIA MEDICA
ORGAO SUPERIOR	25000 - MINISTERIO DA FAZENDA

EXERCICIO 2014	MES DEZ(FECHADO)
EMISSAO 12/01/2015	PAGINA 1

ATIVO			PASSIVO		
TITULOS	2014	2013	TITULOS	2014	2013
ATIVO FINANCEIRO	30.957.620,18	33.357.301,58	PASSIVO FINANCEIRO	30.957.620,18	33.357.301,58
CREDITOS EM CIRCULACAO	30.957.620,18	33.357.301,58	DEPOSITOS	0,00	749,45
LIMITE DE SAQUE C/VINC.DE PAGAMENTO	30.957.620,18	33.357.301,58	CONSIGNACOES	0,00	749,45
ATIVO NAO FINANCEIRO	0,00	8.961.884,94	OBRIGACOES EM CIRCULACAO	29.131.688,11	22.591.546,65
PERMANENTE	0,00	8.961.884,94	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	0,00	4.019,01
IMOBILIZADO	0,00	8.961.884,94	FORNECEDORES - DE EXERC.ANTERIORES	0,00	4.019,01
BENS MOVEIS E IMOVEIS	0,00	8.961.884,94	ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	0,00	0,00
ATIVO REAL	30.957.620,18	42.319.186,52	RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS	29.131.688,11	22.587.527,64
			A LIQUIDAR	29.131.688,11	22.587.527,64
			VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	1.825.932,07	10.765.005,48
			VALORES DIFERIDOS	1.825.932,07	10.765.005,48
			PASSIVO NAO FINANCEIRO	-29.131.688,11	-22.587.527,64
			OBRIGACOES EM CIRCULACAO	-29.131.688,11	-22.587.527,64
			ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	0,00	0,00
			RETIFICACAO DE RP NAO PROCESSADOS A LIQUID	-29.131.688,11	-22.587.527,64
			PASSIVO REAL	1.825.932,07	10.769.773,94
			PATRIMONIO LIQUIDO	29.131.688,11	31.549.412,58
			PATRIMONIO/CAPITAL	31.549.412,58	34.371.711,45
			PATRIMONIO	31.549.412,58	34.371.711,45
			AJUSTES DO PATRIMONIO/CAPITAL	0,00	0,00
			RESULTADO DO PERIODO	-2.417.724,47	-2.822.298,87
			SITUACAO PATRIMONIAL ATIVA	30.957.620,18	42.319.186,52
			SITUACAO PATRIMONIAL PASSIVA	-33.375.344,65	-45.141.485,39
ATIVO COMPENSADO	25.496.514,01	61.959.883,07	PASSIVO COMPENSADO	25.496.514,01	61.959.883,07
COMPENSACOES ATIVAS DIVERSAS	25.496.514,01	61.959.883,07	COMPENSACOES PASSIVAS DIVERSAS	25.496.514,01	61.959.883,07
GARANTIAS DE VALORES	401.566,90	0,00	VALORES EM GARANTIA	401.566,90	0,00
DIREITOS E OBRIGACOES CONTRATUAIS	25.094.947,11	61.959.883,07	DIREITOS E OBRIGACOES CONTRATADAS	25.094.947,11	61.959.883,07
ATIVO	56.454.134,19	104.279.069,59	PASSIVO	56.454.134,19	104.279.069,59

## 4.2.3 Demonstração das Variações Patrimoniais



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	DEMONSTRACAO DAS VARIACOES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORCAMENTOS
SUBTITULO	170495/00001 - FCDF - CBMDF - ASSISTENCIA MEDICA
ORGAO SUPERIOR	25000 - MINISTERIO DA FAZENDA

EXERCICIO	MES
2014	DEZ(FECHADO)
EMISSAO	PAGINA
12/01/2015	1

VARIACOES ATIVAS			VARIACOES PASSIVAS		
TITULOS	2014	2013	TITULOS	2014	2013
ORCAMENTARIAS	85.395.305,94	70.499.985,93	ORCAMENTARIAS	58.518.186,30	56.275.175,14
RECEITAS CORRENTES	186.380,28	1.030,71	DESPESAS CORRENTES	51.129.257,00	32.532.257,00
RECEITA DE CONTRIBUICOES	573,71	325,71	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	51.121.697,00	32.498.377,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	185.806,57	705,00	DESPESA ENTRE ORGAOS DO ORCAMENTO	7.560,00	33.880,00
INTERFERENCIAS ATIVAS	57.005.204,00	45.505.204,00	DESPESAS DE CAPITAL	5.551.222,87	12.960.609,20
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	57.005.204,00	45.505.204,00	INVESTIMENTOS	5.551.222,87	12.960.609,20
SUB-REPASSE RECEBIDO	57.005.204,00	45.505.204,00	INTERFERENCIAS PASSIVAS	1.825.932,07	10.765.005,48
MUTACOES ATIVAS	28.203.721,66	24.993.751,22	TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	1.825.932,07	10.765.005,48
INCORPORACOES DE ATIVOS	1.889.003,90	5.310.350,69	VALORES DIFERIDOS - INSCRICAO	1.825.932,07	10.765.005,48
AQUISICOES DE BENS	1.877.229,54	5.293.047,23	MUTACOES PASSIVAS	11.774,36	17.303,46
INCORPORACAO DE CREDITOS	11.774,36	17.303,46	DESINCORPORACOES DE ATIVOS	11.774,36	17.303,46
DESINCORPORACAO DE PASSIVOS	26.314.717,76	19.683.400,53	LIQUIDACAO DE CREDITOS	11.774,36	17.303,46
RESULTADO EXTRA-ORCAMENTARIO	13.640.370,31	15.008.877,21	RESULTADO EXTRA-ORCAMENTARIO	42.935.214,42	32.055.986,87
ACRESCIMOS PATRIMONIAIS	13.640.370,31	15.008.877,21	INTERFERENCIAS PASSIVAS	186.380,28	1.030,71
INCORPORACOES DE ATIVOS	12.139.162,37	4.255.609,53	MOVIMENTO DE FUNDOS A CREDITO	186.380,28	1.030,71
INCORPORACAO DE BENS IMOVEIS	8.195.665,81	3.254.021,40	DECRESCIMOS PATRIMONIAIS	42.748.834,14	32.054.956,16
INCORPORACAO DE BENS MOVEIS	3.943.496,56	1.001.588,13	DESINCORPORACOES DE ATIVOS	22.978.276,85	3.351.791,85
DESINCORPORACAO DE PASSIVOS	1.501.207,94	10.753.267,68	BAIXA DE BENS IMOVEIS	17.157.550,75	0,00
RESULTADO PATRIMONIAL	2.417.724,47	2.822.298,87	BAIXA DE BENS MOVEIS	5.820.726,10	3.280.421,85
DEFICIT	2.417.724,47	2.822.298,87	BAIXA DE BENS INTANGIVEIS	0,00	70.770,00
			BAIXA DE DIREITOS	0,00	600,00
			INCORPORACAO DE PASSIVOS	19.770.557,29	28.703.164,31
			SUPERAVIT	0,00	0,00
VARIACOES ATIVAS	101.453.400,72	88.331.162,01	VARIACOES PASSIVAS	101.453.400,72	88.331.162,01

## 4.2.4 Balanço Orçamentário



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	170495/00001 - FCDF - CBMDF - ASSISTÊNCIA MÉDICA
ÓRGÃO SUPERIOR	25000 - MINISTÉRIO DA FAZENDA

EXERCÍCIO 2014	MES DEZ(FECHADO)
EMIÇÃO 12/01/2015	PÁGINA 1

RECEITA					DESPESA				
TÍTULOS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	REALIZAÇÃO	EXCESSO OU INSUFICIÊNCIA DE ARRECADACÃO	TÍTULOS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	EXECUÇÃO	ECONOMIA OU EXCESSO NA EXECUÇÃO DE DESPESA
					CREDITOS INICIAIS/SUPLEMENT	0,00	57.005.204,00	56.680.479,87	324.724,13
					DESPESAS CORRENTES	0,00	51.129.257,00	51.129.257,00	0,00
					OUTRAS DESPESAS CORREN	0,00	51.129.257,00	51.129.257,00	0,00
					DESPESAS DE CAPITAL	0,00	5.875.947,00	5.551.222,87	324.724,13
					INVESTIMENTOS	0,00	5.875.947,00	5.551.222,87	324.724,13
SUBTOTAL I					SUBTOTAL I	0,00	57.005.204,00	56.680.479,87	324.724,13
TOTAL					TOTAL	0,00	57.005.204,00	56.680.479,87	324.724,13
DEFICIT TOTAL	0,00	0,00	56.680.479,87	-56.680.479,87	SUPERAVIT TOTAL				
TOTAL GERAL	0,00	0,00	56.680.479,87	-56.680.479,87	TOTAL GERAL	0,00	57.005.204,00	56.680.479,87	324.724,13

## 4.2.5 Demonstração das Disponibilidades



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	DEMONSTRACAO DAS DISPONIBILIDADES - TODOS OS ORCAMENTOS
SUBTITULO	170495/00001 - FCFD - CBMDF - ASSISTENCIA MEDICA
ORGAO SUPERIOR	25000 - MINISTERIO DA FAZENDA

EXERCICIO 2014	MES DEZ(FECHADO)
EMISSAO 12/01/2015	PAGINA 1

DISPONIBILIDADES FINANCEIRAS			COMPOSICAO DAS DISPONIBILIDADES FINANCEIRAS		
TITULOS	2014	2013	TITULOS	2014	2013
			CREDITOS EM CIRCULACAO	-30.957.620,18	-33.357.301,58
			CREDITOS A RECEBER	-30.957.620,18	-33.357.301,58
			RECURSOS ESPECIAIS A RECEBER	-30.957.620,18	-33.357.301,58
			LIMITE DE SAQUE C/VINCULACAO DE PAGAMENT	-30.957.620,18	-33.357.301,58
			DEPOSITOS	0,00	749,45
			CONSIGNACOES	0,00	749,45
			OBRIGACOES EM CIRCULACAO	29.131.688,11	22.591.546,65
			OBRIGACOES A PAGAR	29.131.688,11	22.591.546,65
			FORNECEDORES	0,00	4.019,01
			DE EXERCICIOS ANTERIORES	0,00	4.019,01
			RESTOS A PAGAR	29.131.688,11	22.587.527,64
			NAO PROCESSADOS A LIQUIDAR	29.131.688,11	22.587.527,64
			VALORES DO PASSIVO PENDENTES A CURTO PRAZO	1.825.932,07	10.765.005,48
			RECURSO DIFERIDO RECEBIDO	1.825.932,07	10.765.005,48
			DISPONIBILIDADES P/FONTE DE RECURSOS	1.825.932,07	10.765.005,48
			DISPONIBILIDADE DE RECURSO DIFERIDO	-1.825.932,07	-10.765.005,48
			DISPONIBILIDADE SUBREPASSE DIFERIDO RECEBI	-1.825.932,07	-10.765.005,48
	0,00	0,00	COMPOSICAO DAS DISPONIBILIDADES FINANCEIRAS	0,00	0,00

## 4.2.6 Disponibilidade da Fonte de Recursos



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	DISPONIBILIDADE DA FONTE DE RECURSOS - TODOS OS ORCAMENTOS
SUBTITULO	170495/00001 - FCDF - CBMDF - ASSISTENCIA MEDICA
ORGAO SUPERIOR	25000 - MINISTERIO DA FAZENDA

EXERCICIO 2014	MES DEZ(FECHADO)
EMISSAO 12/01/2015	PAGINA 1

TITULOS	2014	2013
DISPONIBILIDADE POR FR	10.765.005,48	10.765.005,48
DISPONIBILIDADE POR FR (SALDO INICIAL)	10.765.005,48	10.765.005,48
INGRESSOS	58.506.411,94	58.506.411,94
INGRESSOS EXERCICIO ANTERIOR	1.501.207,94	1.501.207,94
CANCELAMENTO DE RP NAO PROCESSADO	1.497.188,93	1.497.188,93
CANCELAMENTO DE RP PROCESSADO	4.019,01	4.019,01
INGRESSOS EXERCICIO ATUAL	57.005.204,00	57.005.204,00
SUBREPASSE RECEBIDO	57.005.204,00	57.005.204,00
DISPENDIOS	-56.680.479,87	-56.680.479,87
DISPENDIOS EXERCICIO ANTERIOR		
DISPENDIOS EXERCICIO ATUAL	-56.680.479,87	-56.680.479,87
DESPEZA EMPENHADA LIQUIDADA	-56.680.479,87	-56.680.479,87
OUTROS INGRESSOS/DISPENSIVOS	-10.765.005,48	0,00
DISPONIBILIDADE POR FR	1.825.932,07	0,00
DISPONIBILIDADE POR FR (SDO FINAL)	1.825.932,07	0,00
TOTAL	0,00	0,00

## 4.2.7 Demonstração das Variações Patrimoniais por Natureza



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	DEMONSTRACAO DAS VARIACOES PATRIMONIAIS POR NATUREZA - TODOS OS ORCAMENTOS	EXERCICIO 2014	MES DEZ(FECHADO)
SUBTITULO	170495/00001 - Fcdf - CBMDF - ASSISTENCIA MEDICA	EMISSAO 12/01/2015	PAGINA 1
ORGAO SUPERIOR	25000 - MINISTERIO DA FAZENDA		
TITULOS	2014	2013	
RECEITAS ORCAMENTARIAS			
RECEITAS CORRENTES	186.380,28	1.030,71	
RECEITAS NAO TRIBUTARIAS	186.380,28	1.030,71	
TOTAL DAS RECEITAS ORCAMENTARIAS	186.380,28	1.030,71	
DESpesas ORCAMENTARIAS			
DESpesas CORRENTES	51.121.697,00	32.498.377,00	
OUTRAS DESpesas CORRENTES	51.121.697,00	32.498.377,00	
DESpesas DE CAPITAL	5.551.222,87	12.960.609,20	
INVESTIMENTOS	5.551.222,87	12.960.609,20	
(-) TOTAL DAS DESpesas ORCAMENTARIAS	56.672.919,87	45.458.986,20	
RESULTADO ORCAMENTARIO	-56.486.539,59	-45.457.955,49	
INTERFERENCIAS ATIVAS ORCAMENTARIAS	57.005.204,00	45.505.204,00	
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	57.005.204,00	45.505.204,00	
MUTACOES ATIVAS ORCAMENTARIAS	28.203.721,66	24.993.751,22	
INCORPORACAO DE ATIVOS	1.889.003,90	5.310.350,69	
DESINCORPORACAO DE PASSIVOS	26.314.717,76	19.683.400,53	
(-) INTERFERENCIAS PASSIVAS ORCAMENTARIAS	1.825.932,07	10.765.005,48	
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	1.825.932,07	10.765.005,48	
(-) MUTACOES PASSIVAS ORCAMENTARIAS	11.774,36	17.303,46	
DESINCORPORACAO DE ATIVOS	11.774,36	17.303,46	
RESULTADO ORCAMENTARIO APOS INTERF/MUTACOES	26.877.119,64	14.224.810,79	
RESULTADO APOS REC/DESP EXTRA-ORCAMENTARIAS	26.877.119,64	14.224.810,79	
ACRESCIMOS PATRIMONIAIS EXTRA-ORCAMENTARIOS	13.640.370,31	15.008.877,21	
INCORPORACAO DE ATIVOS	12.139.162,37	4.255.609,53	
DESINCORPORACAO DE PASSIVOS	1.501.207,94	10.753.267,68	
(-) INTERFERENCIAS PASS. EXTRA-ORCAMENTARIAS	186.380,28	1.030,71	
OUTRAS INTERFERENCIAS PASSIVAS	186.380,28	1.030,71	
(-) DECRESCIMOS PATRIM. EXTRA-ORCAMENTARIOS	42.748.834,14	32.054.956,16	
DESINCORPORACAO DE ATIVOS	22.978.276,85	3.351.791,85	
INCORPORACAO DE PASSIVOS	19.770.557,29	28.703.164,31	
RESULTADO PATRIMONIAL / SUPERAVIT OU DEFICIT	-2.417.724,47	-2.822.298,87	

## 4.2.8 Demonstração das Variações Patrimoniais por Natureza e Função



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	DEMONSTRACAO DAS VARIACOES PATRIMONIAIS POR NATUREZA E FUNCAO - TODOS OS ORCAMENTOS	EXERCICIO 2014	MES DEZ(FECHADO)
SUBTITULO	170495/00001 - FCFD - CBMDF - ASSISTENCIA MEDICA	EMISSAO 12/01/2015	PAGINA 1
ORGAO SUPERIOR	25000 - MINISTERIO DA FAZENDA		
TITULOS	2014	2013	
RECEITAS ORCAMENTARIAS			
RECEITAS CORRENTES	186.380,28		1.030,71
RECEITAS NAO TRIBUTARIAS	186.380,28		1.030,71
TOTAL DAS RECEITAS ORCAMENTARIAS	186.380,28		1.030,71
DESPESAS ORCAMENTARIAS			
ENCARGOS ESPECIAIS	30.365.762,11		25.809.465,67
(-) TOTAL DAS DESPESAS ORCAMENTARIAS	56.600.479,87		45.492.066,20
RESULTADO ORCAMENTARIO	-56.406.539,59		-45.457.955,49
INTERFERENCIAS ATIVAS ORCAMENTARIAS	57.005.204,00		45.505.204,00
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	57.005.204,00		45.505.204,00
MUTACOES ATIVAS ORCAMENTARIAS	28.203.721,66		24.993.751,22
INCORPORACAO DE ATIVOS	1.809.003,90		5.310.350,69
DESINCORPORACAO DE PASSIVOS	26.314.717,76		19.683.400,53
(-) INTERFERENCIAS PASSIVAS ORCAMENTARIAS	1.825.932,07		10.765.005,48
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	1.825.932,07		10.765.005,48
(-) MUTACOES PASSIVAS ORCAMENTARIAS	11.774,36		17.303,46
DESINCORPORACAO DE ATIVOS	11.774,36		17.303,46
RESULTADO ORCAMENTARIO APOS INTERF/MUTACOES	26.877.119,64		14.224.810,79
RECEITAS DE INST. FINANC., ENT. COMER. E IND.			
RESULTADO APOS REC/DESP EXTRA-ORCAMENTARIAS	26.877.119,64		14.224.810,79
ACRESCIMOS PATRIMONIAIS EXTRA-ORCAMENTARIOS	13.640.370,31		15.008.877,21
INCORPORACAO DE ATIVOS	12.139.162,37		4.255.609,53
DESINCORPORACAO DE PASSIVOS	1.501.207,94		10.753.267,68
OUTROS ACRESCIMOS PATRIMONIAIS			
(-) INTERFERENCIAS PASS. EXTRA-ORCAMENTARIAS	186.380,28		1.030,71
OUTRAS INTERFERENCIAS PASSIVAS	186.380,28		1.030,71
(-) DECRESCIMOS PATRIM. EXTRA-ORCAMENTARIOS	42.748.034,14		32.054.956,16
DESINCORPORACAO DE ATIVOS	22.978.276,85		3.351.791,85
INCORPORACAO DE PASSIVOS	19.770.557,29		28.703.164,31
RESULTADO PATRIMONIAL / SUPERAVIT OU DEFICIT	-2.417.724,47		-2.822.298,87

---

## **5. OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES**

---

A Unidade tem como característica a prestação de serviços na área de saúde voltada para o público bombeiro militar, seus dependentes e pensionistas. Apesar das constantes restrições orçamentárias no exercício de 2015, esta UNIDADE cumpriu de forma satisfatória os seus objetivos de prestar um serviço de qualidade ao seu público alvo, uma vez que não houve interrupção dos atendimentos, nem a execução de despesa sem prévio empenho.

Ressalta-se ainda a preocupação da DISAU em implementar melhorias na capacidade técnica de seus recursos humanos por meio de capacitações técnicas presenciais com o intuito de aperfeiçoamento das ações realizadas pelas seções de auditoria, execução de contratos e orçamentária financeira.

Nesse exercício de 2015, houve um destaque para o investimento em recursos humanos, com o aprimoramento dos processos através de palestras ministradas por especialistas em orçamento e finanças, sem ônus para o CBMDF, capacitação dos militares da Seção de Execução de Contratos da DISAU, da área da Saúde, e também para o pessoal ligado diretamente à área de orçamento e finanças.

Para o exercício de 2016, permanece a missão incessante de se otimizar a aplicação dos recursos financeiros, assim como de pessoal e material, os quais também são escassos, contribuindo para a melhoria dos serviços prestados e, conseqüentemente, para o atingimento dos objetivos traçados.